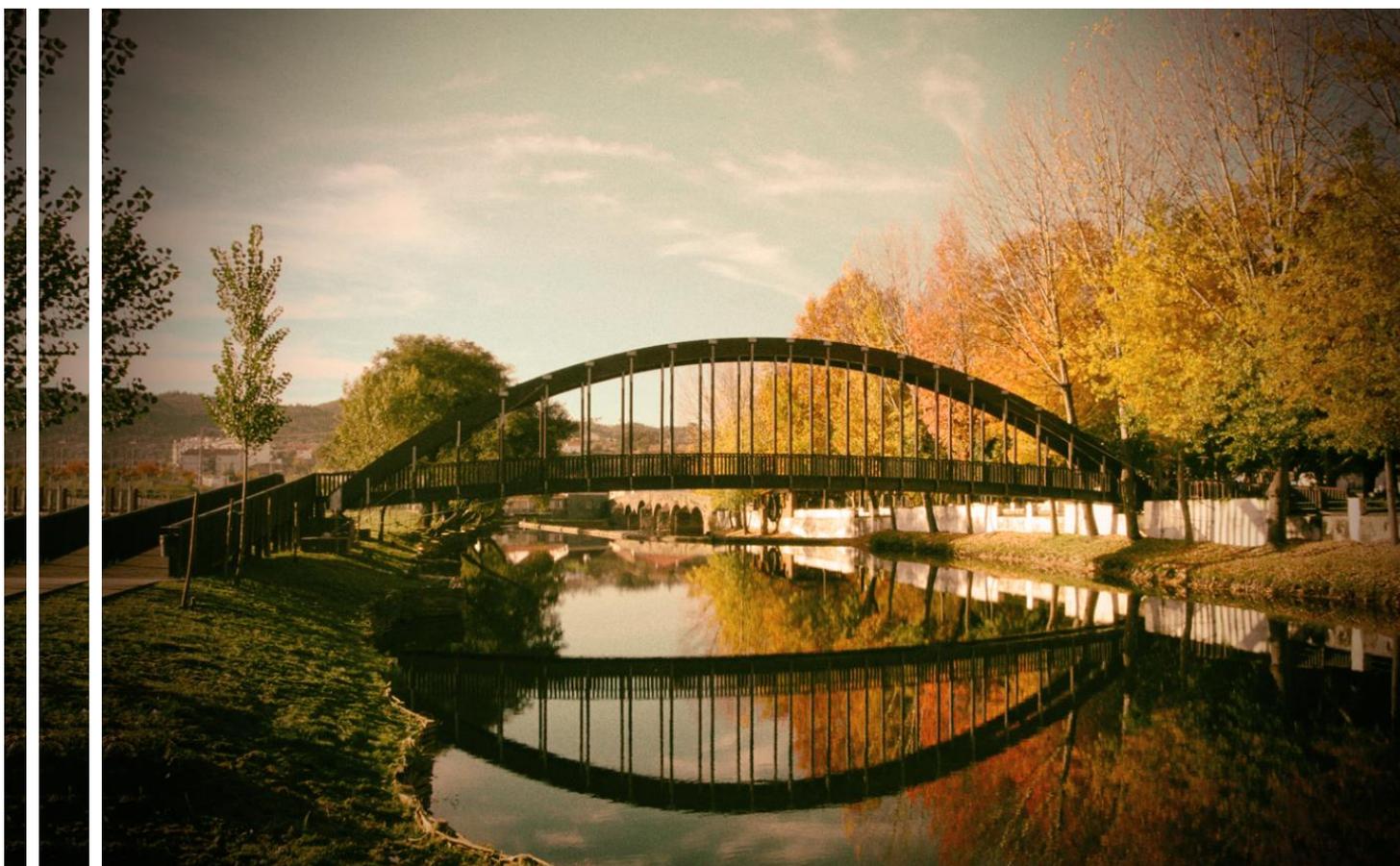


NOVEMBRO 2015



PLANO ESTRATÉGICO
MUNICIPAL DA **SERTÃ**
Diagnóstico Estratégico



Fonte: imagem de capa disponibilizada pela Câmara Municipal da Sertão

Novembro, 2015

Grupo de Estudos em Território e Inovação (GETIN-UA)

Equipa técnica:

Eduardo Castro (coordenação do GETIN-UA)

Fernando Nogueira (coordenação científica)

Carlos Jorge Silva

Jan-Hendrik Wolf

Joana Duarte

João Marques

José Manuel Martins

Monique Borges

Conteúdos

Sumário executivo.....	10
Metodologia do Plano Estratégico.....	14
Objetivos do Plano Estratégico.....	14
Fases do Plano Estratégico.....	14
Introdução.....	16
Estrutura do trabalho.....	16
Notas metodológicas.....	18
Estruturação e ocupação do território.....	20
Enquadramento territorial e acessibilidades.....	20
Ocupação do território.....	26
Usos do solo.....	26
Floresta.....	29
Hidrografia.....	39
Equipamentos e serviços.....	42
Atividades económicas.....	42
Rede de equipamentos escolares.....	42
Rede de equipamentos de saúde.....	46
Padrões territoriais.....	47
Demografia e povoamento.....	51
Dinâmica populacional.....	51
Estrutura etária.....	55
Habitação.....	59
Dinâmica de crescimento do parque habitacional.....	59

Forma de ocupação dos alojamentos.....	61
Estrutura do mercado habitacional.....	62
Condições sociais.....	65
Exclusão social.....	65
Qualificações da população ativa	67
Qualificações da população desempregada.....	69
Qualificações da população agrícola familiar	73
Estrutura produtiva e dinâmica económica	76
Padrões de especialização setorial.....	76
Padrões de especialização	81
Dinâmica empresarial.....	84
Emprego necessário e fluxos pendulares	86
Diagnóstico prospetivo da população	89
Introdução	89
Importância das previsões demográficas	89
Metodologia seguida no exercício prospetivo.....	90
Métodos e conceitos usados nas previsões demográficas	90
Previsões Demográficas - Município.....	96
Populações fechadas (sem migrações) - cenários de evolução da fecundidade.....	96
Populações abertas (com saldos migratórios) - cenários de evolução económica	96
Resultados - Quadro resumo do Município.....	98
Evolução da população, do emprego e dos saldos migratórios do Município.....	100

Quadro de referência estratégico.....	103
Orientações estratégicas comunitárias	103
Oportunidades de financiamento.....	105
Portugal 2020	105
Outros programas de financiamento.....	106
Anexo – Evolução da população, do emprego e dos saldos migratórios do Município: projeções demográficas	110
Anexo – notas metodológicas.....	116

Lista de figuras

FIGURA 1: ENQUADRAMENTO	20
FIGURA 2: SISTEMA DE ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES I	22
FIGURA 3: SISTEMA DE ACESSIBILIDADE E TRANSPORTE II.....	24
FIGURA 4: ESTRUTURA ECOLÓGICA.....	27
FIGURA 5: USO DO SOLO.....	28
FIGURA 6: COMPOSIÇÃO DOS ESPAÇOS FLORESTAIS – ESPAÇOS ARBORIZADOS E TIPO DE POVOAMENTO	29
FIGURA 7: REDE HIDROGRÁFICA PRINCIPAL DO CONCELHO DA SERTÃ.....	41
FIGURA 8: LOCALIZAÇÃO E ISÓCRONAS DOS EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS.....	43
FIGURA 9: EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO (2003/04 – 2014/15)	44
FIGURA 10: LOCALIZAÇÃO E ISÓCRONAS DOS EQUIPAMENTOS DE SAÚDE	46
FIGURA 11: INDICADORES DE VULNERABILIDADE SOCIAL DAS COMUNIDADES, EM 2011	48
FIGURA 12: ZONAMENTO DE DINÂMICAS – TERRITÓRIOS TIPO	49
FIGURA 13. DENSIDADE POPULACIONAL EM 2011 POR SUBSECÇÃO ESTATÍSTICA.....	52
FIGURA 14. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (VALORES ABS).....	52
FIGURA 15. TAXAS DE CRESCIMENTO NATURAL E MIGRATÓRIO, 2001-2011 (%)......	54
FIGURA 16. ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO	55
FIGURA 17. POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPO ETÁRIO E FREGUESIA, 2011.....	56
FIGURA 18. TAXA DE VARIAÇÃO DAS QUALIFICAÇÕES DA POPULAÇÃO ATIVA, 2001-2011 (%). 67	
FIGURA 19. QUALIFICAÇÕES DA POPULAÇÃO ATIVA, 2011 (%)	68
FIGURA 20: TAXA DE VARIAÇÃO DAS QUALIFICAÇÕES DA POPULAÇÃO ATIVA POR FREGUESIA, 2001-2011	68
FIGURA 21: QUALIFICAÇÕES DA POPULAÇÃO ATIVA POR FREGUESIA, 2011 (%)......	69
FIGURA 22: TAXA DE VARIAÇÃO DAS QUALIFICAÇÕES DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA, 2001-2011.....	69

FIGURA 23: TAXA DE VARIAÇÃO DAS QUALIFICAÇÕES DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR FREGUESIA, 2001-2011	70
FIGURA 24: TAXA DE DESEMPREGO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO 2011 (%)	70
FIGURA 25: EVOLUÇÃO DAS PESSOAS AO SERVIÇO NOS ESTABELECIMENTOS POR RAMO DE ATIVIDADE, % (2008-2012).....	80
FIGURA 26: DINÂMICA DA ESTRUTURA PRODUTIVA DO MUNICÍPIO DA SERTÃO E DAS NUTS III DO PINHAL INTERIOR SUL E DO MÉDIO TEJO COMPARADA COM A DO PAÍS, 2008-2012.....	83
FIGURA 26: QUOCIENTE DE LOCALIZAÇÃO DAS PESSOAS AO SERVIÇO NOS ESTABELECIMENTOS EM RELAÇÃO À MÉDIA NACIONAL POR RAMO, 2012	84
FIGURA 30: CONSTITUIÇÃO E DISSOLUÇÃO DE PESSOAS COLETIVAS E ENTIDADES EQUIPARADAS EM PORTUGAL, NA NUTS III DO MÉDIO TEJO E NO MUNICÍPIO DA SERTÃO, ABRIL 2008- DEZEMBRO 2014	85
FIGURA 29: MÉTODO DAS COMPONENTES DE COORTES GERACIONAIS - DIAGRAMA DE LEXIS	91
FIGURA 30: EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE FECUNDIDADE POR GRUPO ETÁRIO DAS MÃES EM PORTUGAL CONTINENTAL (PREVISIONAIS PARA VALORES A PARTIR DE 2015	92
FIGURA 31: MODELO DE PREVISÃO DEMOGRÁFICA.....	94
FIGURA 32: ESQUEMA DO MODELO DE PREVISÃO DEMOGRÁFICA.....	95
FIGURA 33: EVOLUÇÃO DA DIMENSÃO POPULACIONAL ESTIMADA PARA O MUNICÍPIO DA SERTÃO, ENTRE 2010 E 2040, DE ACORDO COM OS CENÁRIOS CONSIDERADOS, FACE AOS CENSOS DE 2011	100
FIGURA 34: EVOLUÇÃO DAS POPULAÇÕES EMPREGADA E ATIVA ESTIMADAS PARA O MUNICÍPIO DA SERTÃO, ENTRE 2010 E 2040, DE ACORDO COM OS CENÁRIOS CONSIDERADOS, FACE AOS CENSOS DE 2011	101
FIGURA 35: EVOLUÇÃO DOS SALDOS MIGRATÓRIOS POR GRUPOS ETÁRIOS QUINQUENAIS ESTIMADOS PARA O MUNICÍPIO DA SERTÃO, POR DECÉNIOS, ENTRE 2010 E 2040, EM PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DO ANO DE ORIGEM DO DECÉNIO	101
FIGURA 36: PIRÂMIDES ETÁRIAS DAS POPULAÇÕES DO MUNICÍPIO DA SERTÃO, EM 2040, DE ACORDO COM OS CENÁRIOS CONSIDERADOS; EM FUNDO (ACINZENTO), REPRESENTA-SE A POPULAÇÃO DOS CENSOS DE 2011	102

Lista de tabelas

TABELA 1: RESUMO DA OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DA SERTÃ.....	28
TABELA 2: NÚMERO DE EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS (HA E % DO TOTAL)	30
TABELA 3: COMPOSIÇÃO DA SUPERFÍCIE TOTAL DAS EXPLORAÇÕES (HA E % DO TOTAL)	31
TABELA 4: COMPOSIÇÃO DA SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA (HA E % DO TOTAL).....	31
TABELA 5: EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS POR TIPO DE ATIVIDADE LUCRATIVA NÃO AGRÍCOLA	32
TABELA 6: POPULAÇÃO AGRÍCOLA	33
TABELA 7: ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO AGRÍCOLA (Nº E %)	34
TABELA 8: DENSIDADE POPULACIONAL EM 1991, 2001 E 2011 (N.º DE HABITANTES/KM2).....	51
TABELA 9: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (CENSOS 1991 A 2011)	53
TABELA 10: SALDOS NATURAL E MIGRATÓRIO E CRESCIMENTO EFETIVO (VALORES ABS).....	54
TABELA 11: VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPO ETÁRIO, 2001-2011 (VALORES ABS).....	56
TABELA 12: TAXA DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPO ETÁRIO, 2001-2011 (%)	57
TABELA 13: OUTROS INDICADORES DE ENVELHECIMENTO (%).....	58
TABELA 14: ALOJAMENTOS E EDIFÍCIOS, 2001-2011.....	59
TABELA 15: EDIFÍCIOS POR ANO DE CONSTRUÇÃO, 2011	60
TABELA 16: VARIAÇÃO DO NÚMERO DE ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS SEGUNDO A FORMA DE OCUPAÇÃO, 2001-2011.....	61
TABELA 17: FORMA DE OCUPAÇÃO DOS ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS, 2011	62
TABELA 18: ALOJAMENTOS VAGOS DISPONÍVEIS NO MERCADO, 2011 (ABSOLUTOS).....	63
TABELA 19: ALOJAMENTOS VAGOS DISPONÍVEIS NO MERCADO, 2011 (PERCENTUAL)	63
TABELA 20: TAXA DE DESEMPREGO MUNICIPAL REAL E ESTIMADA	66
TABELA 21: TAXA DE ABANDONO ESCOLAR (%).....	66
TABELA 22: VARIAÇÃO DAS QUALIFICAÇÕES DA POPULAÇÃO ATIVA, ENTRE 2001 E 2011 (VALORES ABS)	67

TABELA 23: TAXA DE DESEMPREGO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO, 2011	71
TABELA 24: VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA, DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA E DA TAXA DE DESEMPREGO, 2001-2011.....	72
TABELA 25: EVOLUÇÃO DAS QUALIFICAÇÕES DA POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR POR RELAÇÃO DE PARENTESCO E FORMAÇÃO AGRÍCOLA, 1999-2009	73
TABELA 26: PESSOAS AO SERVIÇO NOS ESTABELECIMENTOS POR SETOR DE ATIVIDADE (ABS). 77	
TABELA 27: EVOLUÇÃO DAS PESSOAS AO SERVIÇO NOS ESTABELECIMENTOS, 2008-2012, E A SUA PROPORÇÃO EM 2012 POR SETOR DE ATIVIDADE (%).....	77
TABELA 28: EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS POR NATUREZA JURÍDICA.....	78
TABELA 29: PESSOAS AO SERVIÇO NOS ESTABELECIMENTOS POR RAMO DE ATIVIDADE, 2008-2012.....	79
TABELA 30: ANÁLISE SHIFT-SHARE PARA O EMPREGO POR RAMO DE ATIVIDADE	82
TABELA 36: RESIDENTES E EMPREGO MUNICIPAL EM 2011	87
TABELA 35: CENÁRIOS DA EVOLUÇÃO SOCIOECONÓMICA	98
TABELA 36: PREVISÕES DEMOGRÁFICAS PARA O MUNICÍPIO DA SERTÃ (2011-2040).....	98

Índice de abreviaturas

ABS	Valores absolutos
AIDUS	Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável
CAE	Classificação Portuguesa de Atividades Económicas
CIMT	Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
COSME	Competitiveness of Enterprises and Small and Medium-sized Enterprises
CRER 2020	Modelo de Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente
DEMOSPIN	Projeto de Investigação Demografia economicamente sustentável – Reverter o declínio em áreas periféricas
DGT	Direção Geral do Território
DLBC	Desenvolvimento Local de Base Comunitária
EB	Escola Básica
EaSI	Employment and Social Innovation
EIDT	Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial
ENCNB	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ESPON	European Observation Network for Territorial Development and Cohesion
ETE	Estratégias Territoriais Específicas
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISF	índice sintético de fecundidade
ITI	Investimentos Territoriais Integrados
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LIFE	Financial Instrument for the Environment
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OPF	Organizações de Produtores Florestais
PDCT	Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial
PDM	Plano Diretor Municipal
PDSFP	Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa

PEMS	Plano Estratégico Municipal da Sertã
PENDR	Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PMEPC	Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil do município da Sertã
PO Centro 2020	Programa Operacional para a Região Centro
POAAP	Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas
POCH 2020	Programa Operacional Temático para o Capital Humano
POCI 2020	Programa Operacional Temático para a Competitividade e Internacionalização
POISE 2020	Programa Operacional Temático para a Inclusão Social e Emprego
POSEUR 2020	Programa Operacional Temático para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos
PROF	Plano Regional de Ordenamento Florestal
PROT-C	Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro
RIS 3	Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente
RSI	Rendimento Social de Inserção
SerQ	Centro de Inovação e Competências da Floresta
TICE	Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica
ZIF	Zona(s) de Intervenção Florestal

Sumário executivo

Preparar um plano estratégico é sempre motivo de alguma inquietação, forjada na necessidade de nos confrontarmos com o que somos coletivamente e de sairmos da nossa zona de conforto para inventarmos futuros que não existem e, em grande medida, desconhecemos. Mas, é também um momento de expectativa e de ambição, relativamente à possibilidade de orientarmos a realidade numa direção desejada, fazendo valer as nossas aspirações e os nossos valores coletivos.

O engenho reside na capacidade de fazer um balanço equilibrado entre a inquietação e a expectativa, transformando o futuro desejado num futuro credível, com base em prioridades e metas exequíveis e na capacidade de mobilizarmos coletivamente os recursos, as competências, os valores e as atitudes adequados aos desafios que agora descortinamos.

O presente trabalho de diagnóstico sobre a Sertã levanta questões que se consideram pertinentes relativamente aos desafios que se colocam à intervenção, pública e privada, na perspetiva de encontrar um fio condutor entre a reflexão que produzimos, conjuntamente, e a ação que dará expressão concreta à nossa intencionalidade coletiva de progresso.

Este diagnóstico estratégico sistematiza um conjunto de questões que se traduzem em desafios que deverão ser equacionados no processo de decisão sobre os caminhos a seguir, que se passam a descrever:

1. A regressão e o envelhecimento demográfico estão certamente entre os maiores desafios que se colocam à Sertã. A questão é multidimensional e deve ser equacionada em termos da própria sustentabilidade do território:
 - a. A assegurar emprego e qualidade de vida, e não haverá emprego, nem investimento que se retenha ou se venha a fixar no Município, se não houver uma população residente qualificada que ocupe os empregos que importa criar.
 - i. Apostas credíveis são as que passem pela capacidade de **fixação dos jovens** e de uma parte significativa daqueles que, residindo na Sertã, todos os dias **saem para trabalhar fora do município**, criando condições locais de emprego para estes e incentivando o investimento;
 - ii. A manutenção e reforço das atividades culturais e desportivas, que a Câmara Municipal tem promovido em articulação com as associações locais, são uma mais-valia na criação de urbanidade e de atratividade e um incentivo ao

desenvolvimento de práticas sociais e culturais valorizadas localmente, como a **educação musical**, que conta agora com um pólo do conservatório de Coimbra.

- iii. A Sertã pode tirar partido das **áreas** em que apresenta algum nível de especialização, do tecido empresarial e do emprego, em articulação com as ofertas formativas. Haverá que vencer os desafios da falta de qualificação académica e profissional de grande parte da população ativa, reforçando os passos que têm sido dados nesse sentido, ao nível do ensino técnico-profissional (público e privado), em particular nos setores que geram mais emprego e mais riqueza, como a agricultura e a silvicultura, a indústria transformadora, a construção e o comércio e reparação de veículos motorizados e o transporte e armazenagem, mas também a educação e as atividades associadas ao alojamento e à restauração e as atividades de consultoria, científicas e técnicas.
 - iv. As oportunidades, a este nível, podem passar pelo aproveitamento das dinâmicas de reconcentração a que se assiste nos núcleos urbanos principais - os **Territórios Motrizes** identificados-, consolidando-as, através da oferta de amenidades urbanas e bens e serviços que garantam a satisfação dos residentes, em termos de qualidade de vida, e contribuam para aumentar a capacidade de atração de investimentos e de mão-de-obra qualificada. As **ações de regeneração urbana**, de qualificação do espaço urbano e de melhoria, reconversão e renovação do parque habitacional, podem ter aqui um papel importante.
- b. Numa lógica de coesão social e territorial, há vastas áreas do extenso território do município em profunda desertificação humana.
 - i. As áreas **Minguantes ou em Declínio identificadas** poderão ser motivo de medidas de política discricionárias, e atuações de acupuntura, para fazer frente à particular vulnerabilidade de populações envelhecidas e sem grandes recursos económicos, literários ou tecnológicos vivendo o seu quotidiano em redes sociais muito curtas. Os esforços de equilíbrio da rede de ofertas de equipamentos e de serviços públicos que o município vem fazendo, devem ser particularmente ponderados no que se refere aos cuidados de saúde;

- ii. No atual cenário de contenção geral da despesa pública e de racionalização das ofertas de serviços, a oferta de **serviços móveis e o uso das novas tecnologias de comunicação** podem complementar os esforços já envidados pelo Município para assegurar o transporte das pessoas aos serviços (escolas e saúde, principalmente). Iniciativas como a dos Transportes a Pedido, em implementação no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), podem ser de grande valia.
2. A questão da **floresta** ocupou uma parte significativa dos debates no processo de auscultação que teve lugar em Setembro. É cada vez mais clara a necessidade de uma abordagem multidimensional que equilibre os interesses económicos e a conservação dos recursos, numa perspetiva de sustentabilidade económica e ambiental.
- a. Os desafios são enormes, e os passos dados apontam no sentido da consolidação da vocação florestal da Sertã:
 - i. A instalação do **SerQ** abre uma perspetiva risonha sobre a possibilidade de explorar caminhos menos percorridos na articulação entre produtores, investigação e inovação, IEFP e sistema ensino (público e privado, as iniciativas locais de apoio ao empreendedorismo e a autarquia, na descoberta de produtos e serviços sub-explorados e na descoberta de outros. Um maior esclarecimento das estratégias a empreender, sedado em visões mais transversais da floresta poderá ser essencial à estratégia municipal, no seu todo, tendo em conta a ligação umbilical entre o futuro da Sertã e a capacidade de assegurar riqueza, equilíbrio ecológico e segurança que tornem o território atrativo;
 - ii. O crescimento e sofisticação dos negócios em torno **turismo e da recreação** e o aparecimento de investimento em nichos de mercado baseados em valores ambientais e culturais e em produtos e serviços relacionados com a floresta e a agricultura;
 - iii. O amadurecimento das **estratégias de conservação** (prevenção e combate de incêndios) e de aproveitamento dos resíduos florestais (**biomassa**), que enfrentam alguns constrangimentos externos, no debate dos quais a Sertã poderá reforçar o papel negocial e reivindicativo que vem exercendo;
 - iv. **A revisão do PDM**, em curso, que é uma oportunidade em aberto para reforçar os mecanismos reguladores do uso e transformação do solo, em

particular no que diz respeito à floresta, em complemento de outros, de natureza fiscal, que visam estimular o setor silvícola.

3. A Sertã encontra-se perante a necessidade de **definir o seu papel nos quadros de relacionamento territorial** e funcional em que marca presença
 - a. O recentemente reenquadramento administrativo na **CIM do Médio Tejo** deve ser vista como uma oportunidade de fazer valer as suas posições, numa lógica de coesão territorial, na conceção de políticas e decisões adequadas às suas circunstâncias;
 - b. O reforço gradual das **acessibilidades**, das últimas décadas, poderá propiciar à Sertã, no seu novo enquadramento territorial, na CIM do Médio Tejo, um papel de charneira relativamente aos territórios da antiga NUTSIII do Pinhal Interior Sul. Efetivamente, na ausência de um centro polarizador, e face ao carácter centrífugo e deprimido do território em que se insere, a Sertã poderá ver reforçado o seu papel de polo urbano na rede sub-regional do Pinhal Interior. Interessará garantir as preconizadas melhorias de acessibilidade da Sertã à sua nova Comunidade, na EN238, e suscitar medidas discriminatórias na requalificação parcial de alguns troços no IC8, melhorando a sua inserção nas rotas de transporte mais importantes, nacionais e internacionais;
 - c. A Sertã pode tirar partido das relações de **cooperação interterritorial** em diversas áreas. Em algumas essa articulação é incontornável, como na floresta, onde a natureza transfronteira dos problemas e da exploração de oportunidades se impõe. Nesta e noutras áreas, a cooperação, pode ser uma oportunidade de gerir problemas comuns (como os dos transportes intermunicipais e de outras ofertas de serviços), de **umentar o capital influência da região** e de ser, ao mesmo tempo, um veículo de promoção territorial e de articulação das ofertas das amenidades regionais (Rede das Aldeias de Xisto, a Rede de Praias Fluviais, o Parque Naturtejo e o Centro de Ciência Viva do Pinhal Interior).
4. O desafio da **governança local** pode suscitar a descoberta de novas soluções institucionais para gerir os interesses coletivos da Sertã. A experiência de debate com os agentes locais, no âmbito do processo de auscultação, revelou o entusiasmo de alguns destes relativamente à oportunidade de debaterem com mais regularidade os problemas e aspirações coletivas e de contribuírem para informar os processos de decisão.

Metodologia do Plano Estratégico

Objetivos do Plano Estratégico

O Plano Estratégico Municipal da Sertã (PEMS) pretende levar à definição de uma visão estratégica de desenvolvimento para 20 anos, identificando as ações que melhor permitem responder aos desafios subjacentes a essa visão. Este processo é baseado numa abordagem:

- **Integradora:** que olha para a realidade como um todo, ultrapassando visões setoriais da realidade territorial do município, e de ‘cabeça levantada’, procurando descortinar o lugar específico que a Sertã pode ocupar na relação com a sua envolvente territorial;
- **Seletiva:** que identificará Linhas Estratégicas e um número reduzido de Projetos de Ação relevantes para a concretização da visão de futuro que, coletivamente, se venha a definir para a Sertã;
- **Mobilizadora:** procurando assegurar consensos entre agentes públicos e privados, que garantam estabilidade e continuidade, a longo prazo, na implementação da estratégia acordada.

O desenvolvimento do PEMS tem na sua base os seguintes objetivos:

- a. Definir uma visão estratégica de desenvolvimento para o Município, para 20 anos;
- b. Construir um consenso alargado para as opções tomadas que garanta a continuidade da sua execução a longo prazo;
- c. Identificar um conjunto de projetos estratégicos, a executar nos próximos 5 anos;
- d. Enquadrar e alinhar as opções e ações do PEMS com as estratégias regionais (Médio Tejo e CRER 2020) e nacionais, contribuindo para as metas estratégicas nelas definidas.

Fases do Plano Estratégico

O plano de trabalhos foi dividido em cinco fases:

1. Caracterização e diagnóstico socioeconómico do Município

- a. Análise comparativa das trajetórias de desenvolvimento do Município: i) inframunicipal (freguesias e lugares) e ii) intermunicipal (município no contexto da região), em particular, quanto às tendências da evolução dos setores de atividade económica relevantes;
- b. Elaboração de projeções demográficas, por grupos de idade quinquenais, para o horizonte do PEMS, de acordo com cenários demográficos (evolução da fecundidade) e económicos;

- c. Identificação das potencialidades e constrangimentos para o desenvolvimento do Município, assim como das oportunidades e ameaças expectáveis.

2. Construção da Visão para o Município da Sertã

- a. Definição preliminar da visão – procurando responder à questão: O que Sertã quer ser daqui a 20 anos? – suportada num processo de auscultação e no debate público. Na procura de um consenso alargado, o resultado do trabalho de concertação entre o Executivo Municipal e a equipa técnica é aberto à participação dos partidos políticos representados na Assembleia Municipal e a agentes chave do município. A construção desta visão está articulada com os objetivos estratégicos da União Europeia, do País, da Região Centro e do Médio Tejo, e, é por isso, o garante de as ações a empreender no âmbito do PEMS contribuir para a materialização daqueles objetivos.

3. Identificação das Linhas Estratégicas e seleção dos projetos estratégicos

- a. Identificação das **linhas estratégicas** - com base na Visão definida, conduzir-se-á o processo de identificação das linhas estratégicas que balizam a validação de futuros projetos estratégicos;
- b. Seleção dos **projetos estratégicos**, a executar nos próximos 5 anos, a partir da hierarquização de opções contidas nas linhas estratégicas, que constituirão critérios para a definição e avaliação de projetos a conceber e implementar durante a concretização da estratégia.

4. Desenho do plano de ação

- a. Elaboração uma ficha-projeto para os projetos estratégicos, respetiva fundamentação e o enquadramento das ações propostas nos objetivos estratégicos do Município e nos meios de financiamento disponíveis;
- b. Definição das condições de implementação de três projetos estratégicos prioritários, selecionados em concordância com os resultados da decisão conjunta, onde constarão os **parceiros a mobilizar**, a tipificação das **responsabilidades**, o **faseamento de execução** e um **guião de monitorização**.

5. Redação do Plano Estratégico Municipal da Sertã

As diferentes componentes do Plano Estratégico serão integradas num documento final, que possa constituir uma base para a implementação das ações previstas, assim como um

meio de comunicação da Visão estratégica no Município e a parceiros institucionais e territoriais e demais agentes interessados.

Introdução

Este documento resulta do trabalho realizado durante a primeira fase do PEMS – **Caracterização e diagnóstico socioeconómico do Município**. Incide na caracterização do território e, conseqüentemente, é fundamental para a sistematização das potencialidades e constrangimentos que se colocam ao Município.

Estrutura do trabalho

A estratégia de desenvolvimento municipal deve respeitar uma abordagem integrada do território que combine as características resultantes do seu enquadramento geográfico e as tendências demográficas e socioeconómicas que contribuem para o seu processo de estruturação e de ocupação. O resultado da análise realizada está organizado em cinco partes, a seguir apresentadas:

- **Estruturação e ocupação do território:**

Nesta parte, para além das dimensões mais físicas do território, são tratadas, também, i) a floresta; ii) a hidrografia; iii) as acessibilidades e iv) a distribuição dos equipamentos e serviços existentes.

- **Demografia e povoamento:**

Aqui, faz-se um retrato do quadro socioeconómico da Sertã. Inclui duas componentes: i) a caracterização da dinâmica populacional do Município, sustentada em indicadores relativos à dimensão, a distribuição espacial e a estrutura etária da população e ii) a análise do povoamento, centrada na habitação, enquanto elemento definidor do tecido urbano e do povoamento. A habitação é, naturalmente, amarrada às dinâmicas populacionais, que reforçam a tendência de fixação em aglomerados urbanos mais atrativos. Importa também não esquecer que a capacidade atrativa destes aglomerados está associada à política de habitação e às intervenções de reabilitação do Município, que podem influenciar o mercado de arrendamento e aquisição.

- **Condições sociais:**

Esta parte incide sobre duas vertentes associadas às condições de vida da população, respeitantes ao acesso a funções de suporte social e aos níveis de qualificação (académica e profissional).

A primeira compreende a análise de indicadores de provisão e de cobertura de serviços sociais que devem suportar o desenho de respostas sociais adequadas às transformações demográficas, mas, também, às ambições territoriais do município.

A segunda, que incide sobre as qualificações da população, é um aspeto central para a compreensão da estrutura produtiva do Município. De facto, a atratividade do território está associada não somente às questões da qualidade de vida, implícitas nas várias vertentes analisadas, como também na capacidade de promover condições de investimento diferenciadoras e competitivas. Entende-se que a estratégia de médio e longo prazo para as necessidades formativas e para o tipo de empregos que se pretendem assegurar deve estar ancorada no reforço e adequação das qualificações dos profissionais.

- **Estrutura e produtiva e dinâmica económica:**

A informação sobre a estrutura produtiva e a dinâmica económica do Município tem com objetivo destacar as vantagens competitivas, tendo por base as atividades económicas localizadas no Concelho. Conduz à identificação de elementos diferenciadores no que respeita i) aos setores e ramos de atividade mais dinâmicos e em crescimento; ii) aos padrões de especialização setorial do município e iii) à dinâmica empresarial.

- **Diagnóstico prospetivo da evolução da população:**

Esta parte procura evidenciar o desafio demográfico para as próximas décadas. O diagnóstico prospetivo da população constitui uma mais-valia no desenho das estratégias e na adequação das respostas definidas no âmbito destas. É um fator crítico nas decisões relativas, entre outras, à programação de infraestruturas, equipamentos e serviços ou no equacionamento do potencial das atividades económicas e de atração de investimento.

Trata-se de perspetivar, através da análise da mútua influência entre emprego e dinâmica populacional, o comportamento da população, antecipando eventuais medidas de ajuste à pirâmide etária em termos de disponibilidade de emprego, por um lado e de necessidades sociais, por outro. Esta análise é feita através do desenvolvimento de cenários demográficos que combinam a evolução da fecundidade com pressupostos económicos que fazem variar o emprego.

Notas metodológicas

Neste documento usa-se um conjunto diversificado de indicadores que suportam a caracterização e a análise da evolução territorial e socioeconómica do Município da Sertã. A abordagem seguida em cada secção reflete o esforço de sistematização da informação, salvaguardando uma perspetiva dinâmica e integrada. O detalhe das análises está naturalmente condicionado pela disponibilidade de informação comparável, seja pela desagregação territorial (até ao nível da freguesia), pela existência de vários momentos de comparação (séries temporais, nomeadamente os últimos períodos censitários), ou pelas várias fontes de recolha (INE, Estatísticas da Segurança Social, Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, entre outras).

Assim para cada variável, procurou-se assegurar:

- i) Uma desagregação territorial dos dados adequada à descrição e à interpretação das dimensões envolvidas, apresentando valores que permitem a comparação da realidade do Município da Sertã com as NUTS III do Pinhal Interior Sul (de que fez parte até 2013) e do Médio Tejo, onde agora se insere;
- ii) Uma perspetiva de evolução recorrendo, na maioria dos casos, a dados relativos aos vários momentos censitários;
- iii) O cruzamento de informação proveniente de diferentes fontes, apesar de eventuais dificuldades de compatibilização (resultantes de processos de recolha ou cálculo diferenciados).

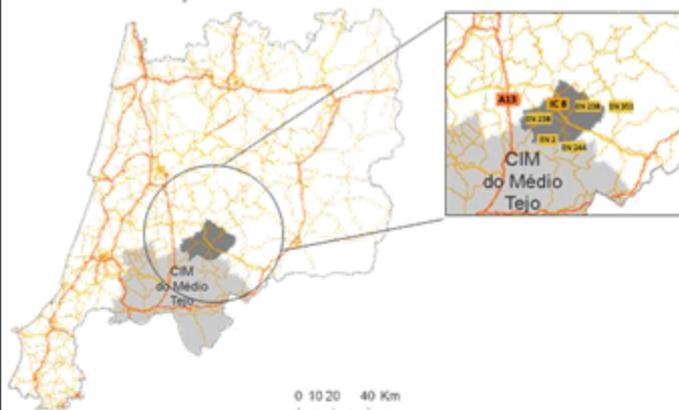
No que respeita à alteração das unidades de referência e à formalização das novas unidades territoriais para fins estatísticos, importa referir que a sua aplicação se iniciou apenas em janeiro de 2015, com o Regulamento 868/2014. O INE está atualmente num processo de atualização das séries históricas de acordo com a nova divisão territorial. Por este motivo, nas tabelas apresentadas, os dados relativos à NUTS III – Médio Tejo traduzem os valores das unidades territoriais em vigor à data dos Censos 2011.

A referenciação às duas unidades de análise NUTS III Pinhal Interior Sul e Médio Tejo acabou por ser encarada como uma oportunidade para melhor situar o Município num quadro mais alargado de características e dinâmicas territoriais e de reconhecer os desafios e oportunidades que se abrem ao seu novo enquadramento supramunicipal e regional.

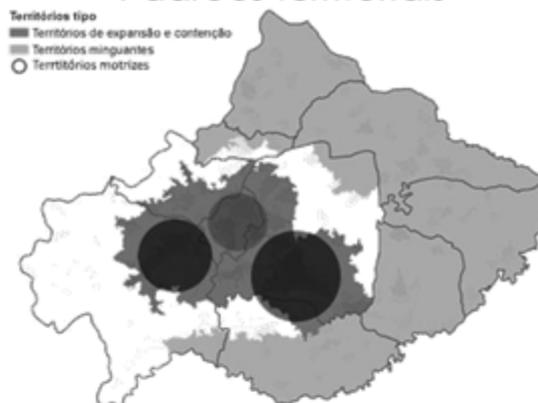
Em anexo podem ser consultadas informações relativas aos indicadores utilizados no trabalho e pequenas notas metodológicas de auxílio à interpretação dos dados apresentados.

Estruturação e ocupação do território

Enquadramento territorial



Padrões territoriais



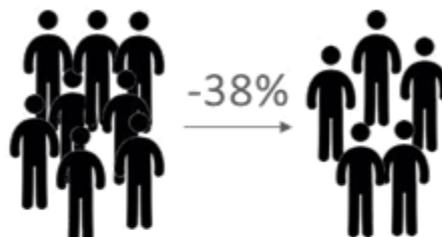
Ocupação do território



Principais espécies	%
eucaliptos	62
pinheiros	37,5
sobreiros	0,31
castanheiros	0,1

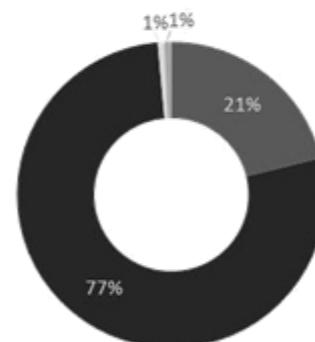
População agrícola

1999 2009



Composição das explorações

- Superfície agrícola utilizada
- Matas e florestas sem culturas sob-coberto
- Superfície agrícola não utilizada
- Outras superfícies



Equipamentos e serviços

Rede escolar

1º ciclo

- **25%** dos alunos (2004/05 e 2014/15)

+ de **50%** fechados (2004-2011)

2º e 3º ciclos

Apenas **60%** da capacidade prevista ocupada

Equipamentos de saúde

Níveis de cobertura razoáveis

Limitações na capacidade de resposta dos serviços disponibilizados: **horários restritos**

dificuldades de transporte

A floresta e os múltiplos usos

Apenas **4%** das explorações desenvolvem atividades lucrativas não agrícolas: turismo rural; produção florestal; **prestação de serviços**; transformação de madeira; produção de energias renováveis

Fortalecimento do cluster da floresta, nos produtos e serviços emergentes:

- Otimização dos processos de produção, transformação, exploração e logística
- Aposta na diversidade, na inovação e em mecanismos de mercado de valorização dos produtos e serviços

Estruturação e ocupação do território

Enquadramento territorial e acessibilidades

O Município da Sertã está localizado na Região Centro (NUTS II) e pertence à NUT III do Médio Tejo. Até 2013 estava inserido na NUTS III do Pinhal Interior Sul e, como se referiu, este é um referencial territorial incontornável nesta caracterização¹.

Em termos administrativos, faz parte do Distrito de Castelo Branco. Não obstante a sua extinção *de facto*, esta divisão administrativa subsiste como referencial organizativo, mas deixou de ser relevante tanto para fins estatísticos como para a definição de políticas.

O Município tem uma área de 446,73 km², dividida, desde 2013, por 10 Freguesias² – Cabeçudo; Carvalhal; Castelo; Pedrogão Pequeno; Sertã; Troviscal; Várzea dos Cavaleiros; União das Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nespéral e Palhais; União das Freguesias de Cumeada e Marmeleiro; União das freguesias de Ermida e Figueiredo.

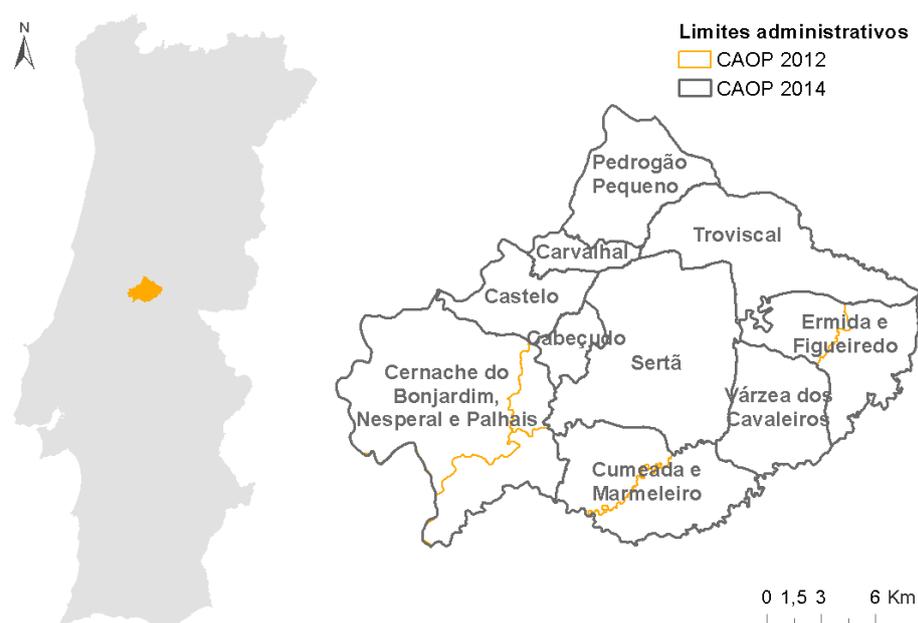


FIGURA 1: ENQUADRAMENTO

Fonte: GETIN-UA (Origem dos dados: INE, DGT)

¹ A Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro veio introduzir algumas alterações relativas à instituição de uma nomenclatura comum às unidades territoriais estatísticas (NUTS). Com esta alteração, o município da Sertã foi incluído na nova NUTS III, do Médio Tejo.

² Esta delimitação das freguesias do Município da Sertã – CAOP 2014 – está de acordo com a reorganização administrativa territorial autárquica, publicada na Lei nº 11-A/2013 de 28 de janeiro.

A rede viária tem um efeito estruturante na ocupação do território. Importa, para efeitos de informação da estratégia, fazer uma leitura, à macro e meso escalas, dos efeitos que a rede viária exerceu e exerce na estruturação do território, através das ligações que assegura e dos níveis de acessibilidade associados.

À macro-escala, interessam as relações de inserção regional e de inter-relação regional, que se traduzem em oportunidades e constrangimentos para as dinâmicas socioeconómicas territorialmente localizadas.

Ao longo das últimas duas décadas a posição da Sertã foi gradualmente melhorada pela melhoria das acessibilidades, com alguns efeitos de amortecimento da sua posição periférica no quadro das disparidades territoriais nacionais de desenvolvimento.

Neste quadro de inter-relação, a conclusão da A13/A13-1 veio reforçar a inserção da Sertã na rede viária de nível superior, até aí assegurada pelo IC8 e pela A23.

A ligação do Município da Sertã ao Eixo Urbano Litoral da Região Centro era até há pouco tempo assegurada pelo A1-IP1, assumindo o IC8 um papel fundamental a partir da Cidade de Pombal. A abertura, em 2013, da A13, que articula com a A1, em Condeixa, e com o IC8, na zona do Avelar, deslocou significativamente o ponto acesso da Sertã e da zona do Pinhal à rede viária de ordem superior, a oeste.

A Sertã ficou também recentemente mais perto da A23, com as melhorias do troço do IC8 'Proença-a-Nova/Vila Velha de Ródão', que aumentaram a sua acessibilidade à capital regional que Castelo Branco constitui, com consequências positivas no acesso a bens e serviços das populações e instituições da zona do Pinhal Sul. Melhoraram também, por esta via, as ligações ao Alentejo, e, em geral, à zona da raia, e o acesso a Espanha e aos itinerários internacionais.

À meso-escala, o IC8, concluído na década de 90, estrutura o Eixo Urbano do Pinhal Sul, cruzando, para além da Sertã, com Ansião, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande³. As melhorias entretanto introduzidas nesta via favoreceram substancialmente as condições de acessibilidade no Eixo Poente, particularmente nos troços Proença-a-Nova/Sertã e Sertã/Ansião⁴, onde, a um nível mais localizado, esta assegura importantes funções de ligações às freguesias envolventes a estes centros.

³ PROT-C, Relatório de Fundamentação Técnica – Modelo Territorial, 2008, p.42 / PROT-C, Proposta Final, 2011, p.39.

⁴ Estudos de Caracterização e Diagnóstico, Revisão do Plano Diretor Municipal, 2012, p.271.

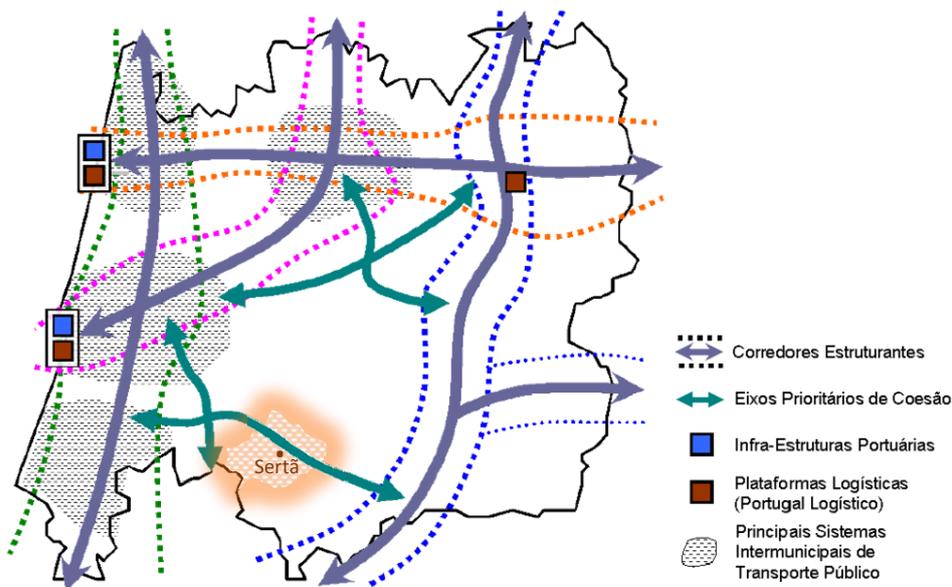


FIGURA 2: SISTEMA DE ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES I
 Fonte: Adaptada da proposta do PROT-Centro, maio de 2011, pp. 58

O reforço gradual das acessibilidades das últimas décadas poderá propiciar à Sertã, no seu novo enquadramento territorial, na CIM do Médio Tejo, um papel de charneira relativamente aos territórios da antiga NUTSIII do Pinhal Interior Sul.

Efetivamente, na ausência de um centro polarizador, e face ao carácter centrífugo e deprimido do território em que se insere, a Sertã poderá ver reforçado o seu papel de polo urbano na rede sub-regional, a norte. Para isso poderá contribuir também o processo de concentração demográfica e de atividades económicas a que se vem assistindo, na sede do Município e no triângulo Sertã-Cernache-Cabeçudo e sua envolvente, como adiante se verá. Para isso devem concorrer também medidas de políticas que auxiliem a contrair a tendência de declínio demográfico, nomeadamente: i) o reforço da oferta de serviços móveis; ii) o investimento nos centros urbanos e iii) a aposta ao nível da rede de mobilidade e transportes⁵.

De salientar que, de entre estes desafios, foi dado relevo, durante o processo de auscultação realizado, à reabilitação urbana, enquanto área de intervenção estratégica, na articulação entre a acessibilidade e mobilidade e o potencial de retenção e atração de diferentes segmentos populacionais e de investimentos. Necessariamente, o aprofundamento desta reflexão deverá equacionar soluções para os problemas identificados e para as aspirações da Sertã numa perspetiva de ajustamento do seu papel no quadro territorial em que agora se insere.

⁵ Ibid., p.56.

A uma escala mais localizada, a EN2, a EN238 e o IC8, que confluem na sede do município, constituem a rede estruturante da ocupação do seu território, assegurando funções de ligação internas e externas, de proximidade intrarregional.

A EN2 (de 1ª classe) atravessa o município no sentido Norte-Sul. É, para Sul, a ligação da Cumeada à Sertã, na ligação que esta via estabelece com os Municípios de Vila de Rei e de Abrantes. Para norte, na ligação da Sertã a Pedrogão Grande, é mais visível o seu efeito de estruturação da ocupação, nas Freguesias de Carvalhal e Pedrogão Pequeno.

A antiga EN238 (de 2ª classe) que assegura as ligações, a Noroeste com Figueiró dos Vinhos (através da antiga EN237) e a sudoeste com Ferreira do Zêzere, tem efeitos significativos na ocupação humana no troço Casal da Madalena-Cernache-Cabeçudo-Sertã e, na sua ligação, a Norte, com o município de Oleiros, entre o Maxial e a Freguesia do Troviscal

Finalmente, a este nível, o próprio IC8 que, como se referiu vem cumprindo funções de variante ou de circular externa nas ligações entre freguesias localizadas nas imediações do seu eixo e entre estas e a sede do município, no sentido Norte-Sudeste, desde Pedrogão Pequeno até à Maljoga, na ligação a Proença-a-Nova. Alguns efeitos de reconcentração urbana não são alheios à redefinição das acessibilidades internas resultantes da existência do IC8.

Relativamente aos eixos viários referidos interessa salientar que a aspiração da Sertã de ver requalificada a EN238 foi acolhida pela CIM do Médio Tejo, que reconhece a obsolescência daquela via, no troço⁶ entre a povoação de Cernache do Bonjardim/Sertã e Ferreira do Zêzere, e de ligação ao IC8 - A13 - IC9. Este reconhecimento é, aliás, uma das primeiras consequências visíveis da integração da Sertã nesta CIM, que vê nas condições atuais de desempenho da via, naquele troço, um fator de dissuasão da ligação do Município à sua própria Comunidade. Por esse motivo, atribuiu à melhoria desta via uma importância estratégica a nível regional, quer no estreitamento das relações da Sertã à sua (nova) Comunidade, quer na ultrapassagem de riscos e constrangimentos existentes na sua utilização atual, em particular no transporte de mercadorias.

De referir, ainda, que de acordo com o Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes do Médio Tejo, em fase de elaboração, o IC8 é, de entre as via referidas, aquele que suporta as maiores cargas de tráfego. Além disso, o troço que liga a Sertã a Pedrogão Grande (e consequentemente a Condeixa-a-Nova e a Pombal) foi aquele que registou o aumento mais

⁶ O troço em causa compreende cerca de 20,5 quilómetros, no total, sendo 6 quilómetros no concelho da Sertã, entre Casal da Madalena e Ponte do Vale da Ursa, e 14,5 no concelho de Ferreira do Zêzere, entre Ponte do Vale da Ursa até à A13, nó de Pias.

significativo do tráfego motorizado e aquele em que o aumento de tráfego de pesados foi mais expressivo (superior a 50%), em contraste com o que se passou no troço a Sudeste. A manter-se a tendência de crescimento poderá suscitar-se a necessidade de reconfiguração do perfil transversal da via nos troços em que as pendentes penalizam significativamente o tráfego de pesados, reduzindo drasticamente a velocidade média de circulação para todos.

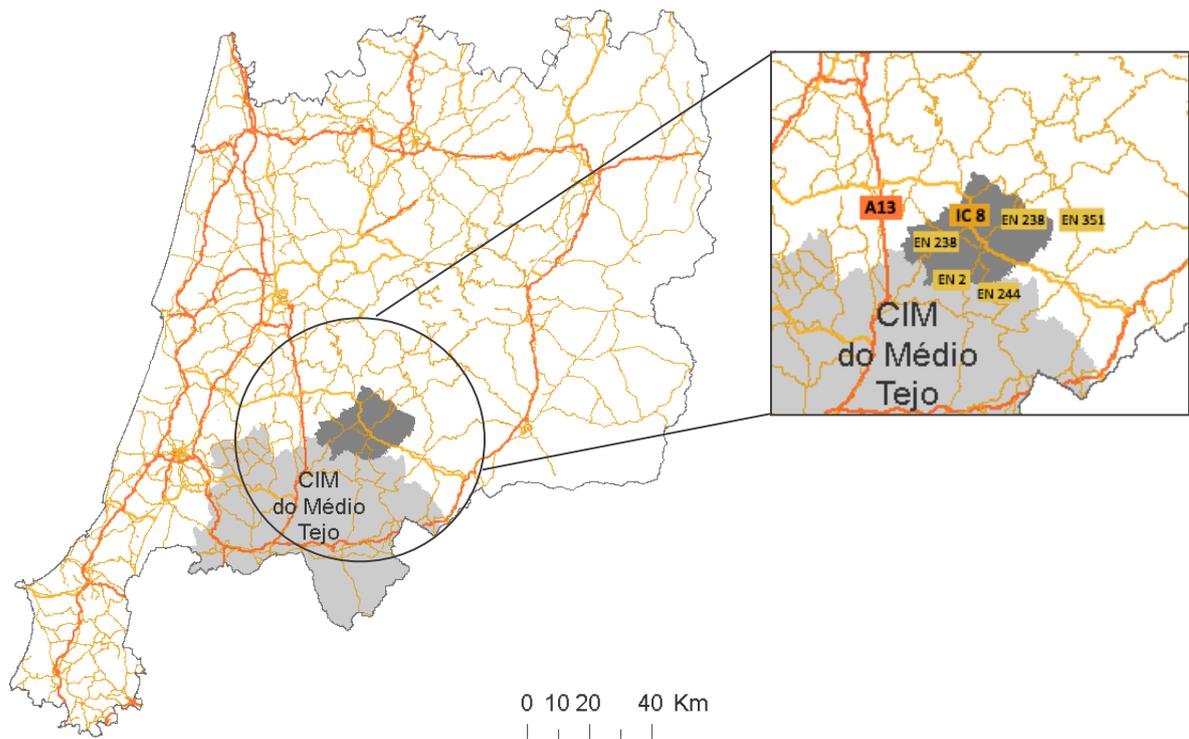


FIGURA 3: SISTEMA DE ACESSIBILIDADE E TRANSPORTE II
Fonte: GETIN_UA (Origem dos dados: INE, DGT)

Importa completar este quadro de análise dando nota, de forma sintética, de alguns aspetos relativos às acessibilidades intraconcelhias.

Quanto às condições de acessibilidade à Sede de Município, destacam-se: i) pela positiva, as localidades de Cernache do Bonjardim, Cumeada, Cabeçudo e Nespéral, cuja distância à Sertã é inferior a 10km e ii) pela negativa, a localidade de Pedrógão Pequeno, localizado a mais de 15km de distância da sede municipal.

Alguns condicionalismos de natureza morfológica continuam a fazer-se sentir nos traçados viários sinuosos de algumas das antigas estradas nacionais e municipais que continuam a cumprir funções de distribuição e acesso local, não obstante as alterações introduzidas pelo Plano Rodoviário Nacional de 2000 e a ultrapassagem de alguns constrangimentos realizados no âmbito da Concessão Rodoviária do Pinhal Interior. Estas situações, afetam particularmente as

zonas mais remotas – mais afastadas da sede e da rede viária principal – e, eventuais intervenções, devem ser equacionadas num quadro alargado de preocupações.

O levantamento dos níveis de cobertura de equipamentos e de acessibilidade a bens e serviços, que adiante se apresenta, deve fazer parte do aprofundamento desse quadro de reflexão, bem como a avaliação das necessidades de eventual reforço das melhorias entretanto alcançadas: i) ao nível do transporte interurbano concelhio; ii) pontualmente, ao nível do transporte interurbano interconcelhio; iii) na rede de apoio escolar, que integra as componentes do transporte escolar e do transporte público; iv) nas ligações asseguradas pela Rede Nacional de Expressos para os municípios vizinhos e para todo o País e v) nas ligações garantidas pela Câmara Municipal da Sertã a algumas zonas de difícil acesso. Importa consolidar os projetos intermunicipais, alguns dos quais já em curso no âmbito da implementação da estratégia do Médio Tejo, como o *Transporte a Pedido no Médio Tejo*, e estender o processo de colaboração às áreas dos equipamentos e serviços públicos, sobretudo em situações de fronteira.

Também a eventual existência de situações críticas das populações afetadas em lugares mais remotos deve ser incluída na reflexão, acomodando a particular vulnerabilidade de pessoas que vivem isoladas ou em lugares de muito pequena dimensão, em quadros sociais em que o envelhecimento anda a par com fracos recursos económicos e baixos níveis de literacia académica e tecnológica. Uma abordagem mais apurada desta questão é feita na secção relativa aos padrões territoriais.

Ocupação do território

Usos do solo

O Município da Sertã é um território com traços de ruralidade, predominantemente de baixa densidade, no qual a floresta ocupa mais de 75% da área.

Efetivamente, os aglomerados urbanos e as áreas urbanizadas de atividade empresarial ocupam pouco mais de 3%. Assim, uns expressivos 96% são ocupados por espaços rurais e espaços naturais. O espaço rural (agrícola e florestal) ocupa 94% da área do município, correspondendo a área ocupada exclusivamente pelo espaço florestal a 78%, ou seja, 35 318 hectares⁷.

A extensão da ocupação florestal na Sertã confere-lhe um carácter distintivo no contexto do Pinhal Interior Sul, atendendo a que detêm quase 1/3 da mancha florestal deste território. No seu novo enquadramento territorial, no Médio Tejo, a vocação florestal da Sertã sai fortemente reforçada, uma vez que nesta CIM a área florestal ocupa, em média, apenas 31% do território.

Os recursos hídricos ocupam uma parte significativa do território. Destaca-se a influência do Rio Zêzere, da Ribeira da Sertã e da Ribeira da Isna na estruturação do território municipal, do ponto de vista da definição da sua estrutura ecológica e do padrão de ocupação populacional. A Sertã partilha dois dos cursos de água mais representativos do quadrante Norte-Oeste da macro estrutura ecológica do Pinhal Interior Sul, segundo o PROF: o rio Zêzere, que delimita a fronteira do Município a norte e ocidente e a Ribeira da Isna, que atravessa este território no sentido Noroeste-Sudeste e delimita a sul, o território da Sertã.

Na estrutura ecológica da Sertã pontuam os corredores ecológicos que acompanham os rios Zêzere e Isna, e a Ribeira da Sertã, e a transposição territorial das sub-regiões homogéneas e funções, definidas no âmbito do PROF do Pinhal Interior Sul, designadamente: i) Floresta do Meio, que ocupa a maior parte o território, a norte e a sul da Ribeira da Sertã, e que tem como vocação estratégica predominante a produção, seguida de atividades silvo-pastorícia, caça e pesca e proteção, e ii) Floresta de Alvelos e Pampilhosa que forma duas manchas de ocupação com alguma expressão, nas fronteiras com Oleiros e Proença-a-Nova. Nestas áreas as prioridades estratégicas, daquele instrumento, vão para as funções de silvo-pastorícia, caça e pesca e de proteção, surgindo a produção em último. Compreende ainda as faixas de gestão de combustível, relacionadas com a estratégia de combate a incêndios que, sendo um dos aspetos

⁷ Gabinete Técnico Florestal do Município da Sertã, 2012

cruciais da gestão e da manutenção da floresta, ganha significado na Sertã e no Pinhal Interior, devido à sua extensão.

A expressão territorial e a composição da sua estrutura ecológica, demarcada pela floresta e pelos recursos hídricos, representam um enorme desafio de gestão integrada, na compatibilização da sua exploração económica com as funções sociais e os serviços ambientais que desempenham. Requer uma abordagem à multifuncionalidade dos produtos e serviços fornecidos à sociedade: i) produção de bens alimentares e não alimentares (alimentação, madeira, energia); ii) bem-estar material (sustentabilidade das empresas agrícolas e florestais, mercados locais de produtos, segurança alimentar) e imaterial (paisagem rural, manutenção de práticas e tradições culturais, biodiversidade) e iii) proteção de bens públicos (proteção dos solos, dos fatores de produção, da biodiversidade, regulação hidrológica); e bens privados (fruição de direitos de propriedade, regulação de externalidades, etc.).

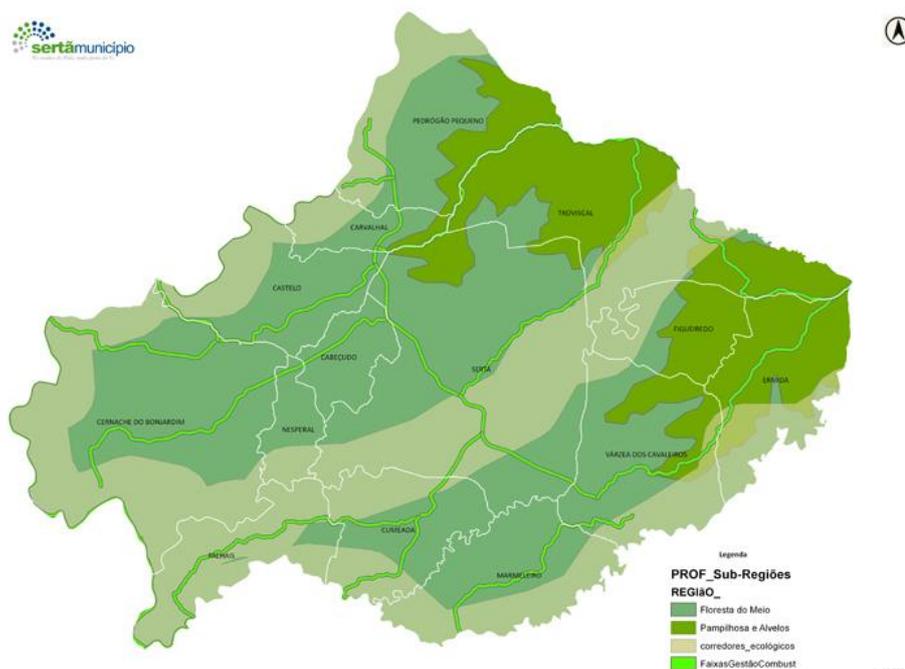


FIGURA 4: ESTRUTURA ECOLÓGICA

Fonte: Disponível em cm-sertã.pt (Origem do mapa: Plano Regional de Ordenamento Florestal, 2008)

Por sua vez, na estrutura de ocupação do solo pela urbanização, distinguem-se dois padrões: i) os núcleos urbanos mais densos – principalmente Sertão e Cernache do Bonjardim, mas também algumas povoações em torno destas, como Cabeçudo, Outeiro da Lagoa, Nespéral – com um tecido urbano mais concentrado, e ii) uma estrutura de povoamento mais dispersa, que se estende por todo o território municipal e se vai tendencialmente rarefazendo, em termos de dimensão dos aglomerados, do centro para a periferia. A localização dos equipamentos e

serviços tende a acompanhar o nível de centralidade das localidades, mas os efeitos da racionalização da sua distribuição, em função das dinâmicas de envelhecimento e emigração e da contenção de gastos públicos, recai naturalmente sobre as periferias.

Este panorama coloca, por sua vez, outros desafios de gestão integrada, relacionados, neste caso, com a coesão socio-territorial e com os níveis de qualidade de vida. Suscita a compatibilização de intervenções que assegurem simultaneamente a qualificação urbana, que garanta serviços e amenidades urbanas no centro, e a garantia de acesso a bens e serviços nas zonas mais rurais e mais periféricas.

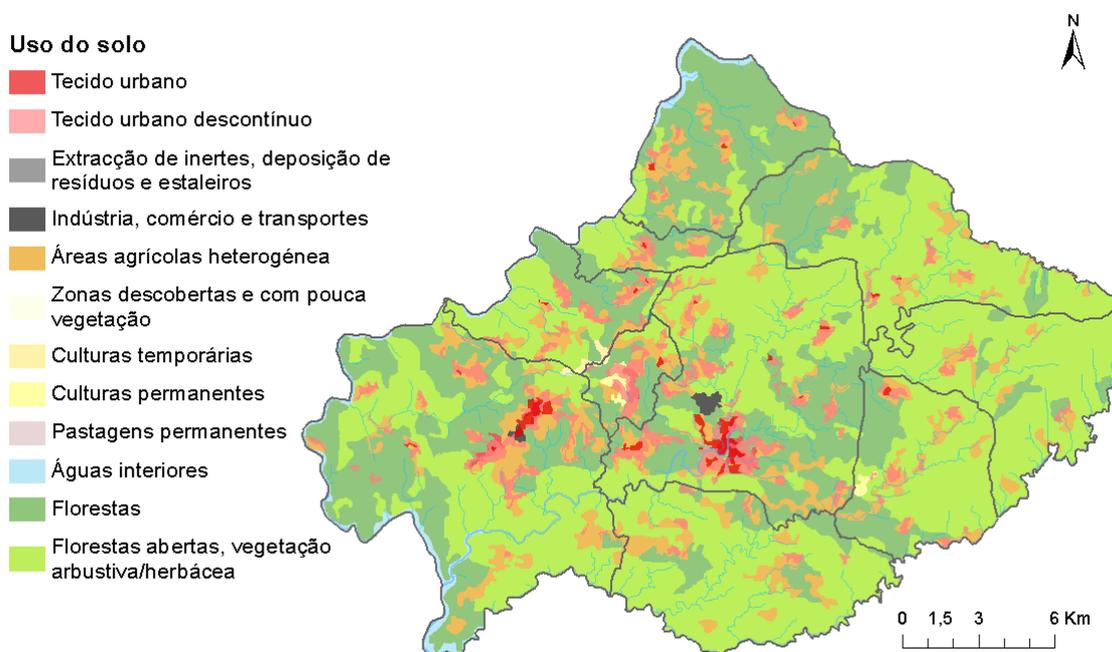


FIGURA 5: USO DO SOLO

Fonte: GETIN_UA (Origem dos dados: Agência Europeia do Ambiente, DGT)

TABELA 1: RESUMO DA OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DA SERTÃ

Categoria de ocupação	Área (ha)	%
Tecido urbano	1137	2,5
Indústria, comércio e transportes	222	0,5
Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção	37	0,1
Espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas históricas	14	0,0
Culturas temporárias	614	1,4
Culturas permanentes	863	1,9
Pastagens permanentes	150	0,3
Áreas agrícolas heterogéneas	3986	8,9
Florestas	16305	36,5
Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea	20166	45,1
Zonas descobertas e com pouca vegetação	201	0,4
Águas interiores	978	2,2

Fonte: Relatório de Caracterização e Diagnóstico, Revisão do PDM (2012)

Floresta

A Sertã é um território com uma vocação predominantemente florestal, como referido anteriormente. O grande significado dos recursos naturais do Município – associados aos recursos hídricos, mas sobretudo à floresta – conferem-lhe um carácter territorial distintivo, que saiu reforçado no seu novo enquadramento, no Médio Tejo, e que pode representar uma margem acrescida de negociação de opções e medidas de política, ajustadas às suas especificidades.

Uma abordagem à questão chave da sustentabilidade económica e ambiental do Município passa necessariamente pela adequada gestão do vasto território ocupado pela floresta, ao nível das intervenções permitidas e adequadas, do ponto de vista do povoamento florestal, das condições de exploração económica e de manutenção. Interessa, por isso, em primeiro lugar, dar destaque às principais características da população agrícola, da propriedade (essencialmente a partir dos dados do último recenseamento agrícola). Em segundo lugar, com base noutras fontes, abrir algumas linhas de reflexão sobre os condicionalismos e oportunidades do modelo atual de gestão da floresta e eventuais alternativas.

No que concerne à composição e ocupação da floresta, as principais espécies presentes no território, são: eucaliptos (62%), pinheiros (37,5%), sobreiros (0,31%) e castanheiros (0,1%), mas, em termos de ocupação, de acordo com o Plano Municipal de Intervenção Florestal (1997), a área florestal era amplamente dominada pela presença de pinheiro bravo (91,1%). Estas espécies estão distribuídas no território da Sertã, essencialmente, em três tipos de ocupação: cultura de eucalipto, cultura de pinheiro bravo, e um misto de ambas.

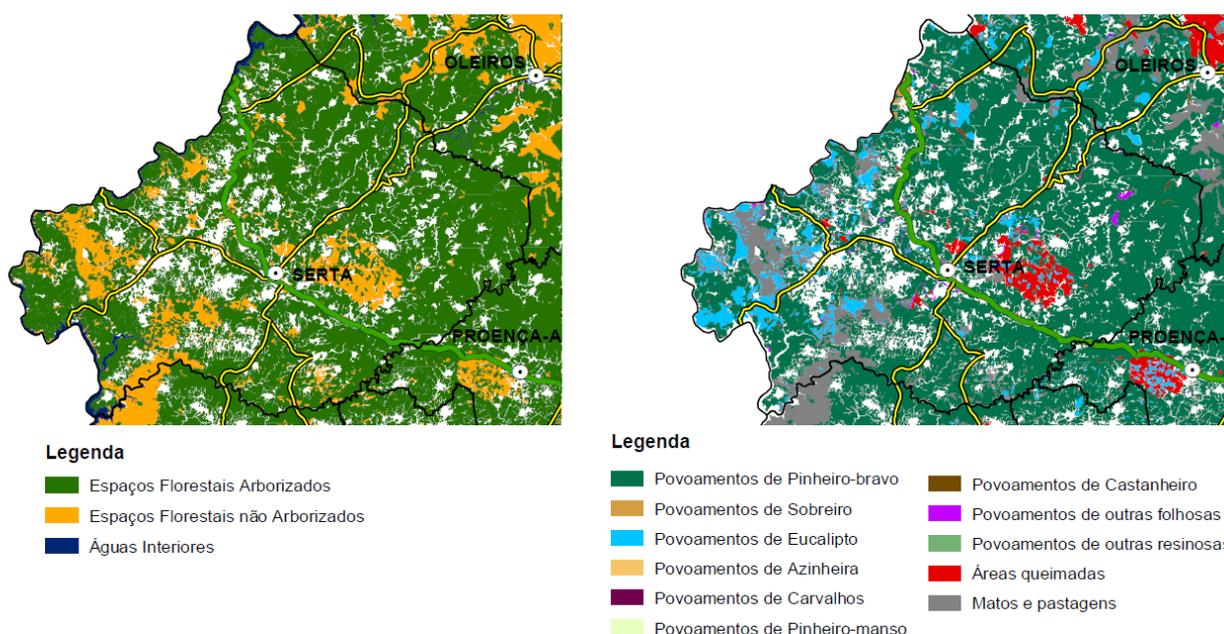


FIGURA 6: COMPOSIÇÃO DOS ESPAÇOS FLORESTAIS – ESPAÇOS ARBORIZADOS E TIPO DE POVOAMENTO
Fonte: Adaptado de Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Sul

Na última década – entre 1999 e 2009 – a redução do número de explorações foi generalizada em Portugal. Na Sertã esta diminuição foi de cerca de 35%, e homogénea em todas as freguesias, à exceção de Pedrógão Pequeno (que registou um decréscimo de 13%). No que respeita à estrutura fundiária do Município, ressalta a predominância das pequenas explorações agrícolas. Embora estruturalmente a distribuição de explorações pelas diferentes classes de superfície agrícola utilizada seja semelhante (onde predominam as explorações de menor dimensão), a dimensão da superfície útil é inferior à média nacional. Contrastam os 2% de explorações com dimensão entre 5 e 20 ha no Município da Sertã, com os 17% a nível nacional. Em termos evolutivos, como refere o Recenseamento Agrícola, têm-se vindo a registar alterações na estrutura fundiária com um decréscimo das unidades produtivas entre 1 a 5 hectares de SAU, a favor de um aumento das explorações de maior dimensão (com 50 ou mais ha).

TABELA 2: NÚMERO DE EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS (ha E % DO TOTAL)

Unidades Geográficas	Período de referência dos dados – 2009	
Portugal	305266	-
Centro	83187	-
Médio Tejo	9601	-
Pinhal Interior Sul	4994	-
Sertã	1666	100%
Cabeçudo	64	3,8%
Carvalhal	63	3,8%
Castelo	116	7,0%
Pedrógão Pequeno	155	9,3%
Sertã	340	20,4%
Troviscal	190	11,4%
Várzea dos Cavaleiros	142	8,5%
Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais	346	20,8%
Cumeada e Marmeleiro	132	7,9%
Ermida e Figueiredo	118	7,1%

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 2009

Outra nota interessante refere-se à composição da superfície das explorações. A nível nacional a maior fatia corresponde à superfície agrícola utilizada, seguindo-se a superfície florestal. A Região Centro mantém este padrão. Contudo, no Município da Sertã estas ordens de grandeza invertem-se.

TABELA 3: COMPOSIÇÃO DA SUPERFÍCIE TOTAL DAS EXPLORAÇÕES (ha E % DO TOTAL)

Tipo de utilização das terras	Superfície das explorações agrícolas (ha)									
	Portugal		Centro		Médio Tejo		Pinhal Interior Sul		Sertã	
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
Superfície agrícola utilizada	3668145	77,9	570003	64,8	43332	58,2	9714	23,2	2463	21,1
Matas e florestas sem culturas sob-coberto	842208	17,9	260758	29,6	28667	38,5	31216	74,5	9033	77,5
Superfície agrícola não utilizada	127691	2,7	34334	3,9	1259	1,7	739	1,8	78	0,7
Outras superfícies	71087	1,5	14631	1,7	1131	1,5	209	0,5	86	0,7
Total	4709131	-	879726	-	74390	-	41878	-	11660	-

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 2009

As pastagens permanentes ocupam apenas 5,5 % da superfície agrícola utilizada, em contraste com o que acontece na Região Centro (33%) e em Portugal (50%). Este contraste reflete-se no padrão de mobilização da superfície agrícola utilizada, que se traduz, em termos comparativos, na presença de, sobretudo, culturas permanentes (75%), mas, também, de hortas familiares. Em contrapartida, o peso das pastagens permanentes e das terras aráveis é muito inferior. O padrão é mais próximo do evidenciado pelo Pinhal Interior Sul do que do Médio Tejo, embora também aqui se denotem os traços associados à agricultura de subsistência familiar, nas tipologias de utilização permanentes ou temporárias. Este padrão de utilização agrícola reflete o peso que a mão-de-obra familiar assume no cômputo geral.

A estrutura fundiária, traduzida na composição da superfície agrícola utilizada, a posse de propriedade dos terrenos, associada às pequenas propriedades, e os problemas de ausência de cadastro, que intensificam o desconhecimento dos limites da propriedade, são aspetos determinantes no planeamento e gestão dos espaços florestais.

TABELA 4: COMPOSIÇÃO DA SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA (ha E % DO TOTAL)

Localização geográfica	Composição da superfície agrícola utilizada								
	Total	Terras aráveis		Horta familiar		Culturas permanentes		Pastagens permanentes	
	ha	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
Portugal	3668145	1173127	32,0	19695	0,5	690725	18,8	1784598	48,7
Centro	570003	215788	37,9	8218	1,4	157603	27,6	188394	33,1
Médio Tejo	43332	13961	32,2	673	1,6	20783	48,0	7915	18,3
Pinhal Interior Sul	9714	1744	18,0	372	3,8	6669	68,7	929	9,6
Sertã	2463	394	16,0	143	5,8	1790	72,7	136	5,5

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 2009

No contexto nacional, apenas 4% das explorações desenvolvem atividades lucrativas não agrícolas (turismo rural e atividades diretamente relacionadas; produção florestal; prestação de serviços; transformação de madeira; produção de energias renováveis, etc.). Na Sertã este tipo de exploração corresponde a cerca de 1% (16 explorações), representando somente 0,1% relativamente ao total nacional. Destas explorações 63% (10 explorações) estão envolvidas em prestações de serviços e em cada um dos restantes tipos de atividade (turismo, transformação de produtos, produção de energias renováveis) têm uma presença marginal. Tal como acontece a nível nacional. Na Sertã, há apenas uma exploração dedicada à produção de energias renováveis, embora se possa destacar as ações de sensibilização e de esclarecimento sobre os resíduos florestais e biomassa e a sua importância para a desmatização da floresta e consequente minimização de perigo de incêndios (Relatório de Caracterização e Diagnóstico, Revisão do PDM, 2012).

Reconhece-se, no Pinhal Interior Sul, a existência de um conjunto de condições favoráveis ao desenvolvimento económico e melhoria da qualidade de vida, centradas nas características endógenas da região. Nesta perspetiva os recursos naturais, e em particular a floresta, ganham novamente relevo. Entende-se que a exploração destes recursos poderá suportar o surgimento de atividades produtivas e de serviços capazes de fortalecer o cluster associado à fileira da floresta que se tem vindo a desenvolver. Sendo assim, a necessidade de avaliar a estrutura produtiva da floresta portuguesa configura um desafio corrente. A capacidade de promover um desenvolvimento sustentado pode depender de alterações de paradigmas associados aos produtos tradicionais (com maior peso na balança comercial) – onde importa refletir acerca da otimização dos processos de produção, transformação, exploração e logística – e nos produtos e serviços emergentes – envolvendo a aposta na diversidade, na inovação e em mecanismos de mercado de valorização dos produtos e serviços.

TABELA 5: EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS POR TIPO DE ATIVIDADE LUCRATIVA NÃO AGRÍCOLA

Tipo de atividade (lucrativa não agrícola)	Explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas				
	Portugal	Centro	Médio Tejo	Pinhal Interior Sul	Sertã
Turismo rural e atividades diretamente relacionadas	606	92	11	2	1
Artesanato e transf. de prod. agrícolas não alimentares	78	24	1	2	-
Transformação de produtos agrícolas alimentares	1148	604	78	19	2
Produção florestal	10842	7021	27	1	1
Prestação de serviços	1740	557	53	16	10
Transformação de madeira	118	35	1	-	-
Aquacultura	16	3	-	-	-
Produção de energias renováveis	101	28	2	1	1
Outras atividades lucrativas	1305	87	28	1	1
Total	15284	8227	187	41	16

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 2009

Pelo peso que a agricultura e a floresta assumem na Sertã, importa refletir acerca da importância da população agrícola⁸ na população residente, perceber de que forma é que o seu perfil socioeconómico influencia estas atividades e, dar algumas pistas sobre as perspetivas de evolução do setor no município.

O quadro seguinte apresenta a relação da população agrícola nos períodos do recenseamento (1999 e 2009) face à população residente registada nos últimos censos (2001 e 2011). A população agrícola tem vindo a registar decréscimos significativos: em 2001 a população agrícola representava quase metade da população residente e em 2011 esse valor passou para 27%. Em termos globais, representa uma diminuição de 38%. A análise por freguesia torna mais evidentes as características marcadamente urbanas de algumas freguesias, onde o peso da população agrícola é menor (ainda que superior à do país e NUTS II). A União das Freguesias de Ermida e Figueiredo e as Freguesias de Troviscal e de Pedrógão Pequeno surgem como localidades onde mais de 50% da população residente continua ligada ao setor.

TABELA 6: POPULAÇÃO AGRÍCOLA

Unidades Geográficas	População agrícola		Relação (%) da população residente*	
	2009	1999	2009	1999
Portugal	793169	1236214	7,5	11,9
Centro	267935	466293	11,5	19,9
Médio Tejo	22795	34889	10,3	15,4
Pinhal Interior Sul	12644	20313	31,1	45,3
Sertã	4264	6872	26,9	41,1
Cabeçudo	153	270	16,0	27,0
Carvalhal	179	286	38,5	46,7
Castelo	314	544	30,0	46,8
Pedrógão Pequeno	399	477	53,0	52,1
Sertã	900	1472	14,5	26,8
Troviscal	497	809	57,5	71,3
Várzea dos Cavaleiros	403	563	49,1	58,2
Cernache do Bonjardim, Nespéral e Palhais	825	1456	22,8	36,7
Cumeada e Marmeleiro	289	522	39,5	59,5
Ermida e Figueiredo	305	473	72,1	80,6

* Foram considerados os dados da população residente à data dos censos de 2001 e 2011
 Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 2009

⁸ População agrícola refere-se ao “conjunto de pessoas que fazem parte do agregado doméstico do produtor (singular) quer trabalhem ou não na exploração, bem como os outros membros da família que não pertencendo ao agregado doméstico, participam regularmente nos trabalhos agrícolas da exploração” (Recenseamento Agrícola, 2009).

No que à estrutura etária diz respeito, são os indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos que representam a fatia mais significativa (~40%). O decréscimo populacional refletiu-se em todos os grupos etários, mas a diminuição foi mais expressiva entre os 25 e 34 anos e os 35 e 44 anos (superior a 50%). Esta tendência está em conformidade com a acentuada tendência de envelhecimento da população, que territórios como a Sertã enfrentam. Verifica-se também que as qualificações da população agrícola continuam a ser deficitárias: a formação agrícola resulta exclusivamente da prática. Em termos evolutivos, importa destacar o comportamento em contraciclo, face aos valores do País e Região Centro, onde se verificou um progresso, de diminuição do número de produtores sem qualquer nível de instrução. Embora de forma menos acentuada, a Sertã acompanhou o aumento da importância relativa dos indivíduos com habilitações literárias (Recenseamento Agrícola, 2009).

TABELA 7: ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO AGRÍCOLA (Nº E %)

Grupo etário	População agrícola									
	Portugal		Centro		Médio Tejo		Pinhal Interior Sul		Sertã	
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%
15 - 24 anos	117749	14,8	32656	12,2	2288	10,0	1321	10,4	540	12,7
25 - 34 anos	64823	8,2	20410	7,6	1473	6,5	743	5,9	245	5,7
35 - 44 anos	78124	9,8	23273	8,7	1702	7,5	997	7,9	370	8,7
45 - 54 anos	120348	15,2	39317	14,7	3303	14,5	1823	14,4	610	14,3
55 - 64 anos	149792	18,9	55070	20,6	4470	19,6	2357	18,6	749	17,6
65 e mais anos	262333	33,1	97209	36,3	9559	41,9	5403	42,7	1750	41,0
Total	793169	-	267935	-	22795	-	12644	-	4264	-

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 2009

A Escola Tecnológica e Profissional da Sertã tem uma oferta formativa específica associada à vocação florestal/agrícola do território (por exemplo, na área da Produção Agrícola e Animal, da Silvicultura e Caça e do Turismo e Lazer), com margens de progressão, e pode ter, por isso, um papel importante na qualificação dos desempenhos do sector. O agrupamento de Escolas da Sertã e a Incubadora Empresarial da Sertã podem também assumir um papel importante no desenho e divulgação da oferta educativa. Simultaneamente refira-se o recentemente criado Centro de Inovação e Competências da Floresta – SerQ, que congrega uma rede de parceiros capaz de criar as sinergias, explorando três abordagens complementares: i) investigação científica da madeira e floresta, ii) inovação e iii) articulação com tecido empresarial. A autarquia, as iniciativas locais em curso de apoio ao empreendedorismo (Incubadora

empresarial da Sertã), o Instituto de Emprego e Formação Profissional e o sistema de ensino (secundário e técnico-profissional) são alguns dos outros parceiros essenciais à criação de massa crítica e de capacidade operativa relativamente a uma eventual estratégia neste domínio. É exetável que daí possa resultar uma melhoria global do sistema de gestão florestal, que direciona cada uma das abordagens referidas às preocupações ambientais (considerando os impactos ecológicos no longo prazo), sociais (balançando os interesses económicos dos proprietários e a sustentabilidade dos recursos, numa perspetiva multidimensional), e económicas (garantindo o adequado aproveitamento florestal na ótica de novos mercados, novas exigências, diferenciação e valorização dos produtos).

De facto, a preocupação de muitos agentes locais prende-se com a falta de ordenamento e gestão da floresta, que no longo prazo pode deixar de representar uma mais-valia económica. Entendem que a floresta não é um mero produto económico que pode trazer riqueza para o Município, mas um produto esgotável, que se não for ordenada de forma ambientalmente racional perde a sua força. Assim, é premente definir uma visão estratégica para a floresta que responde i) aos constrangimentos da propriedade (impossibilidade de identificação dos proprietários, vontade privada pela rentabilização) e ii) aos desafios de planeamento e gestão do espaço florestal (incluindo os critérios de parcelamento; a limpeza do território, das matas; o problema dos incêndios).

Como se salientou, um dos aspetos sensíveis na gestão da floresta (do seu uso e transformação) prende-se com os incêndios. A questão ganha magnitude na Sertã, devido à extensão da ocupação da floresta e, conseqüentemente da exposição de pessoas e atividades humana, mas, devido também, às particulares circunstâncias locais⁹: i) uma orografia vincada com conseqüências ao nível da prevenção e supressão de incêndios, em termos de gestão de combustíveis em vales encaixados e linhas de água e da construção e manutenção de acessos, entre outros; ii) um denso coberto arbustivo de recuperação pós-incêndio ou em subcoberto do pinheiro bravo ou do eucalipto, constituído por carqueja, giesta, esteva, silva, entre outras, que potenciam a continuidade vertical e horizontal de combustíveis e iii) o envelhecimento demográfico e o abandono de atividades típicas das comunidades rurais, como o pastoreio e a extração de lenha e mato, que tem provocado um aumento da carga de combustível disponível nos espaços florestais e rurais.

⁹ Saturnino et al, 2010

Existe evidência¹⁰ de que a ocorrência de grandes incêndios florestais depende não tanto da ocupação do solo, mas das condições meteorológicas na altura do incêndio e que o problema principal dos fogos nesta região reside na continuidade dos combustíveis florestais, os quais em condições relativamente normais, e face a algumas das condicionantes acima descritas, dão origem a grandes fogos florestais.

Aliás é essa constatação que está na base da estratégia em implementação da exploração da biomassa, que privilegia, na decisão sobre a implementação das centrais em locais com elevada fitomassa, elevado risco estrutural de incêndio e potência disponível, evitando sobreposição com grandes consumidores de energia. A estratégia tem, portanto, a dupla vantagem de reduzir significativamente os riscos de incêndio e de ser uma fonte alternativa de energia.

Como reconheceram os participantes no processo de auscultação, esta é uma via decisiva para a resolução do problema e, não obstante os passos já dados, o eventual reforço desta estratégia está dependente de diversos fatores externos, entre outros: i) as tarifas de remuneração da energia elétrica que impedem uma melhor remuneração da biomassa; ii) uma forte pressão competitiva nos preços internacionais da biomassa que incentivam a sua exportação e iii) a harmonização da taxa de IVA da biomassa e da exploração de outras energias renováveis, atualmente praticada (23%), com a taxa intermédia de 13% aplicada a combustíveis fósseis.

Estas e outras questões mereceram a atenção ao nível da Assembleia da República, no Grupo de Trabalho da Biomassa¹¹, de que resultou um conjunto de recomendações, de entre as quais se destaca: i) a criação de uma rede estruturada de pontos de recolha de biomassa em articulação com as autarquias locais (e apoio aos produtores); ii) uma reestruturação profunda da gestão da floresta, através do aprofundamento do modelo das ZIF ou outras formas de gestão integrada, atribuindo responsabilidades concretas aos vários intervenientes e criando mecanismos que incentivem os proprietários à gestão ativa da floresta; e iii) o reforço do apoio às Organizações de Produtores Florestais (OPF), com uma contratualização clara das suas responsabilidades em matéria de limpeza das faixas de gestão de combustível, pode contribuir ativamente na prevenção dos incêndios florestais.

Este grupo de trabalho chamou, ainda a atenção para alguns obstáculos à implementação da estratégia, de entre outros: i) que as centrais de biomassa são abastecidas com sobrantes da exploração florestal (ramadas, bicadas e restos de corte das árvores), e não apenas com matos

¹⁰ Saturnino et al, 2010

¹¹ Assembleia da República, Grupo de Trabalho da Biomassa, Comissão de agricultura e mar, Junho de 2013

resultantes da limpeza das florestas e, portanto, a ideia de que a construção de centrais de biomassa, por todo o país, iria resolver decisivamente a redução do risco de incêndio, na medida em que a procura de biomassa iria levar à limpeza das matas e conseqüente redução de carga de combustível, não corresponde totalmente à realidade. Como adiantam, isto poderá estar a traduzir-se na possibilidade de as centrais de biomassa provocarem um desequilíbrio no mercado, havendo um excesso de procura face à oferta de matéria-prima; ii) não existe uma coordenação entre os agentes do setor florestal e do setor energético e iii) é essencial a existência de um cadastro da propriedade rústica de todo o país atualizado.

Muitas destas questões estarão certamente relacionadas com o impasse dos agentes do consórcio a quem foi atribuída a concessão de uma nova central de biomassa na Sertã, de 10 MVA, que viria triplicar a potência já instalada (3 MVA).

Outra questão que deve ser considerada é o longo ciclo económico associado ao modelo de exploração predominante (crescimento e corte). A procura de modelos complementares a este, de encurtamento dos períodos de retorno do investimento, poderá passar por um outro olhar sobre outros produtos da floresta e de outras atividades na floresta.

Vai nesse sentido a oportunidade de reavaliar, hoje, à luz das condições de mercado e da tecnologia disponível, a rentabilidade das espécies florestais, numa lógica que contemple a contabilização de produtos sub-explorados, não contabilizados ou não perçecionados como oportunidades de mercado. O mercado é normalmente uma ferramenta eficaz de seleção, mas temos que dar crédito aos efeitos da transmissão do conhecimento e da inovação na criação de novas oportunidades de negócio e de emprego. Mais do que decidir na lógica estrita das produções e produtos conhecidos, interessa avaliar a situação numa perspetiva multidimensional do uso múltiplo dos bens e serviços originados nos espaços florestais (Santos & Simões, 2008), onde se um vasto campo de oportunidades – turismo; caça; alimentos espontâneos; pesca; produção de energia eólica; usos medicinais e cosméticos; educação; pesquisa científica, etc. - procurando confrontar e equilibrar os objetivos e visões ambientalistas e económicos destes espaços.

Existe já um caminho que tem vindo a ser percorrido. Como exemplo: desenvolveu-se em 2003 a norma portuguesa de Gestão Florestal Sustentável, com o objetivo de i) orientar e certificar a gestão florestal na perspetiva da utilização sustentável dos recursos florestais e dos usos múltiplos e ii) garantir o controlo e certificar os produtos da floresta, tanto na matéria-prima como nos produtos ao longo da fileira da madeira até ao consumidor final (Santos & Simões, 2008). Estes aspetos devem, portanto, manter-se entre as várias orientações estratégicas,

tendo por base as características e potencial associados ao tipo de espaços florestais, já referidas anteriormente, e a vocação das áreas florestais de exploração, caracterizada por manchas de povoamentos de espécies florestais muito próprias quanto ao seu valor económico e ambiental.

Interessará ainda qualificar as opções relativamente à acomodação das alterações climáticas, face a natureza transversal das suas implicações nessa gestão integrada da floresta, tendo em atenção, em particular, a reflexão e as orientações produzidas no âmbito da Estratégia de Adaptação da Agricultura e das Florestas, em 2013. O documento enfatiza, entre outros aspetos: i) São chamadas de atenção daquele documento, entre outras: i) o importante papel que as florestas têm na proteção do solo contra a erosão hídrica que poderá ser posto em causa pelo impacto das alterações climáticas em virtude da degradação do coberto arbóreo, designadamente por efeito da ocorrência de incêndios e agentes bióticos; ii) sobre a necessidade de considerar os impactos diretos das alterações climáticas sobre os solos, em particular sobre a matéria orgânica, que é uma componente particularmente importante para o desempenho de funções ambiental e ecológica dos solos, como a fertilidade, o sequestro do carbono e a regulação hidrológica e a biodiversidade

A perspetiva integrada de intervenção nestes espaços é salvaguardada em vários instrumentos, que, não só enquadram a diversidade de funções associadas aos espaços florestais, como orientaram as políticas e estratégias de desenvolvimento sustentável. A busca por um referencial de ação que identifica as principais debilidades e constrangimentos impostos, por um lado, e estrutura um conjunto articulado de prioridades e intervenções que dão força às potencialidades deste tipo de territórios, por outro lado, está na base da elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa (PDSFP), do Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) e da Estratégia Nacional para as Florestas. O desenho destes instrumentos deve, no entanto, obedecer aos princípios gerais consagrados na Lei de Bases da Política Florestal, que contextualiza a Política Florestal Nacional e o Código Florestal.

A um nível mais descentralizado, a floresta representa outras oportunidades de integração e de aliança interterritorial da Sertã com os municípios vizinhos, o qual é, neste caso, aparentemente incontornável, face à sua natureza transfronteira. Representa, também, uma oportunidade de aumentar o capital influência da região na negociação das condições de gestão das suas especificidades e é, ao mesmo tempo, um veículo de promoção territorial.

Ao nível do Município, importa reforçar a importância dos seguintes instrumentos:

- Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)¹²;
- Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural (PENDR) 2007 – 2013
- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Sul (PROF PIS)¹³;
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), de 2008¹⁴;
- Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil do município da Sertã (PMEPC);
- Regulamento de Proteção das Áreas ou Terrenos Florestais.

A implementação dos princípios e orientações procedentes dos referidos documentos concretiza territorialmente a estratégia que responde aos bloqueios associados à intervenção florestal (propriedade, incêndios, conservação e proteção do solo, etc.).

Complementarmente, existe ainda alguma margem de progressão nos procedimentos regulamentares e instrumentos sobre a alçada do município. Em primeiro lugar, a revisão em curso do PDM, deve ser encarada como uma oportunidade de fixar no seu regulamento as disposições, que a lei consagra relativamente ao uso e transformação do uso do solo, que sejam favoráveis a gestão e implementação do Plano Municipal de Defesa Contra Incêndios (ex: servidões indispensáveis à instalação das Redes de Gestão das Faixas de Combustível). Em segundo lugar, usando das suas prerrogativas autárquicas, alargar e qualificar a normativa em sede de Regulamento de proteção e utilização de áreas florestais, vinculando os proprietários a soluções de interesse coletivo, eventualmente com recurso a incentivos, com base em bonificações nos impostos municipais, como as previstas na Reforma da Fiscalidade Verde, introduzidas em 2015.

Hidrografia

Neste ponto dá-se destaque à rede hidrográfica principal de grande relevo, que confere ao Município importantes pontos de interesse (económico, paisagístico, desportivo e recreativo) e um importante foco de intervenção no que respeita ao balanço entre os recursos naturais do Município. A gestão dos recursos hídricos é suportada na integração de instrumentos e normas que combinam as exigências no domínio da água e um conjunto de objetivos multissetoriais (economia, ambiente, etc).

¹² Aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de Outubro.

¹³ Publicado pelo Decreto Regulamentar n.º 8/2006, de 19 de Julho.

¹⁴ Aprovado pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Como instrumentos orientadores com abrangência no território da Sertã, que procuram assegurar o planeamento e gestão dos recursos hídricos de forma equilibrada e sustentável do ponto de vista ambiental e socioeconómico referam-se: o Plano Nacional da Água; o Plano de Bacia Hidrográfica; o Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo¹⁵ e Planos Específicos de Gestão da Água. A convergência e articulação com os instrumentos de gestão territorial deverão também surgir como princípios orientadores da gestão ao nível municipal.

Em linha com os objetivos estratégicos definidos ao nível do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo – i) prevenir ocorrências de cheias; ii) prevenir ocorrências de secas e iii) minimizar os efeitos de acidentes de poluição, com consequências diretas no meio hídrico – estão outros Planos que procuram orientar o ordenamento do plano de água e as regras para uso, ocupação e transformação do solo na sua envolvente (Relatório de Caracterização e Diagnóstico, Revisão do PDM, 2012). Em causa está a capacidade de manter uma relação equilibrada entre os regimes de proteção e conservação dos valores naturais e outras vocações (económica, turística e recreativa).

O território da Sertã alberga três grandes albufeiras¹⁶: Castelo de Bode, Bouçã e Cabril, todas elas no rio Zêzere. Em particular, destaca-se a importância das barragens associadas a estas albufeiras, reforçando a sua importância para i) a produção de energia; ii) o abastecimento de água para as populações; iii) o recreio; iv) a defesa de cheias e, conseqüente o impacto do ponto de vista i) das vivências; ii) da economia e iii) das paisagens locais.

Relativamente às principais linhas de água presentes no concelho destaca-se o Rio Zêzere, a Ribeira da Sertã, a Ribeira da Isna, a Ribeira da Tamolha e a Ribeira Cerdeira (figura 7). Para além destas existem ainda outras linhas de água e diversos outros pequenos afluentes, de menor dimensão, que constituem a rede hidrográfica (Relatório de Caracterização e Diagnóstico, Revisão do PDM, 2012). As várias linhas de água destacam-se não só pela área de bacia hidrográfica que ocupam, como também pelo comprimento do curso de água, conferindo-lhe importância do ponto de vista do potencial turístico e do equilíbrio do ecossistema e biodiversidade.

¹⁵ O Concelho da Sertã insere-se na Região Hidrográfica n.º 5 – Tejo, conforme estipulado na Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro – Lei da Água.

¹⁶ A utilização destes espaços é condicionada pelo regime de proteção associado às albufeiras de águas públicas: Classificadas de acordo com o Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio; a Portaria n.º 522/2009, de 15 de maio; e os Planos de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas (POAAP) aprovados.

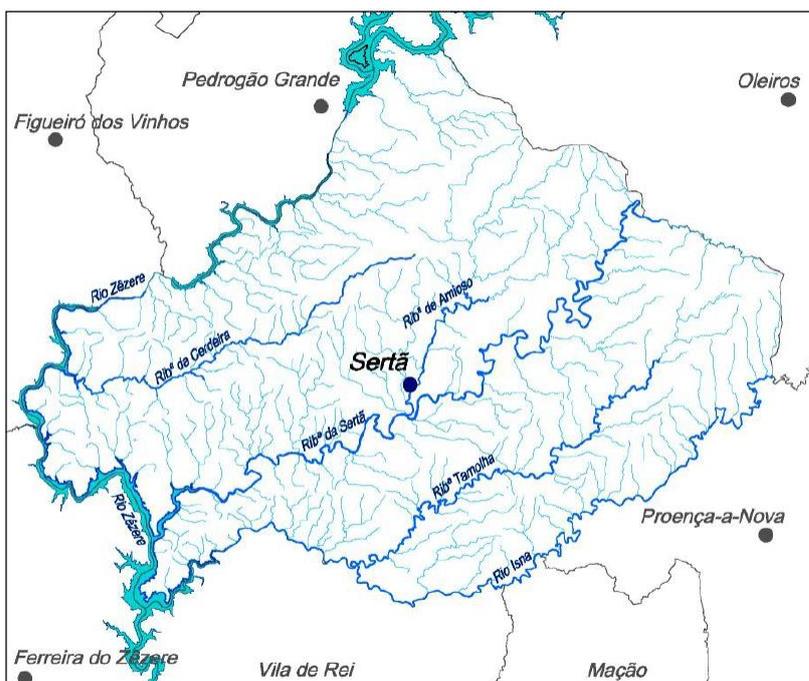


FIGURA 7: REDE HIDROGRÁFICA PRINCIPAL DO CONCELHO DA SERTÃ
 Fonte: Relatório de Caracterização e Diagnóstico, Revisão do PDM (2012)

É nas principais linhas de água, destacadas anteriormente, que se localizam algumas praias fluviais, nomeadamente a Praia do Cabril, Praia de Fernandaires e Trízio (no Rio Zêzere); as praias fluviais do Malhadal, Aldeia Ruiva, Pego das Cancelas e Marmeleiro (na Ribeira da Isna); e as praias fluviais do Troviscal e Ribeira Grande (na Ribeira da Sertã). Não obstante haver uma Rede de Praias Fluviais, existe relativamente a estas praias uma promoção segmentada, por Município (Sertã, Proença-a-Nova, Vila de Rei e Pedrógão Grande), que poderia ganhar escala e visibilidade, no âmbito de uma estratégia concertada. Esta estratégia poderia ainda ser densificada com a promoção conjunta de pontos de interesse, amenidades e serviços para os visitantes. Este é, aliás, um dos outros domínios em que a Sertã pode construir alianças territoriais estratégicas de geometria variável com parceiros com os quais já colabora ou com quem tem relações privilegiadas e de proximidade (Rede das Aldeias de Xisto, a Rede de Praias Fluviais, o Parque Naturejo e o Centro de Ciência Viva do Pinhal Interior).

De entre os objetivos estratégicos, definidos regionalmente, e as preocupações de vários agentes locais surgem questões ligadas ao planeamento e gestão dos recursos hídricos e a reflexão acerca dos impactos negativos em termos económicos e turísticos, associados a essas abordagens. Reforça-se a necessidade de adotar uma gestão integrada no que respeita às barragens, reservas e pontos de água, procurando resolver a incapacidade de retenção (e aproveitamento) da água nas ribeiras, que se intensifica em alguns períodos do ano, manifestando-se na considerável diminuição das reservas hídricas, do caudal dos rios, do nível das albufeiras e lagos e da drástica diminuição da quantidade de água no solo e nos aquíferos

(Relatório de Caracterização e Diagnóstico, Revisão do PDM, 2012). Uma má gestão pode conduzir, no longo prazo, à perda dos elementos distintivos dos principais atrativos turísticos.

Equipamentos e serviços

Atividades económicas

A localização das atividades económicas, com enfoque nas zonas industriais do Município, tem vindo a atrair sobretudo atividades comerciais e de prestação de serviços. O tecido industrial presente é reduzido e pouco diversificado, o que poderá suscitar o aumento da capacidade de acolhimento de investimento, para a expansão e reforço do tecido industrial, e a sua acomodação legal e regulamentar em sede de Plano Diretor Municipal.

Rede de equipamentos escolares

A análise da rede de equipamentos escolares e de saúde não pode ser desconexa das dinâmicas populacionais que se têm vindo a verificar, no sentido da rarefação da população em algumas zonas do território. Neste contexto, a vila da Sertã e Cernache do Bonjardim representam polos de concentração da oferta da rede de equipamentos que exigem medidas adequadas à sua fruição por parte de utentes dispersos no vasto território municipal (cerca de 450km²).

No parque escolar existe uma capacidade de resposta globalmente boa, com uma oferta que excede a procura, mas com dificuldades de acesso ligadas aos fenómenos de rarefação e à dispersão da população pelo território. A este respeito realça-se que: i) a oferta do ensino secundário e o ensino profissional e do 2º e 3º ciclos se concentra nos dois principais núcleos urbanos e, este último, tem apenas 60% da sua capacidade prevista ocupada; ii) o ensino pré-escolar apresenta uma elevada taxa de cobertura, contudo com limitações associadas ao estado de conservação, à adequação das instalações para utilizadores com necessidades especiais; iii) a rede do 1º ciclo foi afetado pela recente reconfiguração do parque escolar, em resposta ao decréscimo da população em idade escolarizável e a alterações no paradigma de planeamento escolar vigente, que tende a privilegiar a concentração em centros escolares de maior dimensão.

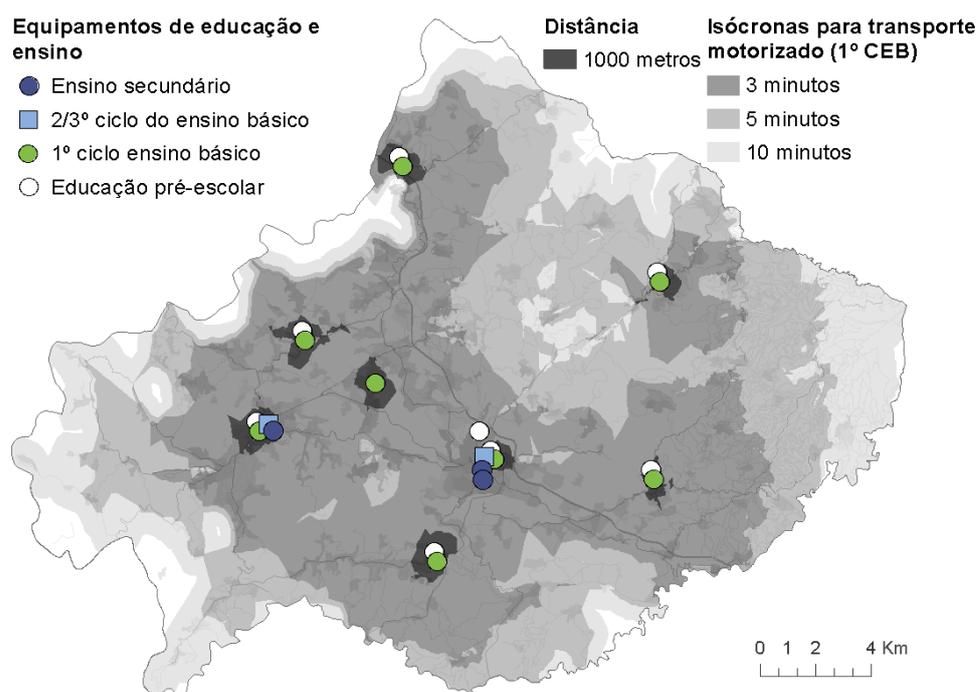


FIGURA 8: LOCALIZAÇÃO E ISÓCRONAS DOS EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS
 Fonte: GETIN-UA (Origem dos dados: Câmara Municipal da Sertã, DGT)

Assim, a reestruturação dos equipamentos do 1º ciclo consistiu, essencialmente, do encerramento dos equipamentos escolares de pequena dimensão que se encontravam dispersos pelo território, muitos dos quais em acentuada subutilização. A consequência mais imediata foi, por um lado, o aumento do tamanho médio das escolas, bem como das taxas de ocupação que, entre 2004/05 e 2014/15, passaram de menos de metade para mais de dois terços, mesmo tendo havido uma redução do número de alunos. Por outro lado, a atual configuração implica deslocações maiores dos alunos que remanescem nos lugares mais periféricos e aumenta a dependência do transporte escolar, que segundo a informação recolhida junto dos serviços da autarquia, tem sido adequadamente ajustada às necessidades.

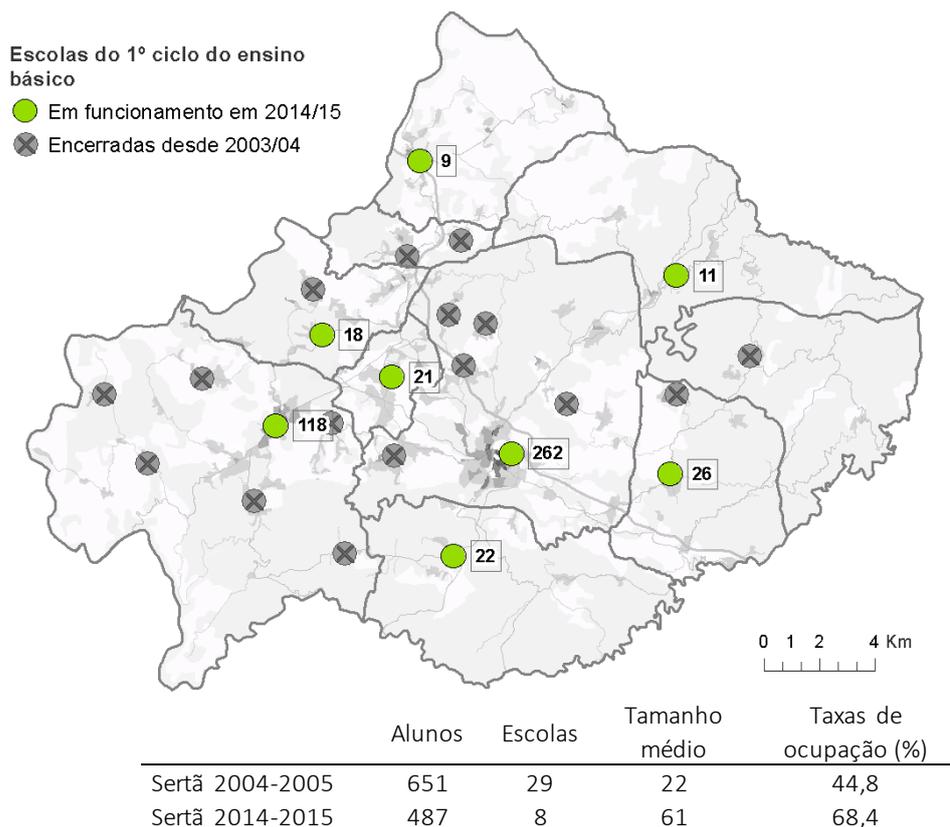


FIGURA 9: EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO (2003/04 – 2014/15)
 Fonte: GETIN-UA (Origem dos dados: Câmara Municipal da Sertã)

Dada a tendência para que a população em idade escolar se continue a reduzir nas próximas décadas, será de esperar um aprofundamento da concentração em torno das áreas urbanas de maior dimensão, nomeadamente de Cernache e da Sertã. De facto, existem já três escolas cujo número de alunos se encontra aquém do limite de 21 estabelecido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010 – a E.B.1 de Pedrógão Pequeno com 9 alunos, a E.B.1 do Troviscal com 11 alunos e a E.B.1 do Castelo com 18 alunos – e diversas outras que não cumprem os requisitos mais genéricos estabelecidos na lei, como a existência de cantinas, bibliotecas ou infraestruturas desportivas (ainda que esteja salvaguardada, na lei, a sua permanência em funcionamento, nas regras relativas às deslocações excessivas dos alunos).

Simultaneamente, a Escola Básica Integrada da Sertã encontra-se em franca sobrelotação, excedendo a quantidade ótima de alunos para a qual foi desenhada. Como é visível na análise demográfica, esta concentração de alunos não se deve somente ao encerramento dos equipamentos mais pequenos e a sua transferência para os demais, mas reflete também a concentração da população na Freguesia sede do Município, a única que cresceu no último período censitário.

O decréscimo muito significativo do número de alunos é uma preocupação no seio do Agrupamento de escolas da Sertã. Nas várias unidades de ensino esta é uma realidade, para a

qual se devem pensar soluções e adequar respostas, procurando manter a viabilidade e continuidade da rede. O carácter cirúrgico que estas respostas podem representar esteve na base do debate gerado no processo de auscultação. São vários os parceiros institucionais identificados no quadro dos projetos a desenvolver, capazes de articular o diálogo e a oferta formativa, com as necessidades (sociais e económicas) do Município. Alguns contributos ligam-se com a cultura e o desporto, enquanto catalisadores de uma dinâmica local mais atrativa. O ensino certificado na área da música assumiu um lugar de destaque neste debate. Em particular, a área da cultura e da criatividade emergem como um filão ainda pouco explorado. Algumas dinâmicas merecem um olhar atento, nomeadamente a escola de música, o Pólo do Conservatório de Música de Coimbra recentemente instalado, que conta com a parceria da Universidade de Coimbra. Há ainda um vasto campo por percorrer – transversal à rede de equipamentos e à oferta formativa – e a Sertã suportando-se na sua rede institucional pode desenhar uma política orientada para esta aposta.

Rede de equipamentos de saúde

No que respeita aos equipamentos de saúde, os níveis de cobertura da rede são razoáveis. Apenas a Freguesia do Nespéral, inserida na atual União de Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nespéral e Palhais, não possui uma Extensão do Centro de Saúde, localizado na Vila da Sertã. E, se atendermos distâncias por estrada para o transporte motorizado, a maior parte do território encontra-se a num raio de três a cinco minutos de uma extensão ou do centro de saúde¹⁷.

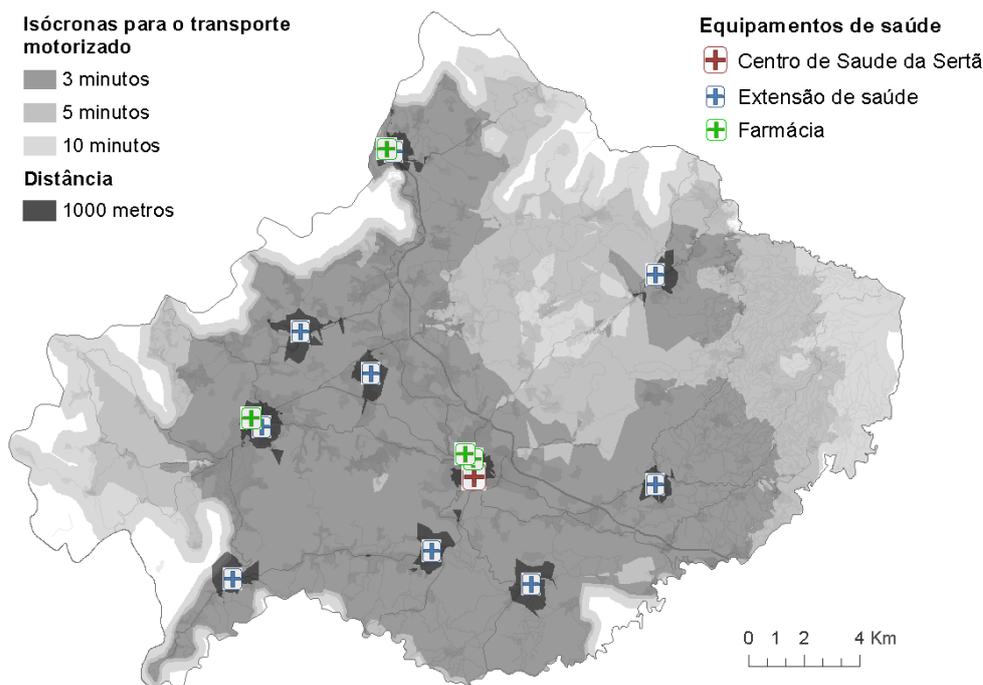


FIGURA 10: LOCALIZAÇÃO E ISÓCRONAS DOS EQUIPAMENTOS DE SAÚDE
Fonte: GETIN_UA (Origem dos dados: Câmara Municipal da Sertã, DGT)

O problema coloca-se ao nível dos serviços disponibilizados, assim como na tradução da acessibilidade potencial em acesso efetivo. Com exceção da Extensão de Cernache, que funciona 3 dias por semana, todas as outras apenas têm consultas apenas uma vez por semana. E, aos horários restritos, acrescem as dificuldades no acesso de quem não possui transporte individual motorizado para se deslocar ao serviço: somente uma franja muito pequena da população se encontra a uma distância razoável para ser percorrida a pé (1 km) e os transportes públicos têm uma frequência e cobertura relativamente reduzida, típica de zonas de baixa densidade. Os constrangimentos resultantes, identificados no âmbito da Revisão do PDM, traduzem-se em penalidades para os utentes de zonas mais remotas, em termos de acessibilidade ao Centro de Saúde ou a outras Extensões, e do desfasamento existente e

¹⁷ Para este cálculo considerou-se uma distância média de 70 km/h para a IC8, 50 km/h para as estradas nacionais e 30 km/h para todas as restantes.

expetável entre os cuidados de saúde oferecidos e as necessidades de uma população em acentuado envelhecimento.

Padrões territoriais

A análise espacial que se segue permite uma aproximação ao nível de vulnerabilidade das populações em lugares mais remotos do Município. A distribuição da população por lugares interessa sobretudo para detetar situações de maior isolamento social, em situações de periferia e fronteira do município. Estas situações podem ser relevantes num quadro sociodemográfico caracterizado por acentuado envelhecimento e níveis baixos de literacia escolar e tecnológica, que está frequentemente associado a menores recursos em termos de mobilidade individual.

Cerca de 70% das pessoas vivem em lugares com menos de 40 habitantes e 39% desses vivem em lugares com menos de 20 habitantes. Espacialmente estes lugares estão um pouco por todo o lado nas freguesias do Município, mas pode ver-se que há uma tendência para os lugares mais pequenos estarem centrifugados (figura 11). Mesmo que assim não fosse a situação dos habitantes em pequenos lugares nos espaços intersticiais da malha urbana mais densa e mais próxima do centro é menos preocupante do que a dos que vivem mais isolados.

Quando se associa este padrão centrífugo ao nível de envelhecimento (% de pessoas com mais de 65 anos) e às habilitações (% de pessoas que não completaram mais do que o primeiro ciclo) o padrão fica um pouco mais claro. É nas zonas mais próximas da fronteira que a balança das idades dos habitantes pende para o lado dos mais idosos.

Quando as qualificações académicas são colocadas na equação o carácter periférico de uma parte significativa dos aglomerados que já evidenciavam um padrão de envelhecimento sai reforçado. Ou seja, é em situações de elevada periferia que, de uma maneira geral, é mais aguda a sobreposição entre envelhecimento e baixa qualificação académica.

Estas situações são mais evidentes na franja que acompanha a orla do município desde nordeste a sul, na direção da fronteira com Vila de Rei. Atendendo às particulares necessidades de cuidados de saúde destas populações, e tendo em atenção a distribuição e a acessibilidade das extensões de saúde (figura 12), considera-se que as situações que merecem mais cuidado são as da Freguesia de Pedrogão Pequeno e da União das Freguesias de Ermida e Figueiredo, mas também a área a nordeste da Freguesia da Sertã e a Sudeste da Freguesia de Troviscal.

A acessibilidade a outros bens e serviços não está aqui contemplada, mas a situação de alguma vulnerabilidade desses territórios, pode justificar intervenções discriminatórias e adequadas de promoção do acesso aos mesmos.

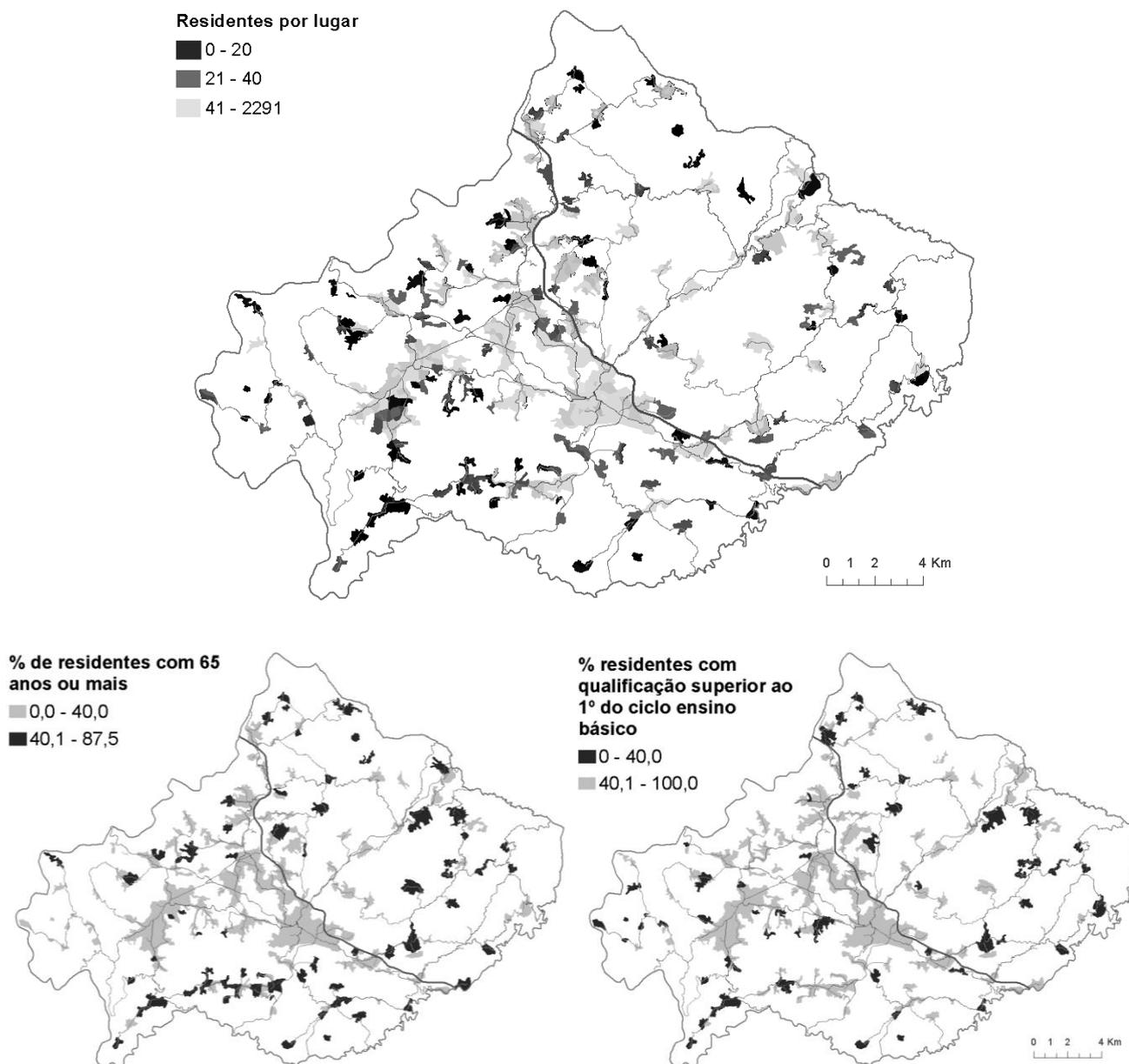


FIGURA 11: INDICADORES DE VULNERABILIDADE SOCIAL DAS COMUNIDADES, EM 2011
Fonte: GETIN_UA (Origem dos dados: INE, DGT)

A partir da análise combinada dos indicadores físicos apresentados anteriormente, aos quais se associa o tecido urbano, e os indicadores socioeconómicos, que serão apresentados nas próximas secções, identificaram-se três tipologias de territórios.

Como **Territórios Motrizes** são identificados i) dois polos urbanos principais, Sertã e Cernache do Bonjardim, que constituem uma parte muito significativa da área urbanizada no município e onde as dinâmicas de crescimento urbanístico são mais expressivas e ii) dois centros de expansão urbana de caráter secundário, a sul da Freguesia do Cabeçudo e na parte norte da União das Freguesias Cumeada e Marmeleiro. De uma forma geral, estes territórios apresentam comportamentos mais favoráveis, relativamente à localização das principais atividades económicas e às acessibilidades, mas também de uma maneira geral, nos vários indicadores analisados, em termos económicos e sociais.

A existência de aglomerados populacionais de pequenas dimensões, que aproveitam as franjas dos lugares motriz, associados também à localização das atividades empresariais, permite a identificação de **Territórios de Expansão e Contenção**. Estes formam uma coroa, em torno dos dois polos, no centro e a sudoeste do território municipal, com aglomerados de maior dimensão. Estes aglomerados estão sujeitos a processos de reconcentração populacional, na envolvente dos lugares de maior centralidade, com efeitos de contenção e de amortecimento da desertificação humana.

Por fim, os **Territórios Minguantes**, ou em declínio, formam uma orla periférica de micro-lugares em espaços de rarefação económica e humana, numa faixa que acompanha as fronteiras municipais desde nor-nordeste a sul, na direção da fronteira com Vila de Rei.

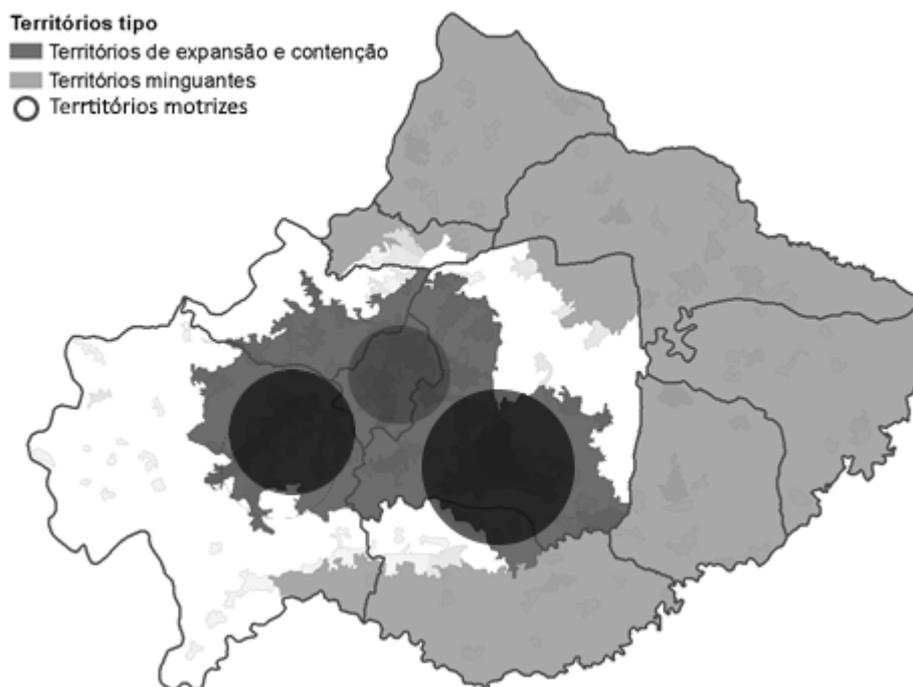
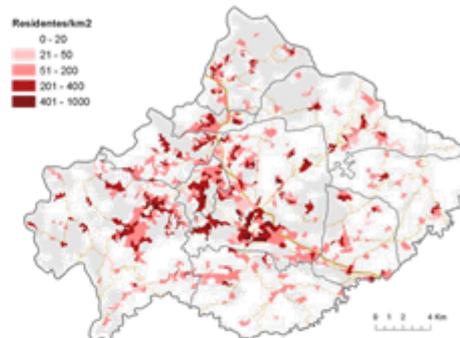


FIGURA 12: ZONAMENTO DE DINÂMICAS – TERRITÓRIOS TIPO
Fonte: GETIN_UA

Densidade populacional em 2011

- Densidade populacional do Município $\approx 35,6 \text{ hab./km}^2$
 - > ao valor médio do Pinhal Interior Sul
 - < ao valor médio do Médio Tejo, da Região Centro e do País



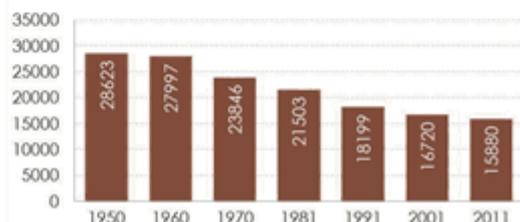
- Destaque para

Cabeçudo	território matriz	92,1 hab./km ²
Sertã	predominantemente urbana	76,5 hab./km ²

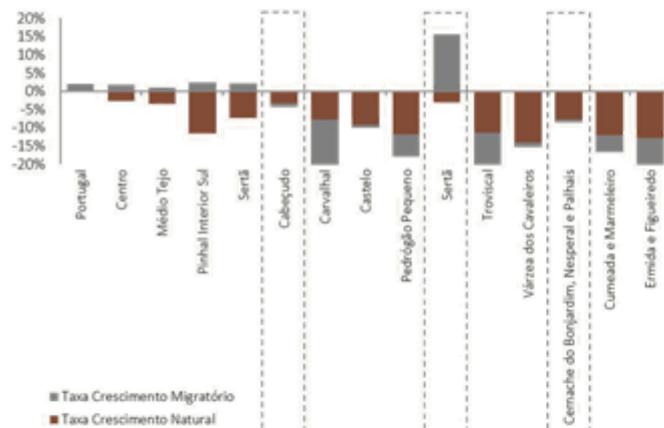
Evolução da população residente 1950-2011

- Em 45 anos o Município perdeu $\approx 50\%$ da sua população residente
 - Quebras acentuadas nas décadas de 60/70 e de 80/90
- Tendência continuada de decréscimo populacional **menos** acentuada
 - Entre 1991 e 2001 – perda de 8%
 - Entre 2001 e 2011 – perda de 5%

- Com **maiores** volumes de população para 2011
 - Freguesia da Sertã
 - União das freguesias de Cernache do Bonjardim, Nespéral e Palhais



Taxas de crescimento 2001-2011



- A sede de Município é a única a registar, entre 2001-2011, uma variação positiva $\approx 13\%$
 - Destaque para o crescimento migratório
- O decréscimo populacional intensifica o **processo** de **desertificação** de algumas freguesias

- 60% dos alojamentos estão nos territórios matrizes
- Os alojamentos vagos representam 10% do total
- Deste total, 53% dos alojamentos vagos estão abandonados e/ou em estado de deterioração elevada

Pistas para ações no âmbito da **reabilitação urbana**

Habitação

Alojamentos familiares clássicos, 2011



Demografia e povoamento

Dinâmica populacional

A densidade populacional do Município da Sertã era, em 2011, de 35,6 residentes/km², acima do valor médio para o Pinhal Interior Sul, mas bastante abaixo das restantes unidades de referência (Médio Tejo, Região Centro e País). De entre as freguesias, destacam-se o Cabeçudo – identificada com um dos territórios motrizes – que regista a densidade populacional mais elevada – 92,1 residentes/km², seguida da Sertã, com 76,5 residentes/km², a única freguesia predominantemente urbana do Município (tabela 8).

TABELA 8: DENSIDADE POPULACIONAL EM 1991, 2001 E 2011 (N.º DE HABITANTES/KM²)

Unidades Geográficas	Período de referência dos dados		
	1991	2001	2011
Portugal	107,07	112,38	114,5
Centro	80,09	83,27	82,6
Médio Tejo	95,70	98,04	96,01
Pinhal Interior Sul	26,70	23,55	21,4
Sertã	40,75	37,44	35,6
Cabeçudo	89,47	96,11	92,1
Carvalhal	67,56	61,07	46,4
Castelo	50,01	47,32	42,6
Pedrógão Pequeno	32,15	24,85	20,4
Sertã	65,03	67,93	76,5
Troviscal	26,16	21,25	16,2
Várzea dos Cavaleiros	33,33	28,05	23,8
Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais	44,2	39,1	35,7
Cumeada e Marmeleiro	34,1	16,9	14,1
Ermida e Figueiredo	19,3	13,7	9,9

Fonte: INE, 2011

O Município é constituído, maioritariamente, por aglomerados populacionais de baixa densidade. Entre os aglomerados destacam-se dois polos urbanos principais – a Sertã e Cernache do Bonjardim – considerados territórios motrizes, em torno dos quais se têm vindo a estabelecer territórios de contenção do declínio populacional (figura 13). Os lugares onde a rarefação económica e humana tem sido mais impetuosa percorrem, numa orla periférica, nas fronteiras municipais desde nor-nordeste a leste (tal como descrito na secção *tipologia de ocupação do território*).

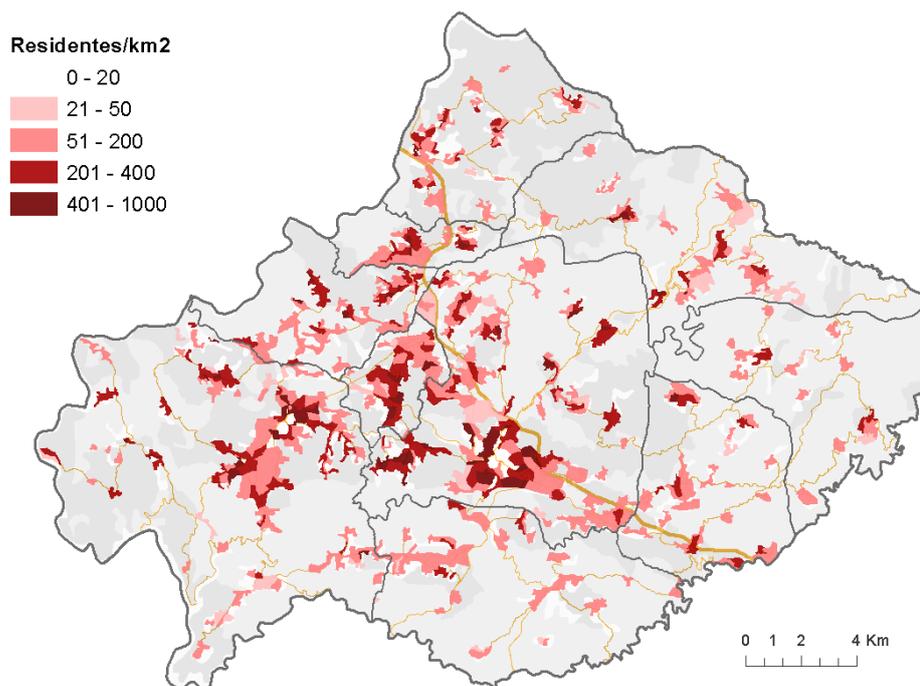


FIGURA 13. DENSIDADE POPUCIONAL EM 2011 POR SUBSECÇÃO ESTATÍSTICA
 Fonte: GETIN-UA (origem dos dados: INE, 2011)

A janela temporal desde a década de 50 até 2011 mostra uma evolução populacional negativa. Neste período a Sertã perdeu cerca de 50% da sua população. São observáveis quebras acentuadas (na ordem dos 15%) da população residente, principalmente entre as décadas de 60 e 70 (-4151 residentes) e de 80 e 90 (-3304 residentes) (figura 14). Já o último período intercensitário continuou a diminuição da população residente (-840 residentes) mas a um ritmo menor do que no período de 1991-2001 (-1479 residentes), acompanhando a tendência do Pinhal Interior Sul (tabela 9).

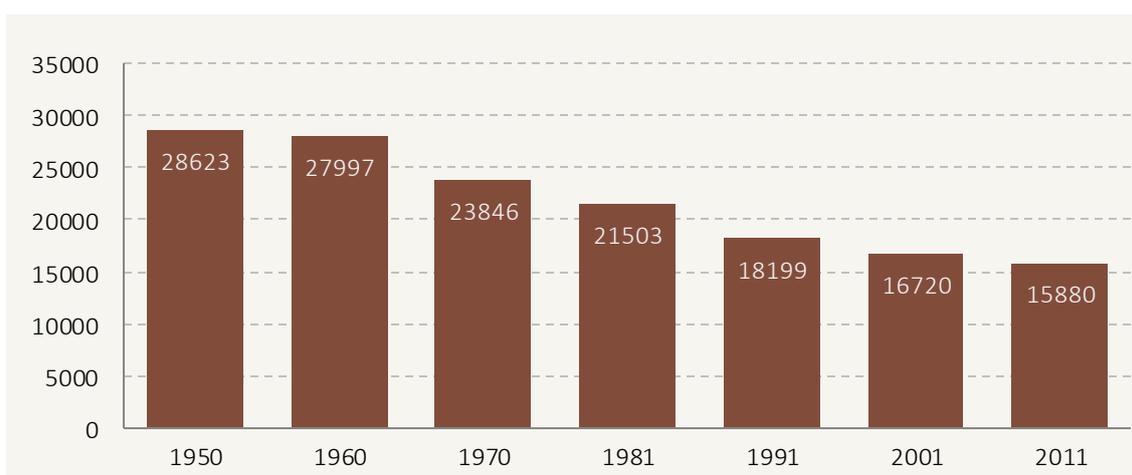


FIGURA 14. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (VALORES ABS)
 Fonte: INE, 2011

A Freguesia da Sertã e a União das Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais apresentam maiores volumes de população para 2011, tendo a sede de Município sido a única a

registar uma variação positiva entre 2001-2011, na ordem dos 12,7%. Esta evolução deve-se, em particular, ao crescimento migratório (15,7%). Pela negativa, destacam-se a União das Freguesias de Ermida e Figueiredo (-27,9%), o Carvalhal (-24,0%) e o Troviscal (-23,8%), onde foi mais visível processo de desertificação interna a que se assistiu (tabela 9).

TABELA 9: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (CENSOS 1991 A 2011)

Unidades Geográficas	Período de referência dos dados (nº)			Variação 1991-2001		Variação 2001-2011	
	1991	2001	2011	Absoluta	%	Absoluta	%
Portugal	9867147	10356117	10562178	488970	5,0	206061	2,0
Centro	2258768	2348397	2327755	89629	4,0	-20642	-0,9
Médio Tejo	221419	226090	220661	4671	2,1	-5429	-2,4
Pinhal Interior Sul	50801	44803	40705	-5998	-11,8	-4098	-9,1
Sertã	18199	16720	15880	-1479	-8,1	-840	-5,0
Cabeçudo	930	999	957	69	7,4	-42	-4,2
Carvalhal	677	612	465	-65	-9,6	-147	-24,0
Castelo	1229	1163	1046	-66	-5,4	-117	-10,1
Pedrógão Pequeno	1185	916	753	-269	-22,7	-163	-17,8
Sertã	5264	5499	6196	235	4,5	697	12,7
Troviscal	1396	1134	864	-262	-18,8	-270	-23,8
Várzea dos Cavaleiros	1150	968	820	-182	-15,8	-148	-15,3
Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais	4484	3965	3625	-519	-11,6	-340	-8,6
Cumeada e Marmeleiro	1059	877	731	-182	-17,2	-146	-16,6
Ermida e Figueiredo	825	587	423	-238	-28,8	-164	-27,9

Fonte: INE, 2011

As componentes do crescimento demográfico vêm auxiliar na compreensão da evolução populacional da Sertã. As taxas de crescimento natural e migratório – negativo no primeiro caso e positivo no segundo – evidenciam que o crescimento efetivo do Município de -5,0% (registado para 2001-2011 e superior ao do decénio anterior) se deveu à tendência positiva da componente migratória. No período intercensitário de 2001-2011 registou-se a entrada de 372 migrantes na Sertã, correspondendo esse saldo a uma taxa de crescimento de 2,2% (tabela 10 e figura 15)¹⁸.

Olhando, em particular, para a dinâmica das freguesias, importa sublinhar o comportamento positivo do Cabeçudo. No período de 2001-2011, esta Freguesia tem o segundo crescimento efetivo mais favorável no Município, reflexo da segunda taxa de crescimento natural menos negativa (-3,3%) e ao saldo migratório positivo da década anterior (tabela 10).

¹⁸ Quando analisados os dados do Pinhal Interior Sul relativamente aos fluxos migratórios dos diferentes grupos etários, nos períodos intercensitários de 1991-2001 e 2001-2011, verifica-se que são os indivíduos em idade ativa – entre os 20 e 40 anos – que mais saem. A Sertã mantém um comportamento semelhante.

TABELA 10: SALDOS NATURAL E MIGRATÓRIO E CRESCIMENTO EFETIVO (VALORES ABS)

Unidades Geográficas	Saldo Natural		Saldo Migratório		Crescimento Efetivo	
	1991-2001	2001-2011	1991-2001	2001-2011	1991-2001	2001-2011
Portugal	89881	18668	399089	187393	488970	206061
Centro	-40142	-61342	129771	40700	89629	-20642
Médio Tejo	-6031	-7831	10702	2402	4671	-5429
Pinhal Interior Sul	-4814	-5184	-1184	1086	-5998	-4098
Sertã	-1179	-1212	-300	372	-1479	-840
Cabeçudo	-65	-33	134	-9	69	-42
Carvalhal	-60	-47	-5	-100	-65	-147
Castelo	-61	-106	-5	-11	-66	-117
Pedrógão Pequeno	-123	-108	-146	-55	-269	-163
Sertã	-188	-165	423	862	235	697
Troviscal	-79	-129	-183	-141	-262	-270
Várzea dos Cavaleiros	-155	-135	-27	-13	-182	-148
Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais	-252	-309	-267	-31	-519	-340
Cumeada e Marmeleiro	-114	-105	-68	-41	-182	-146
Ermida e Figueiredo	-82	-75	-156	-89	-238	-164

Fonte: INE, 2011

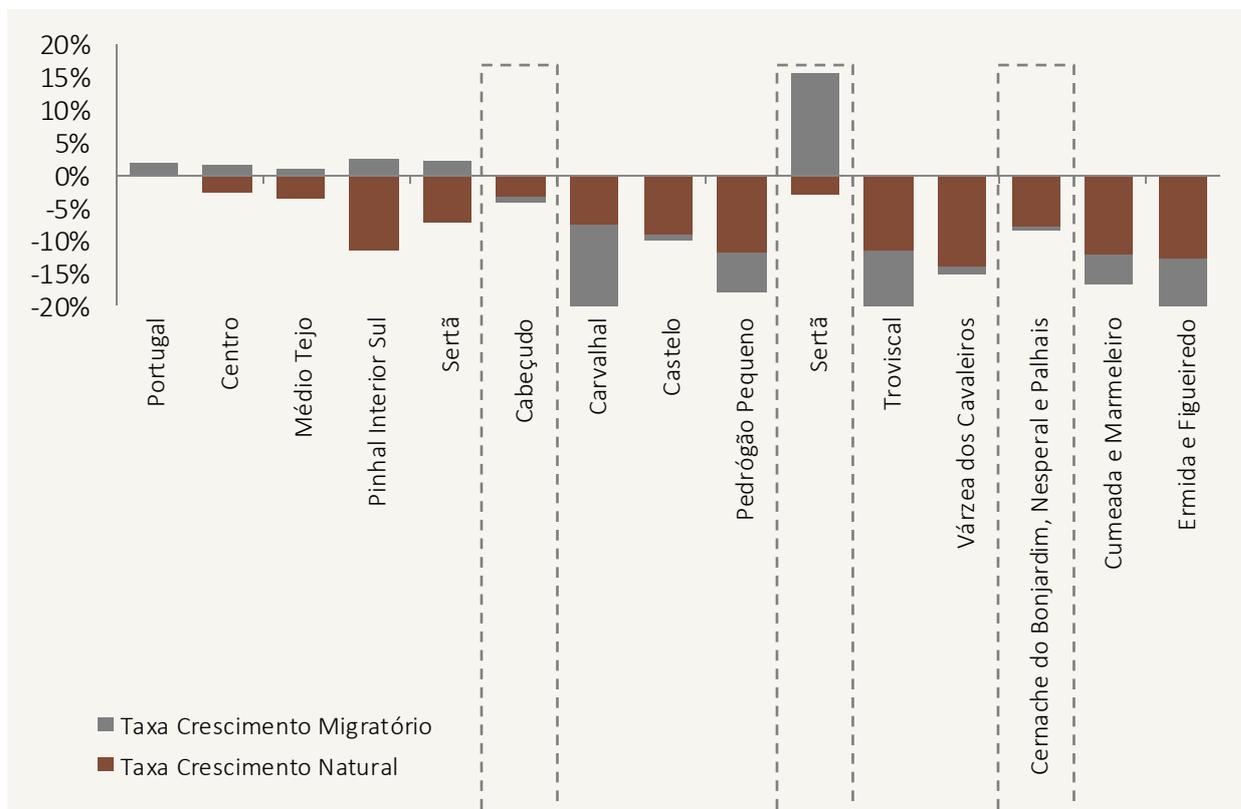


FIGURA 15. TAXAS DE CRESCIMENTO NATURAL E MIGRATÓRIO, 2001-2011 (%)

Fonte: GETIN_UA (origem dos dados: INE, 2011)

Estrutura etária

As pirâmides etárias para 2001 e 2011 da população da Sertã evidenciam uma tendência de estreitamento na base e de alargamento no topo. Relativamente a 2011, verifica-se uma concentração da população nos grupos etários entre os 40 e os 59 anos, assim como entre os 70 e os 79 anos. Analisando comparativamente as duas pirâmides (2001 e 2011), importa sublinhar a redução significativa das mulheres em idade fértil, sobretudo nos grupos etários entre os 15 e os 39 anos (figura 16).

Comparativamente às unidades geográficas de referência – Portugal, Região Centro e Médio Tejo – verifica-se que para todas as freguesias do Município (além da Sertã e União das Freguesias de Cumeada e Marmeleiro) os residentes dos 0 aos 14 anos correspondem ao grupo etário onde a % mais decaiu entre 2001 e 2011. Já para o grupo etário dos 75 e mais anos, observa-se que a maior parte das freguesias se compartilha de modo mais favorável (excetuando-se o Carvalhal e Castelo) (tabela 11).

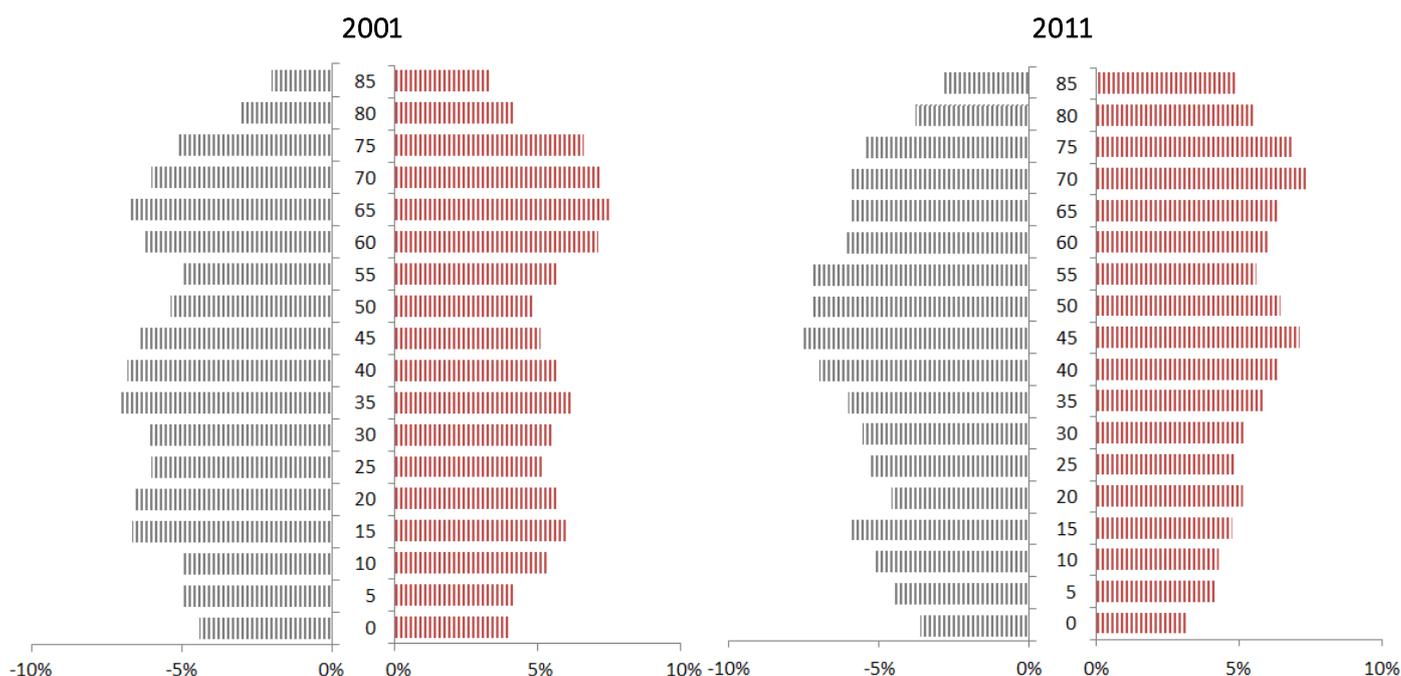


FIGURA 16. ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO

Fonte: GETIN-UA (origem dos dados: INE, 2011)

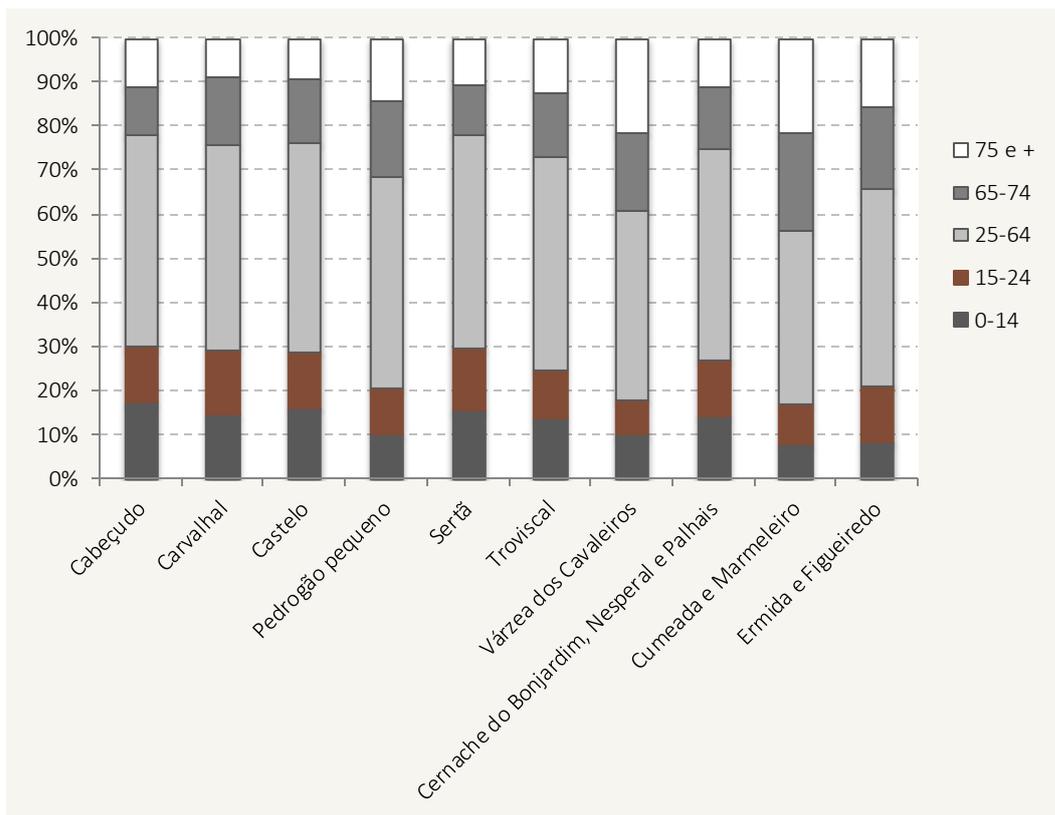


FIGURA 17. POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPO ETÁRIO E FREGUESIA, 2011
Fonte: INE, 2011

TABELA 11: VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPO ETÁRIO, 2001-2011 (VALORES ABS)

Unidades Geográficas	Grupos Etários				
	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	65-74 anos	75 e + anos
Portugal	-84273	-332272	306035	56012	260559
Centro	-33130	-82870	30286	2452	62620
Médio Tejo	-2820	-7296	-763	-1137	6587
Pinhal Interior Sul	-1202	-1631	-1039	-1517	1291
Sertã	-372	-464	-27	-285	308
Cabeçudo	-52	-10	15	-9	14
Carvalhal	-43	-43	-46	-36	21
Castelo	-68	-21	-46	-16	34
Pedróvão Pequeno	-28	-34	-66	-42	7
Sertã	90	-87	511	47	136
Troviscal	-84	-28	-167	-5	14
Várzea dos Cavaleiros	-26	-14	-71	-35	-2
Cernache do Bonjardim, Nespéral e Palhais	-131	-142	-42	-85	60
Cumeada e Marmeleiro	-1	-37	-43	-82	17
Ermida e Figueiredo	-29	-48	-72	-22	7

Fonte: INE, 2011

TABELA 12: TAXA DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPO ETÁRIO, 2001-2011 (%)

Unidades Geográficas	Grupos Etários				
	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	65-74 anos	75 e + anos
Portugal	-5,1	-22,5	5,5	5,6	37,2
Centro	-9,4	-25,7	2,5	0,9	31,7
Médio Tejo	-8,5	-24,6	-0,7	-4,2	32,2
Pinhal Interior Sul	-22,2	-30,8	-5,1	-20,9	19,4
Sertã	-15,8	-22,3	-0,3	-12,3	15,0
Cabeçudo	-30,1	-7,9	3,1	-8,3	12,8
Carvalhal	-48,3	-47,3	-16,3	-37,9	38,9
Castelo	-36,2	-14,4	-8,3	-9,5	31,5
Pedrógão Pequeno	-29,8	-35,8	-15,0	-26,9	5,3
Sertã	10,4	-11,5	19,1	7,7	23,1
Troviscal	-53,5	-22,6	-30,6	-3,0	10,1
Várzea dos Cavaleiros	-26,8	-17,9	-17,1	-20,6	-1,0
Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais	-23,1	-28,0	-2,2	-15,6	13,6
Cumeada e Marmeleiro	-1,5	-45,1	-12,5	-42,1	9,1
Ermida e Figueiredo	-58,0	-64,0	-27,5	-20,0	7,8

Fonte: INE, 2011

Os residentes em idade economicamente ativa apresentam, de forma generalizada, variações menos favoráveis que o País, que a Região Centro e do Médio Tejo. Contrastam com este cenário – com alguma projeção de crescimento e sustentabilidade – as freguesias da Sertã de e do Cabeçudo e a União das Freguesias de Cernache, Nesperal e Palhais (tabela 13).

O comportamento relativamente mais positivo e mais sustentado das três freguesias mencionadas ganham alguma robustez se, adicionalmente, forem considerados outros indicadores de envelhecimento. De facto, ao analisar os índices i) de envelhecimento, ii) de dependência idosos e iii) de sustentabilidade potencial, é possível observar que as três freguesias mencionadas apresentam valores mais favoráveis que as restantes (tabela 14). Ainda assim, considerados os valores totais para o Município, e apesar do índice de sustentabilidade potencial ser mais favorável que o do Pinhal Interior Sul (215,8% vs 166,8%), a Sertã tem uma posição de clara fragilidade quando comparada com a Região Centro (285%) e principalmente com o País (347,2%).

TABELA 13: OUTROS INDICADORES DE ENVELHECIMENTO (%)

Unidades Geográficas	Índice de envelhecimento*		Índice de dependência de idosos**		Índice de sustentabilidade potencial***	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	102,2	127,8	24,1	28,8	413,7	347,2
Centro	129,5	163,4	29,6	35,1	337,1	285,0
Médio Tejo	142,7	174,1	32,3	38,2	308,8	261,6
Pinhal Interior Sul	257	325,2	54,5	60	183,3	166,8
Sertã	186,1	222,3	43,8	46,3	228,2	215,8
Cabeçudo	126	184,3	35,8	36,4	278,9	274,9
Carvalhal	167,4	291,3	39,8	47	251,0	212,7
Castelo	146,8	245	39,4	46,5	253,3	215,0
Pedrógão Pequeno	305,3	381,8	53,6	57,9	186,4	172,6
Sertã	137,5	143,7	34,7	35,7	287,4	280,0
Troviscal	195,5	432,9	45,8	66,5	218,2	150,3
Várzea dos Cavaleiros	388,6	478,9	76,3	83,1	131,0	120,3
Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais	174,1	102,2	40,9	43,2	244,3	231,5
Cumeada e Marmeleiro	561,8	352,2	89,5	91,4	111,8	109,5
Ermida e Figueiredo	400,0	881,0	59,3	85,3	168,5	117,3

*(Pop. 65 ou + anos / Pop. 0-14 anos)*100;

** (Pop. 65 ou + anos / Pop. 15-64 anos)*100

*** (Pop. 15-64 anos / Pop. 65 ou + anos)*100

Fonte: INE, 2011

Habitação

Dinâmica de crescimento do parque habitacional

Em termos globais, a dinâmica de crescimento do edificado, no Município, é muito à do Pinhal Interior Sul e mesmo da região Centro. Internamente, as realidades são diferenciadas, reforçando as dinâmicas económicas e demográficas. Acompanhando a tendência de concentração de população, é na Freguesia da Sertã e na União das Freguesias de Cernache, Nespéral e Palhais que as dinâmicas de crescimento de alojamentos e edifícios são mais acentuadas. Com valores significativamente contrastantes com estes evidenciam-se as Freguesias de Carvalhal, de Pedrógão Pequeno e a União das Freguesias de Ermida e Figueiredo.

TABELA 14: ALOJAMENTOS E EDIFÍCIOS, 2001-2011

Unidades Geográficas	Total de edifícios e alojamentos em 2011			Taxa de variação 2001-2011 (%)		
	Edifícios	Alojamentos	Alojamentos Familiares Clássicos	Edifícios	Alojamentos	Alojamentos Familiares Clássicos
Portugal	3544389	5878756	5859540	12,16	16,30	16,74
Centro	1111952	1448644	1443886	12,06	15,46	15,65
Médio Tejo	107291	137712	137072	9,33	12,64	12,83
Pinhal Interior Sul	30618	33226	33150	10,38	11,53	11,57
Sertã	10725	11970	11953	17,41	19,25	19,39
Cabeçudo	641	653	653	14,06	12,78	12,78
Carvalhal	335	342	342	1,52	2,09	2,09
Castelo	780	786	786	17,47	16,79	16,79
Pedrógão Pequeno	643	646	645	3,38	3,53	3,86
Sertã	3085	4011	4003	26,18	29,01	29,25
Troviscal	679	686	685	9,34	9,94	9,95
Várzea dos Cavaleiros	634	636	636	7,09	7,25	7,43
Cernache do Bonjardim, Nespéral e Palhais	2933	3213	3207	21,35	23,01	23,11
Cumeada e Marmeleiro	624	625	625	18,86	17,70	17,92
Ermida e Figueiredo	371	372	371	3,92	3,91	3,92

Fonte: INE, 2011

Apesar da evolução favorável, o número de edifícios construídos antes de 1961 (com 31,62%, face aos 25% a nível nacional) pode representar um desafio no que respeita às habitações em processo de degradação. Tendo em atenção que na freguesia da Sertã e na União das Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais se concentram cerca de 60% do total de edifícios e alojamentos, a incidência de focos de degradação urbana poderá suscitar medidas de reabilitação urbana, essenciais à manutenção e promoção da qualidade de vida e à atratividade do Município. Note-se que estas duas freguesias reúnem cerca de 70% dos alojamentos vagos para demolição ou sem condições de habitabilidade. Não obstante, as Freguesias com um parque habitacional mais envelhecido são as de Carvalhal, de Castelo e da Várzea dos Cavaleiros.

TABELA 15: EDIFÍCIOS POR ANO DE CONSTRUÇÃO, 2011

Unidades Geográficas	Edifícios por ano de construção de (%)							
	Antes de 1919	1919 a 1945	1946 a 1960	1961 a 1970	1971 a 1980	1981 a 1990	1991 a 2000	2001 a 2011
Portugal	5,82	8,62	10,93	11,53	16,61	16,33	15,76	14,39
Centro	5,16	9,03	11,66	12,10	17,29	15,84	15,04	13,88
Médio Tejo	6,22	11,57	14,38	12,92	15,58	13,94	13,30	12,09
Pinhal Interior Sul	4,92	11,60	14,57	12,22	15,32	12,93	13,91	14,53
Sertã	6,09	10,62	14,91	12,40	14,08	11,71	14,41	15,78
Cabeçudo	9,67	7,96	12,64	9,20	13,88	12,01	17,16	17,47
Carvalhal	5,97	12,84	24,48	21,19	10,45	8,96	12,84	3,28
Castelo	5,90	12,56	19,23	13,59	19,74	13,33	7,05	8,59
Pedrógão Pequeno	14,62	12,13	18,82	8,86	13,06	11,82	9,95	10,73
Sertã	2,46	7,52	10,34	10,18	13,61	13,35	21,20	21,33
Troviscal	1,18	5,01	18,26	15,91	19,88	14,87	10,31	14,58
Várzea dos Cavaleiros	5,84	9,15	22,08	14,98	16,72	11,51	10,41	9,31
Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais	6,34	14,01	15,17	14,73	12,31	10,26	12,34	14,83
Cumeada e Marmeleiro	16,19	13,46	11,06	8,97	10,58	6,41	13,62	19,71
Ermida e Figueiredo	6,20	13,48	18,33	8,63	16,17	11,32	9,97	15,90

Fonte: INE, 2011

Forma de ocupação dos alojamentos

No padrão de ocupação habitacional registou-se, de forma transversal, um decréscimo do peso da ocupação das habitações de residência habitual, compensado, sobretudo, pelos alojamentos de uso sazonal ou secundário. Deste cenário excetua-se a Freguesia de Cabeçudo, cujo crescimento corresponde aos alojamentos vagos.

Como sugerido no Relatório de Caracterização e Diagnóstico, da Revisão do PDM (2012), a transformação da forma de ocupação dos alojamentos pode estar associada aos fenómenos de emigração, em que os investimentos vão no sentido da aquisição de habitações para férias e de vontade de garantir uma salvaguarda para o período de reforma.

TABELA 16: VARIAÇÃO DO NÚMERO DE ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS SEGUNDO A FORMA DE OCUPAÇÃO, 2001-2011

Unidades Geográficas	Variação do nº de alojamentos (ABS)			Variação do peso da forma de ocupação dos alojamentos (%)		
	Residência Habitual	Uso sazonal ou secundário	Vagos	Residência Habitual	Uso sazonal ou secundário	Vagos
Portugal	439883	208881	191351	-2,64	0,92	1,71
Centro	66089	62307	67004	-4,40	1,16	3,23
Médio Tejo	4305	4834	6446	-4,51	1,16	3,35
Pinhal Interior Sul	-488	2703	1222	-7,47	4,44	3,03
Sertã	225	1047	669	-8,18	3,39	4,79
Cabeçudo	20	-6	60	-4,06	-4,64	8,70
Carvalhal	-26	35	-2	-9,00	9,65	-0,65
Castelo	-14	93	34	-11,05	7,13	3,92
Pedrógão Pequeno	-18	80	-38	-4,98	11,16	-6,18
Sertã	411	294	201	-3,98	0,07	3,91
Troviscal	-43	106	-1	-12,28	12,70	-0,42
Várzea dos Cavaleiros	-14	42	16	-6,54	4,50	2,04
Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais	-10	288	324	-11,06	2,03	9,02
Cumeada e Marmeleiro	-47	83	59	-17,99	9,15	8,84
Ermida e Figueiredo	-34	32	16	-11,53	7,31	4,22

Fonte: INE, 2011

TABELA 17: FORMA DE OCUPAÇÃO DOS ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS, 2011

Unidades Geográficas	Forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos (ABS)					Forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos (%)		
	Total (ocupados e vagos)	Ocupados			Vagos	Residência Habitual	Uso sazonal ou secundário	Vagos
		Total	Residência Habitual	Uso sazonal ou secundário	Total			
Portugal	5859540	5124412	3991112	1133300	735128	68,11	19,34	12,55
Centro	1443886	1246912	893857	353055	196974	61,91	24,45	13,64
Médio Tejo	137072	116187	86087	30100	20885	62,80	21,96	15,24
Pinhal Interior Sul	33150	30034	16698	13336	3116	50,37	40,23	9,40
Sertã	11953	10789	6431	4358	1164	53,80	36,46	9,74
Cabeçudo	653	568	384	184	85	58,81	28,18	13,02
Carvalhal	342	333	203	130	9	59,36	38,01	2,63
Castelo	786	733	420	313	53	53,44	39,82	6,74
Pedrógão Pequeno	645	635	348	287	10	53,95	44,50	1,55
Sertã	4003	3650	2360	1290	353	58,96	32,23	8,82
Troviscal	685	667	370	297	18	54,01	43,36	2,63
Várzea dos Cavaleiros	636	579	357	222	57	56,13	34,91	8,96
Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais	3207	2733	1481	1252	474	46,18	39,04	14,78
Cumeada e Marmeleiro	625	545	318	227	80	50,88	36,32	12,80
Ermida e Figueiredo	371	346	190	156	25	51,21	42,05	6,74

Fonte: INE, 2011

Estrutura do mercado habitacional

No que respeita ao mercado habitacional, cruzando a informação relativa aos alojamentos vagos disponíveis para venda ou arrendamento, demolição ou outra situação no momento de referência importa referir que: i) os alojamentos vagos representam cerca de 10% dos alojamentos totais do Município da Sertã; ii) dos alojamentos vagos, 46,39% estão disponíveis para venda, para arrendamento ou demolição; iii) os restantes 53,61% correspondem a fogos abandonados ou sem condições de habitabilidade.

A idade do edificado é também um aspeto central na análise do mercado habitacional. Dos alojamentos vagos disponíveis no mercado, cerca de 65% correspondem a alojamentos construídos antes de 1970. No mercado de aquisição e no mercado de arrendamento verificam-se padrões distintos: no primeiro caso, cerca 30% dos alojamentos vagos disponíveis para venda foram construídos entre 2001 e 2011 e, no segundo caso, uma fatia significativa dos alojamentos disponíveis no mercado – cerca de 40% – foi construída entre 1981 e 2001.

TABELA 18: ALOJAMENTOS VAGOS DISPONÍVEIS NO MERCADO, 2011 (VALORES ABS)

Unidades Geográficas	Alojamentos vagos (nº)				
	Total	Para venda	Para arrendamento	Para demolição	Outros
Portugal	735128	164745	110221	28388	431774
Centro	196974	38244	22245	10040	126445
Médio Tejo	20885	3568	1734	1138	14445
Pinhal Interior Sul	3116	654	299	291	1872
Sertã	1164	308	135	97	624
Cabeçudo	85	14	6	2	63
Carvalhal	9	0	0	8	1
Castelo	53	42	6	3	2
Pedrógão Pequeno	10	8	1	0	1
Sertã	353	92	77	17	167
Troviscal	18	4	2	0	12
Várzea dos Cavaleiros	57	4	6	1	46
Cernache do Bonjardim, Nespéral e Palhais	474	122	36	36	280
Cumeada e Marmeleiro	80	14	0	29	37
Ermida e Figueiredo	25	8	1	1	15

Fonte: INE, 2011

TABELA 19: ALOJAMENTOS VAGOS DISPONÍVEIS NO MERCADO, 2011 (PERCENTUAL)

Unidades Geográficas	Alojamentos Vagos (%)				
	Total	Para venda	Para arrendamento	Para demolição	Outros
Portugal	12,55	22,41	14,99	3,86	58,73
Centro	13,64	19,42	11,29	5,10	64,19
Médio Tejo	15,24	17,08	8,30	5,45	69,16
Pinhal Interior Sul	9,40	20,99	9,60	9,34	60,08
Sertã	9,74	26,46	11,60	8,33	53,61
Cabeçudo	13,02	16,47	7,06	2,35	74,12
Carvalhal	2,63	0,00	0,00	88,89	11,11
Castelo	6,74	79,25	11,32	5,66	3,77
Pedrógão Pequeno	1,55	80,00	10,00	0,00	10,00
Sertã	8,82	26,06	21,81	4,82	47,31
Troviscal	2,63	22,22	11,11	0,00	66,67
Várzea dos Cavaleiros	8,96	7,02	10,53	1,75	80,70
Cernache do Bonjardim, Nespéral e Palhais	14,78	25,74	7,59	7,59	59,07
Cumeada e Marmeleiro	12,80	17,50	0,00	36,25	46,25
Ermida e Figueiredo	6,74	32,00	4,00	4,00	60,00

Fonte: INE, 2011

Condições sociais

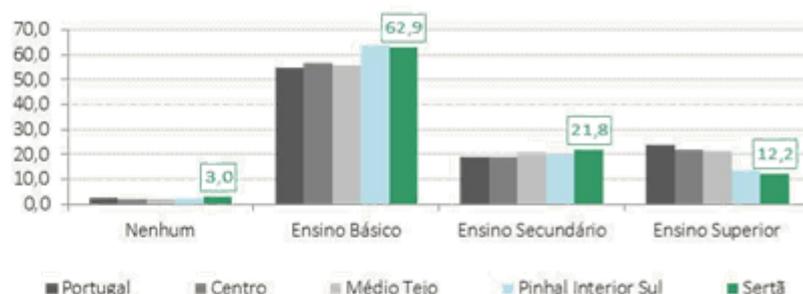
valorização do capital humano & economia mais sustentável

a estrutura das qualificações assume um papel importante enquanto no entendimento do tipo e da qualidade do emprego.

População ativa

63% da população ativa apenas com o ensino básico

ativos com ensino superior são **50%**, em termos comparativos, dos que concluíram o curso superior na Região e no País



Taxa de desemprego

Por nível de escolaridade



13,23%

a taxa de desemprego em 2011 é efetivamente superior para a população sem qualquer nível de ensino

10,9%

os ativos sem qualquer qualificação e com ensino básico são os mais afetados

Evolução entre 2001 e 2011 - Município

Nível de escolaridade	Pop. ativa (ABS)	Pop. desempregada (ABS)	Tx desemprego (%)
Total	-324	155	2,82
Nenhum	-601	-7	9,18
Ensino básico	-761	10	1,74
Ensino secundário	675	110	4,5
Ensino superior	363	42	2,8

14,2%

a taxa de desemprego em 2015 traduz um aumento de 4,52% face ao valor verificado em 2011

Qualificações da população agrícola

Evolução das qualificações % - Município

Formação agrícola	Sertã
Total	-37,95
Exclusivamente prática	-35,52
Cursos de formação profissional relacionados com a atividade agrícola	-59,72
Completa (curso secundário ou superior agrícola)	-71,43

79%

as qualificações da população agrícola continuam a ser deficitárias: a formação agrícola resulta exclusivamente da prática

Condições sociais

As condições de equidade social do Município são determinantes para manter a população residente atual e atrair novos residentes. A leitura do quadro de evolução de alguns indicadores sociais, enquadrados nas temáticas da ação social e da educação, constituem a base para um conjunto de decisões políticas a tomar no curto, médio e longo prazo. Pensar as necessidades formativas para o futuro requer uma análise cuidada dos níveis de qualificação atuais, bem como do respetivo panorama de evolução. A análise da estrutura das qualificações assume assim uma importância acrescida enquanto componente essencial no entendimento do tipo e da qualidade do emprego. Na base está o pressuposto da valorização do capital humano e a ambição de tornar a economia mais sustentável.

Exclusão social

Neste ponto sistematiza-se informação que oriente o desenho de respostas sociais adequadas às transformações demográficas atuais e expectáveis. Algum trabalho foi desenvolvido âmbito, com destaque para a Carta Social do Concelho da Sertã, que incluiu vários indicadores sociais. De forma complementar, analisam-se alguns indicadores e procura-se articulá-los com padrões já aferidos.

No domínio dos programas de inclusão social, o Rendimento Social de Inserção (RSI) estava atribuído em 2013, na Sertã, a 339 beneficiários, que representavam 24,95 por 1000 habitantes em idade ativa, em proporção inferior à do País (40,39‰) e da Região Centro (26,95‰), mas superior à do Pinhal Interior Sul (16,67‰) e do Médio Tejo (22,47‰).

A situação da população ativa assume, também, considerável importância. Na análise relacionaram-se os números do desemprego, do IEFP, com os números da população ativa dos Censos de 2011¹⁹. Na taxa de desemprego consideram-se, não só os residentes desempregados, como também os ocupados (que, em termos práticos, não têm uma remuneração). Dado que para o nível municipal não são apresentados números para a população empregada, procedeu-se a uma estimativa partindo dos valores nacionais. Assim, os níveis de desemprego estimados para 2015 (considerando a população ocupada) mostram uma situação menos favorável do Município comparativamente ao País e ao contexto regional (NUTS II e III). Para a Sertã, a taxa de desemprego era de 14,20% em Junho de 2015, traduzindo um aumento de 4,52% face ao

¹⁹ Consultar as notas metodológicas apresentadas na *Metodologia do Plano Estratégico*.

valor verificado no mês homólogo em 2011, um pouco acima dos 13,79% verificados a nível nacional (tabela 20).

TABELA 20: TAXA DE DESEMPREGO MUNICIPAL REAL E ESTIMADA

Unidades Geográficas	População ativa (ABS)	Pessoas desempregadas (ABS)		Pessoas ocupadas (ABS estimados)		Taxa de desemp. (%)		Taxa desemp. considerando a estimativa do nº de ocupados (%)	
		2011	2011	2015	2011	2015	2011	2015	2011
Portugal	5023367	518705	536656	26046	155892	10,33	10,68	10,844	13,787
Médio Tejo	97006	8379	7970	421	2315	8,64	8,22	9,071	10,603
Pinhal Interior Sul	14879	1151	1441	58	419	7,74	9,68	8,124	12,498
Oleiros	1847	84	166	4	48	4,55	8,99	4,776	11,598
Proença-a-Nova	3054	231	251	12	73	7,56	8,22	7,944	10,606
Vila de Rei	1176	72	89	4	26	6,12	7,57	6,430	9,766
Mação	2486	182	240	9	70	7,32	9,65	7,689	12,458
Sertã	6316	582	695	29	202	9,21	11,00	9,677	14,200

Fonte: GETIN_UA (origem dos dados: INE para a população ativa e IEFP para o emprego)

A introdução da taxa de abandono escolar nesta secção prende-se com dois aspetos fulcrais: i) auxiliar na avaliação das fragilidades sociais do Município e ii) enquadrar e complementar a análise ao nível da estrutura das qualificações e do emprego. Tal como mostra a tabela 21, o Município manifesta um comportamento mais positivo do que as unidades geográficas de referência, com uma taxa de abandono escolar de 1,21% em 2011.

TABELA 21: TAXA DE ABANDONO ESCOLAR (%)

Unidades Geográficas	1991	2001	2011
Portugal	12,60	2,79	1,70*
Centro	11,80	2,19	1,51*
Médio Tejo	8,95	2	1,94*
Pinhal Interior Sul	10,73	1,37	1,59*
Sertã	13,42	1,77	1,21*
Cabeçudo	18,82	1,18	0
Carvalhal	25,37	2,50	0
Castelo	15,09	1,25	2,82
Cernache do Bonjardim	14,12	0,82	0,56
Cumeada	5,56	0	5,26
Ermida	17,02	0	0
Figueiredo	17,39	10,53	0
Marmeleiro	0	10	0
Nesperial	22,58	0	0
Palhais	16,67	0	9,09*
Pedrógão Pequeno	8,08	2,33	0
Sertã	9,52	1,08	1
Troviscal	20,95	1,41	2,56
Várzea dos Cavaleiros	10	11,63	2,33

*Dados retificados

Fonte: INE, 2011

Qualificações da população ativa

A análise das qualificações da população ativa mostra que a Sertã acompanhou a tendência do País, entre 2001 a 2011, sendo notória a evolução no padrão dos níveis de escolaridade mais elevados. Conquanto, verificam-se, ainda, baixos níveis de qualificação em ambos os casos.

TABELA 22: VARIAÇÃO DAS QUALIFICAÇÕES DA POPULAÇÃO ATIVA, ENTRE 2001 E 2011 (VALORES ABS)

Unidades Geográficas	Valores Absolutos				
	Total	Nenhum	Básico	Secundário total	Superior
Portugal	33159	-188978	-516843	287930	451050
Centro	-11639	-46603	-134061	72164	96861
Médio Tejo	-3131	-3924	-12672	5341	8124
Pinhal Interior Sul	-1861	-1412	-2650	1265	936
Sertã	-324	-601	-761	675	363
Cabeçudo	-6	-18	-47	37	22
Carvalhal	-35	-3	-53	11	10
Castelo	-41	-33	-78	48	22
Pedrógão Pequeno	-106	-63	-78	23	12
Sertã	366	-110	-87	363	200
Troviscal	-116	-67	-77	21	7
Várzea dos Cavaleiros	18	-12	-10	29	11
Cernache do Bonjardim, Nespéral e Palhais	-271	-193	-256	116	62
Cumeada e Marmeleiro	-90	-58	-68	22	14
Ermida e Figueiredo	-43	-44	-7	5	3

Fonte: INE, 2011

Relativamente à população mais qualificada (com ensino superior), importará sublinhar o posicionamento desfavorável do Município face ao País: a população ativa com ensino superior (12,2%) era significativamente mais baixa do que a média nacional e da Região Centro (23,8% e 22,1% respetivamente). Ao mesmo tempo, em 2011, quase 2/3 da população ativa apenas tinha concluído o ensino básico e os ativos com ensino superior são cerca de 50%, em termos relativos, dos que concluíram um curso superior na Região e no País.

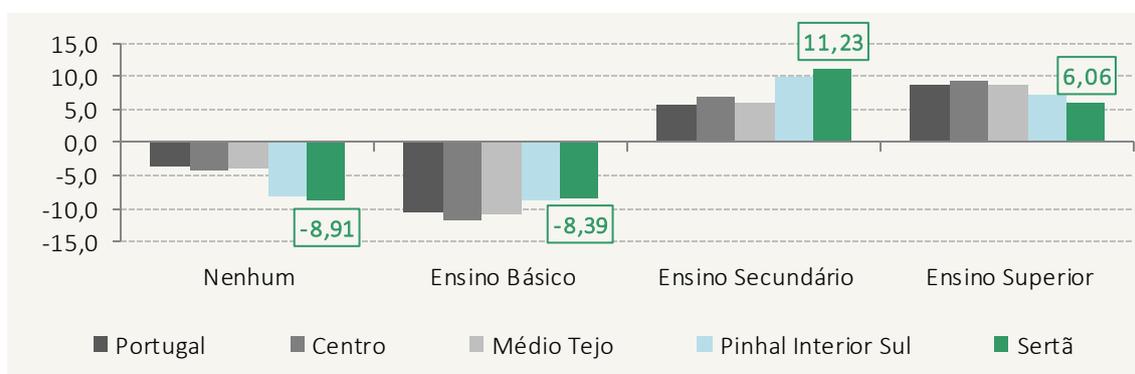


FIGURA 18. TAXA DE VARIAÇÃO DAS QUALIFICAÇÕES DA POPULAÇÃO ATIVA, 2001-2011 (%)

Fonte: GETIN_UA (origem dos dados: INE)

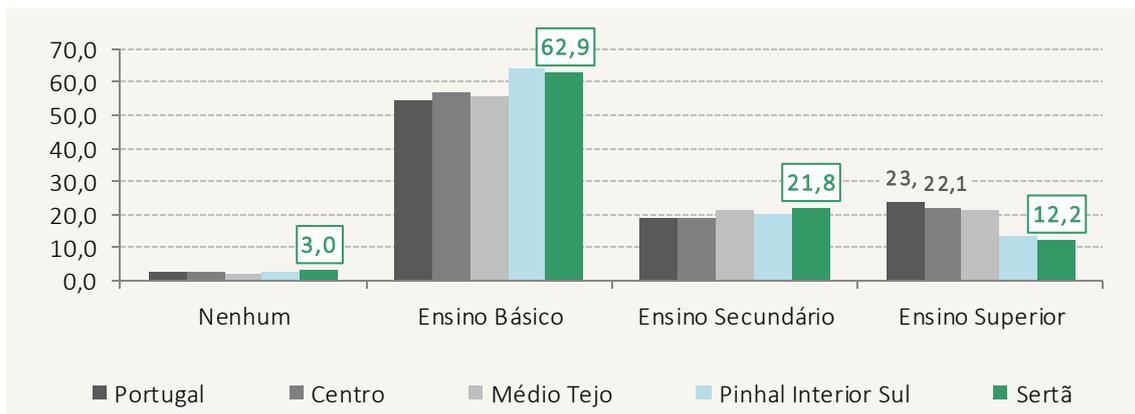


FIGURA 19. QUALIFICAÇÕES DA POPULAÇÃO ATIVA, 2011 (%)

Fonte: GETIN-UA (origem dos dados: INE)

A Sertã é, em 2011, a Freguesia com população mais qualificada, tendo 16% dos seus ativos concluído o ensino superior. Segue-se a União das Freguesias da Cumeada e Marmeleiro que apresenta 12,3% da população ativa com ensino superior, que é a que registou uma evolução mais significativa nesse nível de ensino, entre 2001 e 2011 ($\approx 7,9\%$) (figuras 20 e 21).

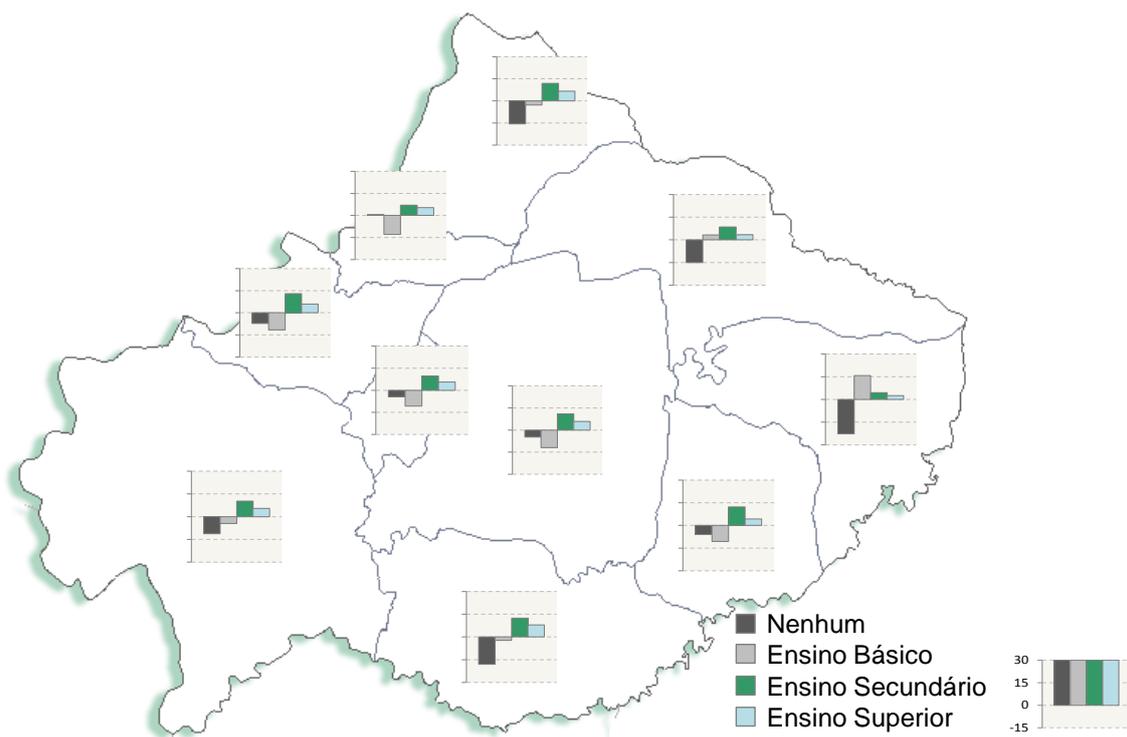


FIGURA 20: TAXA DE VARIAÇÃO DAS QUALIFICAÇÕES DA POPULAÇÃO ATIVA POR FREGUESIA, 2001-2011

Fonte: GETIN-UA (origem dos dados: INE)

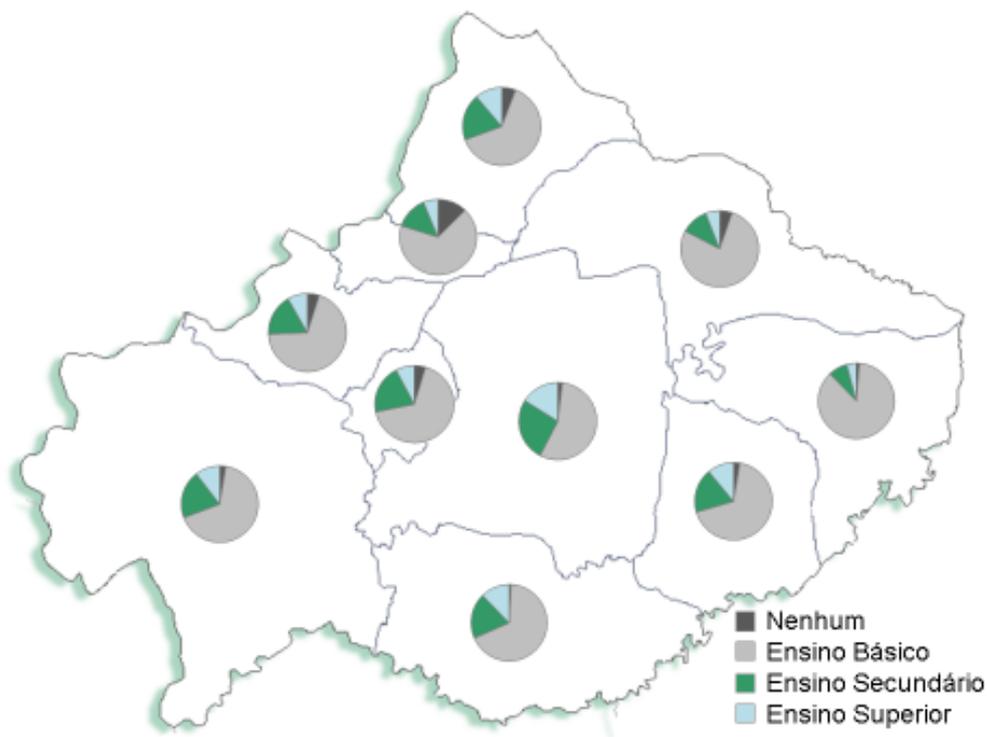


FIGURA 21: QUALIFICAÇÕES DA POPULAÇÃO ATIVA POR FREGUESIA, 2011 (%)
 Fonte: GETIN-UA (origem dos dados: INE)

Qualificações da população desempregada

Analisando a taxa de variação das qualificações da população desempregada, verifica-se que, entre 2001 e 2011, o desemprego cresceu mais significativamente e com níveis superiores aos da Região e do País para os ativos com ensino secundário (14,9%) (figura 22).

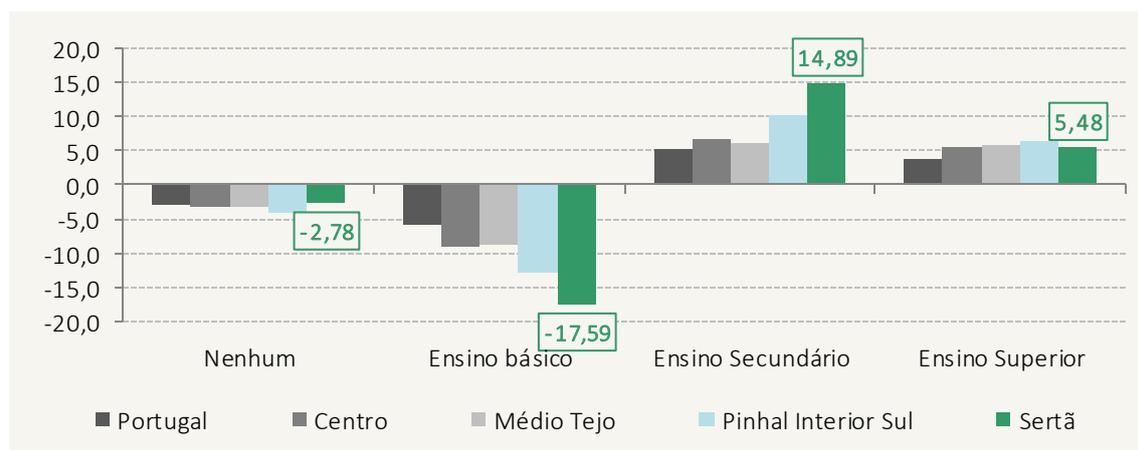


FIGURA 22: TAXA DE VARIAÇÃO DAS QUALIFICAÇÕES DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA, 2001-2011
 Fonte: GETIN-UA (origem dos dados: INE)

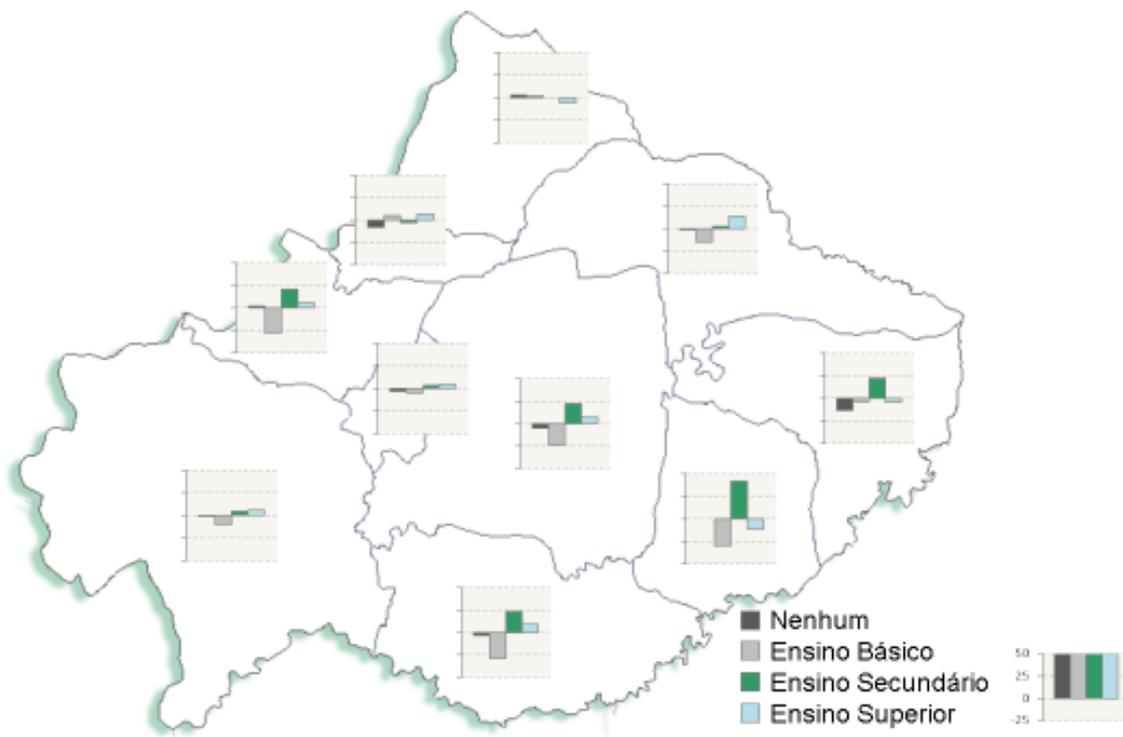


FIGURA 23: TAXA DE VARIAÇÃO DAS QUALIFICAÇÕES DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR FREGUESIA, 2001-2011
 Fonte: GETIN_UA (origem dos dados: INE)

A evolução da taxa de desemprego por nível de escolaridade completo, para período homólogo de análise, mostra que são os ativos sem qualquer qualificação e com ensino básico os mais afetados ($9,18\% + 1,74\% \approx 10,9\%$) (tabela 24). A taxa de desemprego é efetivamente superior para a população sem qualquer nível de ensino ($13,23\%$) (tabela 23). A Freguesia de Pedrogão Pequeno é aquela onde se verifica um aumento mais acentuado da taxa de desemprego ($17,67\%$), tendo aumentado para todos os níveis de ensino, à exceção do superior.

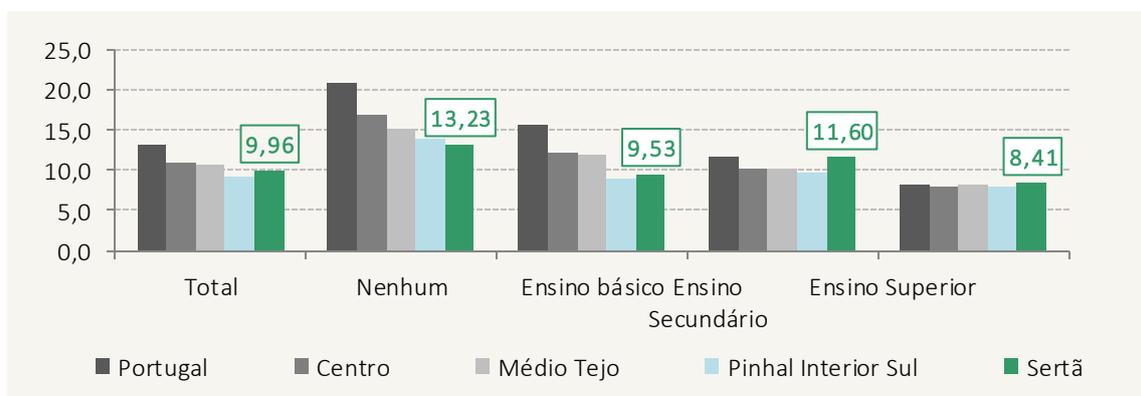


FIGURA 24: TAXA DE DESEMPREGO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO 2011 (%)
 Fonte: GETIN_UA (origem dos dados: INE)

TABELA 23: TAXA DE DESEMPREGO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO, 2011

Unidades Geográficas	Valores em %				
	Total	Nenhum	Básico	Secundário total	Superior
Portugal	13,18	20,76	15,53	11,76	8,14
Centro	10,98	16,79	12,12	10,28	8,07
Médio Tejo	10,79	15,01	11,84	10,28	8,17
Pinhal Interior Sul	9,12	13,76	8,97	9,74	8,06
Sertã	9,96	13,23	9,53	11,60	8,41
Cabeçudo	13,23	33,33	11,74	13,58	13,33
Carvalhal	7,73	0,00	9,16	7,41	8,33
Castelo	13,73	5,26	13,81	17,91	9,38
Pedrógão Pequeno	21,24	40,00	18,79	34,00	3,45
Sertã	8,08	7,55	7,58	9,61	7,35
Troviscal	3,11	6,67	2,23	3,03	11,76
Várzea dos Cavaleiros	5,29	0,00	3,90	11,90	4,00
Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais	12,63	17,14	12,80	11,62	12,41
Cumeada e Marmeleiro	9,65	50,00	8,44	13,64	7,14
Ermidal e Figueiredo	6,08	0,00	5,47	16,67	0,00

Fonte: INE, 2011

Unidades Geográficas	Total			Nenhum			Ensino básico			Ensino secundário			Ensino superior		
	Pop Ativa (ABS)	Pop Des (ABS)	Tx des (%)	Pop Ativa (ABS)	Pop Des (ABS)	Tx des (%)	Pop Ativa (ABS)	Pop Des (ABS)	Tx des (%)	Pop Ativa (ABS)	Pop Des (ABS)	Tx des (%)	Pop Ativa (ABS)	Pop Des (ABS)	Tx des (%)
Portugal	33159	322919	6,38	-188978	2538	13,20	-516843	187280	8,21	287930	73081	5,83	451050	60020	3,14
Centro	-11639	54523	5,23	-46603	-118	10,92	-134061	28578	6,12	72164	13836	5,02	96861	12227	3,23
Médio Tejo	-3131	4058	4,39	-3924	-82	8,55	-12672	1909	5,12	5341	1195	4,31	8124	1036	2,95
Pinhal Interior Sul	-1861	361	3,17	-1412	-27	9,47	-2650	99	2,77	1265	181	3,33	936	108	3,03
Sertã	-324	155	2,82	-601	-7	9,18	-761	10	1,74	675	110	4,50	363	42	2,80
Cabeçudo	-6	18	4,71	-18	1	19,44	-47	9	4,67	37	5	-0,06	22	3	0,83
Carvalhal	-35	-9	-2,75	-3	-2	-7,41	-53	-6	-0,62	11	-2	-17,59	10	1	8,33
Castelo	-41	8	3,19	-33	1	5,26	-78	-7	1,09	48	11	12,65	22	3	9,38
Pedrógão Pequeno	-106	42	17,67	-63	5	38,72	-78	24	15,91	23	13	19,19	12	0	-2,43
Sertã	366	65	1,46	-110	-7	0,80	-87	-5	0,10	363	56	5,62	200	21	2,53
Troviscal	-116	-15	-2,81	-67	-2	3,01	-77	-12	-3,42	21	-1	-13,64	7	0	-8,24
Várzea dos Cavaleiros	18	7	2,89	-12	0	0,00	-10	2	1,46	29	5	11,90	11	0	-3,14
Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais	-271	55	5,36	-193	1	14,95	-256	25	4,87	116	16	1,50	62	13	6,39
Cumeada e Marmeleiro	-90	-3	1,79	-58	-1	46,67	-68	-9	-1,47	22	5	9,09	14	2	7,14
Ermida e Figueiredo	-43	-13	-5,44	-44	-3	-6,52	-7	-11	-7,86	5	2	16,67	3	-1	-33,33

TABELA 24: VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA, DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA E DA TAXA DE DESEMPREGO, 2001-2011

Fonte: INE, 2011

Qualificações da população agrícola familiar

Considerando a relevância que o setor agrícola tem no município e na região, e tendo em atenção os baixos níveis de escolaridade registados, importa avaliar também a situação das qualificações da população agrícola familiar.

Entre 1999 e 2009, assiste-se a um decréscimo da população agrícola familiar em cerca de 38% (redução de 6872 para 4264 residentes), que incluem as pessoas do agregado doméstico do produtor singular e outros elementos da família que participam regularmente nos trabalhos agrícolas da exploração. No que concerne ao nível de qualificações, contrariamente à aposta nos cursos de formação relacionados com a atividade agrícola patente nas unidades geográficas de referência, no Município observa-se uma regressão superior a 50%. Enquanto o decréscimo menos gravoso registado na Sertã corresponde à tipologia de formação exclusivamente prática, a evolução negativa mais acentuada está ao nível da formação agrícola completa.

TABELA 25: EVOLUÇÃO DAS QUALIFICAÇÕES DA POPULAÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR POR RELAÇÃO DE PARENTESCO E FORMAÇÃO AGRÍCOLA, 1999-2009

Tipologias de Relação de Parentesco e Formação Agrícola (%)		Unidades Geográficas				
		Portugal	Centro	Médio Tejo	Pinhal Interior Sul	Sertã
Total	Total	-35,84	-42,54	-34,66	-37,75	-37,95
	Exclusivamente prática	-37,13	-42,33	-35,22	-35,71	-35,52
	Cursos de formação profissional relacionados com a atividade agrícola	29,02	27,20	29,71	9,27	-59,72
	Completa (curso secundário ou superior agrícola)	-29,81	-38,46	-36,61	-65,29	-71,43
Produtor	Total	-27,35	-35,77	-29,53	-36,85	-34,15
	Exclusivamente prática	-31,28	-39,13	-31,12	-37,55	-33,76
	Cursos de formação profissional relacionados com a atividade agrícola	42,31	38,14	37,37	30,43	-50,00
	Completa (curso secundário ou superior agrícola)	2,01	-4,22	7,41	-60,61	-85,71
Cônjuge	Total	-31,29	-38,96	-33,39	-39,91	-38,47
	Exclusivamente prática	-34,84	-40,84	-35,76	-40,13	-37,78
	Cursos de formação profissional relacionados com a atividade agrícola	37,71	22,64	33,71	-43,90	-84,00
	Completa (curso secundário ou superior agrícola)	-11,46	-10,76	-47,83	-54,55	-100,00

Outros membros da família	Total	-45,94	-51,80	-42,30	-36,73	-41,58
	Exclusivamente prática	-46,74	-48,73	-41,96	-26,50	-35,48
	Cursos de formação profissional relacionados com a atividade agrícola	-13,62	-6,47	-1,23	22,22	-33,33
	Completa (curso secundário ou superior agrícola)	-50,58	-55,76	-51,02	-68,83	-61,11

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola, 2009

Padrões de especialização sectorial

- Quatro atividades predominantes: atividades agrícolas & florestais, indústria transformadora, comércio e construção

Peso do setor primário a decrescer
Terciarização cada vez mais significativa
Tendência de decréscimo para a indústria transformadora

- A evolução assinalável do emprego nos ramos saúde humana & apoio social

Importância acrescida dadas as características e necessidades dos territórios de baixa densidade

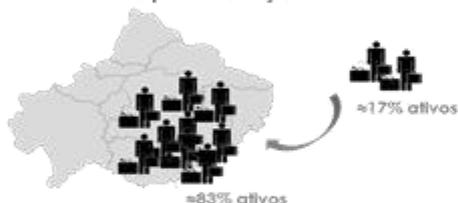
Padrões de especialização

- A Sertã absorve a maioria da sua população ativa **83%**

desafio I

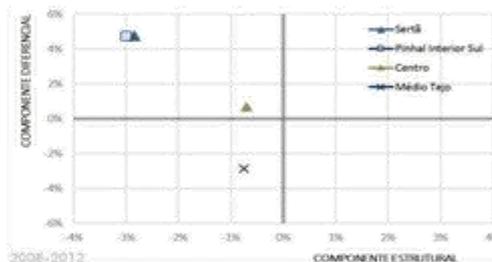
Manter os residentes que saem para trabalhar

Fixar os ativos envolvidos em pendulações



dinâmica da estrutura produtiva

- Atividades mais dinâmicas
Atividades agrícolas & florestais
Consultoria científica & técnica
Alojamento & restauração
- Ramos com maior ancoragem aos recursos e condições locais
Saúde humana & apoio social
Comércio & reparação de veículos
Construção



Quociente de localização em relação à média nacional 2012



- A Sertã apresenta características **mais rurais** face ao País e à NUTS III do Médio Tejo, embora **mais urbanas** face à NUTS III do Pinhal Interior Sul

Destaque para as atividades ligadas à educação, ao alojamento & restauração e à consultoria

Padrões por freguesia

explorações agrícolas %

Tipologias de natureza jurídica	peso face ao total do Município em 2009									
	Cabeçudo	Carvahal	Costeio	Pedregal Pequeno	Sertã	Troviscal	Várzea dos Cavaleiros	Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais	Cumeada e Marmeleiro	Ermida e Figueiredo
Total explorações agrícolas	3,8	3,8	7	9,3	20,4	11,4	8,5	20,8	7,9	7,1
Produtor singular	3,9	3,8	7	9,3	20,3	11,4	8,5	20,7	7,9	7,1
Sociedades	0,1	0	0	0	0,1	0	0,1	0,1	0	0
Baldios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras formas da natureza jurídica do produtor	0	0	0	0	0	0	0	0,1	0	0

1660 explorações agrícolas

menos de 1% face ao País

- a produção resulta maioritariamente da utilização de mão-de-obra familiar
- que tem um impacto considerável no rendimento do agregado familiar

evolução do emprego %

- Concentração do emprego municipal na freguesia da Sertã ≈ **65%**, com tendência crescente
- Algum peso associado à união das freguesias de Cernache do Bonjardim, Nesperal e Palhais e à união das freguesias de Cumeada e Marmeleiro

entidades empregadoras: pessoas coletivas com remuneração declarada

Estrutura produtiva e dinâmica económica

Com o cruzamento das dinâmicas demográfica e económica pretende definir-se linhas de reflexão importantes para a estratégia de criação de emprego e atração de investimento a nível municipal. Esta estratégia passa, inevitavelmente, pela identificação de elementos favoráveis e desfavoráveis ao desenvolvimento do Concelho.

Padrões de especialização setorial

De forma concordante com outras análises já produzidas (como o Relatório de Caracterização e Diagnóstico, Revisão do PDM, 2012), importa realçar os seguintes aspetos:

- a) O peso do setor primário – incluindo as atividades agrícolas e florestais – tem vindo a decrescer gradualmente ao longo do tempo, acompanhado por uma terciarização cada vez mais significativa do Município;
- b) O universo empresarial da Sertã é preenchido em cerca de 50% pelos setores da construção e do comércio, os quais têm vindo a diminuir a sua importância;
- c) A indústria transformadora apresenta um peso consideravelmente baixo, com tendência a decrescer ainda mais, embora evidencie um comportamento relativamente positivo face ao total do emprego ao nível municipal e sub-regional;
- d) A evolução ao nível das atividades de saúde humana e apoio social merecem alguma notoriedade: apesar de ambas terem um peso pouco significativo face ao total das atividades económicas, importa articular este crescimento com as características e as necessidades dos territórios de baixa densidade – *sujeitos a processos acelerados de envelhecimento e de desertificação* – como acontece na Sertã.

A tabela 26 mostra um decréscimo do número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos do município entre 2008 e 2012 em todos os setores de atividade – redução de 4340 para 3804. Esta perda de empregos é ligeiramente inferior à verificada a nível nacional (-12,4% face a 13,6%) e, tal como no resto do país, concentrou-se de forma desproporcional no setor secundário. No setor terciário o município verificou um comportamento mais favorável do que o nível nacional e, no setor primário, um comportamento mais desfavorável (ainda que em ambos tenha havido uma redução do emprego).

TABELA 26: PESSOAS AO SERVIÇO NOS ESTABELECIMENTOS POR SETOR DE ATIVIDADE (ABS)

Setores de atividade económica	Total do Emprego 2008 (valores ABS)					Total do Emprego 2012 (valores ABS)				
	Portugal	Centro	Médio Tejo	Pinhal Interior Sul	Sertã	Portugal	Centro	Médio Tejo	Pinhal Interior Sul	Sertã
Setor primário	110393	28006	2199	506	250	106479	27496	1952	482	237
Setor secundário	1336054	319256	27611	4421	1921	1018300	253110	20477	3546	1517
Setor terciário	2593869	464196	42000	4684	2169	2366010	420400	37982	4448	2050
Total	4040316	811458	71810	9611	4340	3490789	701006	60411	8476	3804

Fonte: INE, 2011

TABELA 27: EVOLUÇÃO DAS PESSOAS AO SERVIÇO NOS ESTABELECIMENTOS, 2008-2012, E A SUA PROPORÇÃO EM 2012 POR SETOR DE ATIVIDADE (%)

Setores de atividade económica	Evolução do Emprego entre 2008-2012 (%)					Emprego face ao Total do Emprego em 2012 (%)				
	Portugal	Centro	Médio Tejo	Pinhal Interior Sul	Sertã	Portugal	Centro	Médio Tejo	Pinhal Interior Sul	Sertã
Setor primário	-3,5	-1,8	-11,2	-4,7	-5,2	3,1	3,9	3,2	5,6	6,2
Setor secundário	-23,8	-20,7	-25,8	-19,8	-21,0	29,2	36,1	33,9	41,3	39,6
Setor terciário	-8,8	-9,4	-9,6	-5,0	-5,5	67,8	60,0	62,9	51,9	53,5
Total	-13,6	-13,6	-15,9	-11,8	-12,4	100,0	100,0	100,0	98,8*	99,3*

* Por existirem valores omissos nos dados disponibilizados pelo INE, os valores apresentados não totalizam os 100%.

Fonte: INE, 2011

A evolução dos três setores denota assim uma progressiva terciarização que, dado o peso reduzido que o terceiro setor ocupa face à média nacional, pode significar ajustamento da economia municipal às tendências já verificadas a nível nacional.

Em linha com este ajustamento encontra-se também a perda de importância do setor primário que, não obstante, mantém um peso na estrutura de emprego municipal superior à média nacional (6,2% vs 3,1%).

As causas para este peso podem ser procuradas em dois fenómenos distintos. Por um lado, o peso do setor primário é consequência da relativa ruralidade do território e da permanência de explorações agrícolas de subsistência familiar numa proporção superior à média nacional. Por

outro lado, encontra-se também associado à importância económica das atividades da silvicultura e da exploração florestal.

No que concerne às explorações agrícolas, o Município da Sertã registou 1660 em 2009, que se concentram em particular na Freguesia da Sertã, na União das Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nespéral e Palhais, e na Freguesia do Troviscal. Trata-se, em praticamente todos os casos, de explorações de pequena dimensão onde predomina a utilização de mão-de-obra familiar, em regime de subsistência ou complemento a outras formas de rendimento.

TABELA 28: EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS POR NATUREZA JURÍDICA

Tipologias de Natureza Jurídica	Peso das Explorações Agrícolas face ao Total do Município em 2009 (%)									
	Cabeçudo	Carvalhal	Castelo	Pedregão Pequeno	Sertã	Troviscal	Várzea dos Cavaleiros	Cernache do Bonjardim, Nespéral e Palhais	Cumeada e Marmeleiro	Ermida e Figueiredo
Total Explorações Agrícolas	3,84	3,78	6,96	9,30	20,41	11,40	8,52	20,77	7,92	7,08
Produtor singular	3,78	3,78	6,96	9,30	20,29	11,40	8,46	20,65	7,92	7,08
Autónomo (utilização maioritária de mão-de-obra familiar)	3,78	3,78	6,84	9,30	20,17	11,40	8,46	20,53	7,92	7,08
Empresário (utilização maioritária de mão-de-obra assalariada)	0	0	0,12	0	0,12	0	0	0,12	0	0
Sociedades	0,06	0	0	0	0,12	0	0,06	0,06	0	0
Baldios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras formas da natureza jurídica do produtor (cooperativas, associações, fundações, mosteiros, conventos, seminários, escolas privadas)	0	0	0	0	0	0	0	0,06	0	0

Fonte: INE, Recenseamento Agrícola 2009

Estas explorações, ainda que possam ser entendidas como um entrave ao desenvolvimento da agricultura no Município e à obtenção de ganhos económicos, preservam também práticas interessantes do ponto de vista ecológico e cultural. O município caracteriza-se, por exemplo, por uma grande diversidade de culturas, entre as quais se destacam o olival, a vinha, os cereais para grão e as culturas forrageiras. Importa referir ainda que, não obstante a tendência recessiva das explorações permanentes, se tem apostado na produção de frutos de casca rija (Relatório de Caracterização e Diagnóstico, Revisão do PDM, 2012).

No que concerne às atividades da silvicultura e da exploração florestal, estas ocupam um lugar de destaque já amplamente tratado nos pontos anteriores do relatório. E, na fileira florestal as atividades do setor primário (designadamente a exploração florestal) integram o conjunto de ramos que têm verificado uma evolução positiva, em conjunto com outros ramos do setor secundário, como a serração e a fabricação de embalagens de madeira. Os ramos de atividade

com uma evolução negativa, por sua vez, concentram-se na transformação. Em particular destacam-se: i) a fabricação de artigos de papel para uso doméstico e sanitário, ao nível da fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos; e ii) a fabricação de mobiliário e de colchões. É ainda de referir a evolução negativa dos transportes rodoviários de mercadorias que não pode, contudo, ser linearmente associado à fileira da floresta, já que é um ramo de atividade bastante transversal.

Esta contração dos ramos de atividade associados à fileira da floresta, na vertente da transformação, encontra-se também em linha com a redução da indústria transformadora que registou uma contração de mais de 20% entre 2008-2012. Não obstante, continua a ser um dos ramos de atividade que têm mais pessoal ao serviço nos respetivos estabelecimentos (com 753 pessoas ao serviço). Um outro ramo do setor secundário que se destaca é o da construção. O decréscimo deste último setor, que diminuiu 21,3%, é particularmente importante, dado o peso que ainda tem na economia local e a crise continuada que atravessa. É interessante notar que o ramo das atividades imobiliárias passou à margem desta crise, tendo mesmo crescido no período em análise.

TABELA 29: PESSOAS AO SERVIÇO NOS ESTABELECIMENTOS POR RAMO DE ATIVIDADE, 2008-2012

Ramos de atividade económica	Emprego face ao Total do Emprego em 2012 (%)					Total do Emprego em 2012 (valores ABS)				
	Portugal	Centro	Médio Tejo	Pinhal Interior Sul	Sertã	Portugal	Centro	Médio Tejo	Pinhal Interior Sul	Sertã
Atividades agrícolas, florestais e pesca	3,1	3,9	3,2	5,6	6,2	106479	27496	1952	482	237
Indústrias extrativas	0,3	0,4	0,2	0,0	0,0	10254	3125	137	0	0
Indústrias transformadoras	18,4	23,9	21,1	23,3	19,7	643953	167365	12772	1999	753
Energia	0,3	0,2	0,5			9214	1544	302		
Água, saneamento e gestão de resíduos	0,9	0,9	1,1		1,1	30193	6396	665		44
Construção	9,3	10,7	10,9	18,0	18,8	324686	74680	6601	1547	720
Comércio e reparação de veículos motorizados	21,6	23,0	24,1	22,7	25,7	754745	160884	14577	1949	983
Transportes e armazenagem	4,4	4,4	5,3	5,1	3,5	153068	30546	3176	438	133
Alojamento, restauração e similares	7,8	6,4	7,5	7,0	8,1	272466	45187	4560	601	309
Atividades de informação e comunicação	2,3	1,1	0,7	0,5		80579	8036	417	44	
Atividades imobiliárias	1,3	0,9	1,1	1,1	0,9	45762	6454	679	95	35
Atividades de consultoria, científicas e técnicas	6,0	4,8	4,7	3,4	3,9	209794	33600	2832	294	149

Atividades administrativas e serviços de apoio	10,9	6,6	6,6	3,1	2,1	379219	46372	3998	265	81
Educação	2,7	2,6	2,3	2,4	3,2	93676	18379	1387	207	123
Atividades de saúde humana e apoio social	7,1	6,7	6,9	3,8	3,5	246619	46906	4163	328	135
Atividades das artes e do desporto	1,2	0,9	1,2	0,5	0,4	41634	6253	708	46	17
Outras atividades de serviços	2,5	2,5	2,5	2,1	2,2	88448	17783	1485	181	85
Total	100,0	100,0	100,0	98,8	99,3	3490789	701006	60411	8476	3804

Fonte: INE, 2011

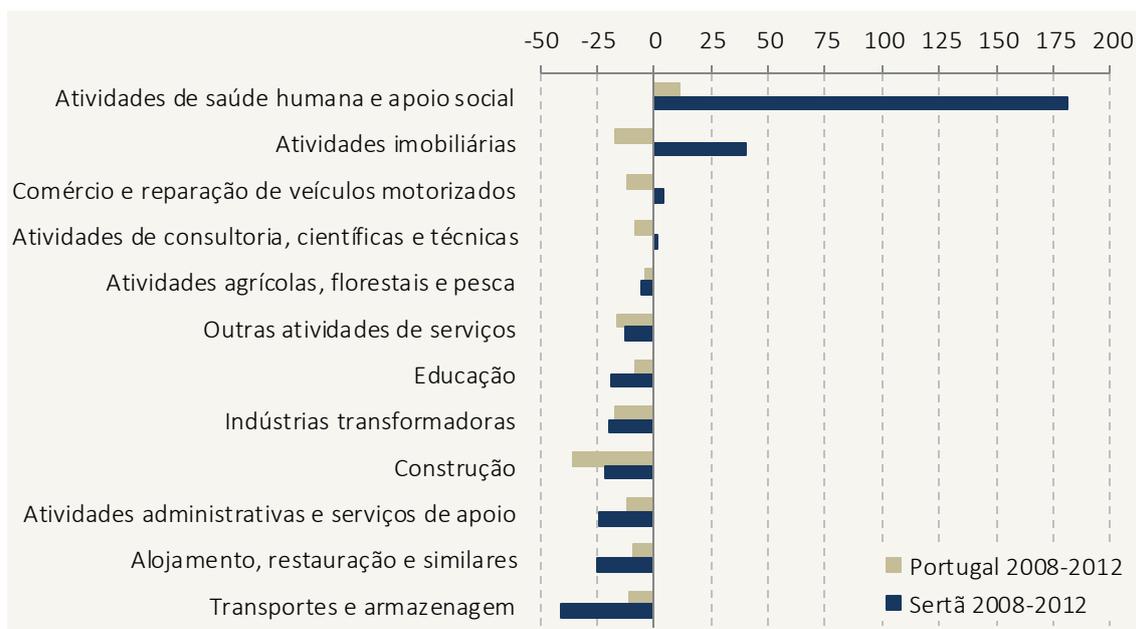


FIGURA 25: EVOLUÇÃO DAS PESSOAS AO SERVIÇO NOS ESTABELECIMENTOS POR RAMO DE ATIVIDADE, % (2008-2012)

Fonte: GETIN_UA (origem dos dados: INE)

No setor terciário, destaca-se o declínio dos ramos de transporte e armazenagem, de alojamento, restauração e similares, de atividades administrativas e serviços de apoio e da construção. Já o ramo do comércio e a reparação de veículos motorizados, para além de ter uma quantidade considerável de empregos (983), tem vindo a crescer. Um outro ramo que também contrasta com a contração generalizada do emprego é o da saúde humana e apoio social. Este ramo verificou um aumento de 87 empregos e cresceu acima do país como um todo (181,3% face a 10,8%). Estes valores podem ser relacionados com o processo de envelhecimento do território, que suscitam o alargamento dos serviços e um aumento do seu peso relativo. Assim, e como mostra a análise demográfica, é bastante provável que o setor continue a registar níveis de crescimento elevados.

Numa análise mais fina, destaca-se uma evolução positiva dos ramos: i) do comércio a retalho em supermercados e hipermercados; ii) dos restaurantes tipo tradicional e os hotéis com restaurante (o que particularmente importante dada a importância desta atividade para o

turismo); iii) das atividades de apoio social para pessoas idosas com alojamento (como os lares) e sem alojamento (como as creches, centros de atividades de tempos livres, amas e cuidados diários a crianças com deficiência).

Com uma evolução negativa, seguem-se: i) a manutenção e reparação de veículos automóveis e o comércio a retalho de combustível para veículos a motor; ii) o comércio por grosso não especializado de produtos alimentares, bebidas e tabaco; iii) o ensino básico do 3º ciclo e secundário geral, ao nível da educação (que estará relacionado com a redução do número de alunos e o encerramento de equipamentos escolares).

Na evolução do emprego por freguesia, e de acordo com a listagem das entidades empregadoras para as pessoas coletivas com remuneração declarada, verifica-se uma grande concentração na Freguesia da Sertã, com tendência crescente. De facto, em 2011, 65% do emprego municipal estava nesta Freguesia, tendo registado uma subida a partir dos 63,7% verificados em 2005. Outras freguesias importantes são a União das Freguesias de Cernache do Bonjardim, Nespéral e Palhais e a União das Freguesias de Cumeada e Marmeleiro.

Padrões de especialização

Para analisar as vantagens e desvantagens locais e estruturais do tecido produtivo municipal, a evolução das pessoas ao serviço nos estabelecimentos de diferentes ramos de atividade foi colocada em relação com o País. Desta forma, realçam-se os setores que têm crescido mais do que seria expectável e percebe-se se a estrutura de especialização é favorável ou desfavorável, tendo em conta as grandes tendências de crescimento dos diferentes ramos de atividade.

No que respeita à estrutura produtiva, o Município tem um perfil de especialização ligeiramente desfavorável. Em particular, destaca-se o peso da construção, da indústria transformadora e das atividades imobiliárias, que são atividades com um potencial de crescimento manifestamente baixo. Pela positiva, destacam-se a especialização nos ramos da saúde humana e apoio social, da agricultura e floresta, de consultoria, científicas e técnicas e da educação.

Já nos ramos com vantagens locais (ou seja, aqueles que têm crescido acima da média nacional), destacam-se o comércio e reparação de veículos motorizados, as atividades de saúde humana e apoio social e a construção.

TABELA 30: ANÁLISE SHIFT-SHARE PARA O EMPREGO POR RAMO DE ATIVIDADE

Ramos de Atividade	Sertã				Pinhal Interior Sul			
	Estrutural		Diferencial		Estrutural		Diferencial	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Atividades agrícolas, florestais e pesca	26	10,6	-4	-1,7	53	10,6	-6	-1,2
Indústrias transformadoras	-30	-3,2	-24	-2,5	-76	-3,2	26	1,1
Construção	-198	-21,7	132	14,5	-436	-21,7	255	12,7
Comércio e reparação de veículos motorizados	26	2,7	145	15,4	55	2,7	176	8,8
Transportes e armazenagem	7	2,9	-66	-29,5	17	2,9	-75	-13,1
Alojamento, restauração e similares	21	5,1	-65	-15,8	37	5,1	-54	-7,5
Atividades imobiliárias	-1	-2,7	14	56,9	-2	-2,7	33	45,2
Atividades de consultoria, científicas e técnicas	8	5,7	14	9,8	17	5,7	19	6,4
Atividades administrativas e serviços de apoio	2	2,1	-13	-12,2	7	2,1	-46	-13,1
Educação	9	5,7	-16	-10,6	15	5,7	-30	-11,6
Atividades de saúde humana e apoio social	12	24,9	82	170,4	35	24,9	174	125,1
Outras atividades de serviços	-2	-2,4	4	4,1	-6	-2,4	-21	-8,7
Total	-120	-2,8	204	4,8	-284	-3,0	451	4,7

Fonte: INE, 2014

No contexto regional, o tecido produtivo do Município da Sertã apresenta um comportamento semelhante à NUTS III do Pinhal Interior Sul e bastante diferente da NUTS II do Centro e da CIM do Médio Tejo. De facto, estas últimas duas regiões ocupam uma posição mais confortável na componente estrutural, apresentando estruturas produtivas mais resilientes e diversificadas. Mas o seu crescimento diferencial tem sido baixo. O Município da Sertã, por contraste, apresenta uma estrutura produtiva desfavorável, mas tem um crescimento, em termos relativos, favorável e eventualmente mais expressivo do que o que seria expectável face à natureza das atividades em que assenta o seu perfil de especialização.

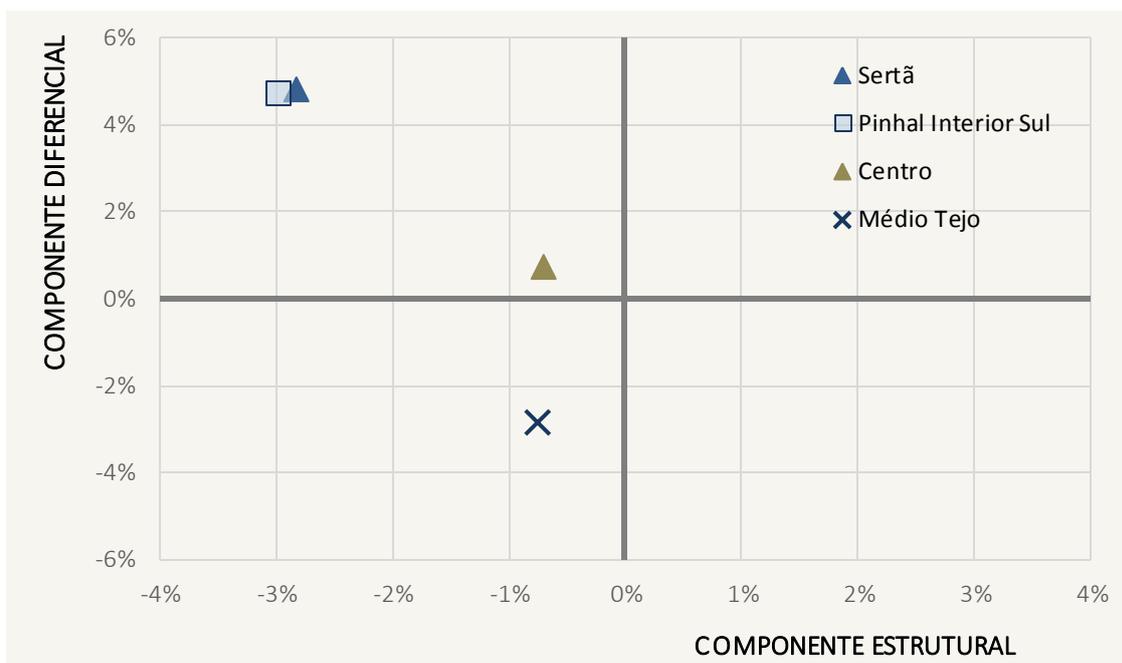


FIGURA 26: DINÂMICA DA ESTRUTURA PRODUTIVA DO MUNICÍPIO DA SERTÃ E DAS NUTS III DO PINHAL INTERIOR SUL E DO MÉDIO TEJO COMPARADA COM A DO PAÍS, 2008-2012

Fonte: GETIN_UA (origem dos dados: INE)

A análise dos quocientes de localização, que permitem perceber o perfil de especialização setorial, mostra que o Município da Sertã apresenta características mais rurais do que o país e a sub-região do Médio Tejo, mas mais urbanas do que o Pinhal Interior Sul.

Os padrões de especialização revelam quatro atividades que se destacam: i) as atividades agrícolas e florestais, ii) a construção, iii) a educação e iv) as atividades associadas ao alojamento e à restauração.

As atividades agrícolas e florestais são aquelas que mais se destacam, ainda que tenham registado um ligeiro decréscimo entre 2008-2012 – o quociente de localização passou de 2,09 para 2,03.

A construção, para o mesmo período de análise, regista um aumento significativo considerando a conjuntura atual do setor, sendo visível uma subida de 1,67 para 2,02 face à média nacional e de 1,45 para 1,72 face aos valores de referência do Médio Tejo (ou seja, a contração desta ramo de atividade a nível nacional foi mais expressiva do que a nível municipal).

O ramo da educação surge em terceiro lugar, ainda que o seu peso relativo na economia local tenha vindo a diminuir, passando de 1,37 para 1,20 face à estrutura de emprego do País.



FIGURA 27: QUOCIENTE DE LOCALIZAÇÃO DAS PESSOAS AO SERVIÇO NOS ESTABELECIMENTOS EM RELAÇÃO À MÉDIA NACIONAL POR RAMO, 2012

Fonte: GETIN-UA (origem dos dados: INE)

Comparado com a média da NUTS III do Pinhal Interior Sul, são as atividades ligadas à educação, ao alojamento e à restauração, assim como as atividades de consultoria, científicas e técnicas que mais se destacam. Entre 2008 e 2012, verifica-se:

- i. Um pequeno aumento na educação, de 1,31 para 1,33, ainda que exista um desafio claro no que respeita i) à capacidade de atração e fixação de população e ii) aos níveis de escolaridade da população ativa);
- ii. Uma diminuição na especialização do alojamento e da restauração, de 1,27 para 1,15, possivelmente associada à permanência de estabelecimentos de pequena dimensão que tendencialmente empregam ativos com níveis de escolaridade inferiores;
- iii. Um ligeiro crescimento nas atividades de consultoria, científicas e técnica, de 1,09 para 1,13, cujos ganhos em termos de especialização deverão ser canalizados para o investimento na gestão da floresta, nomeadamente na elaboração de estudos e desenvolvimento de tecnologias de suporte à minimização do risco de incêndio.

Dinâmica empresarial

O balanço entre a constituição e a dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas tem sido favorável no município: entre abril 2008 a dezembro de 2014 o município registou um saldo positivo de 69 empresas, que corresponde à diferença entre 185 constituições e 116

dissoluções. Esta tendência encontra-se de acordo com a realidade do país, onde este saldo foi de 7374, e da NUTS III do Médio Tejo, onde foi de 203.

Em comparação com o contexto nacional e regional, os maiores picos de constituição e dissolução aconteceram em momentos diferentes, ainda que em qualquer um dos casos reflitam claramente a crise de 2008, traduzida num aumento da magnitude quer das dissoluções, quer das constituições. No País o maior número de dissoluções ocorreu nos finais dos anos de 2008 e de 2011, ao passo que no Município da Sertã teve lugar no final dos anos de 2009, de 2010 e de 2011. É de sublinhar que o efeito de escala, que se expressa em oscilações mais abruptas e nível municipal, e mesmo regional, não traduz necessariamente maior ou menor instabilidade económica.

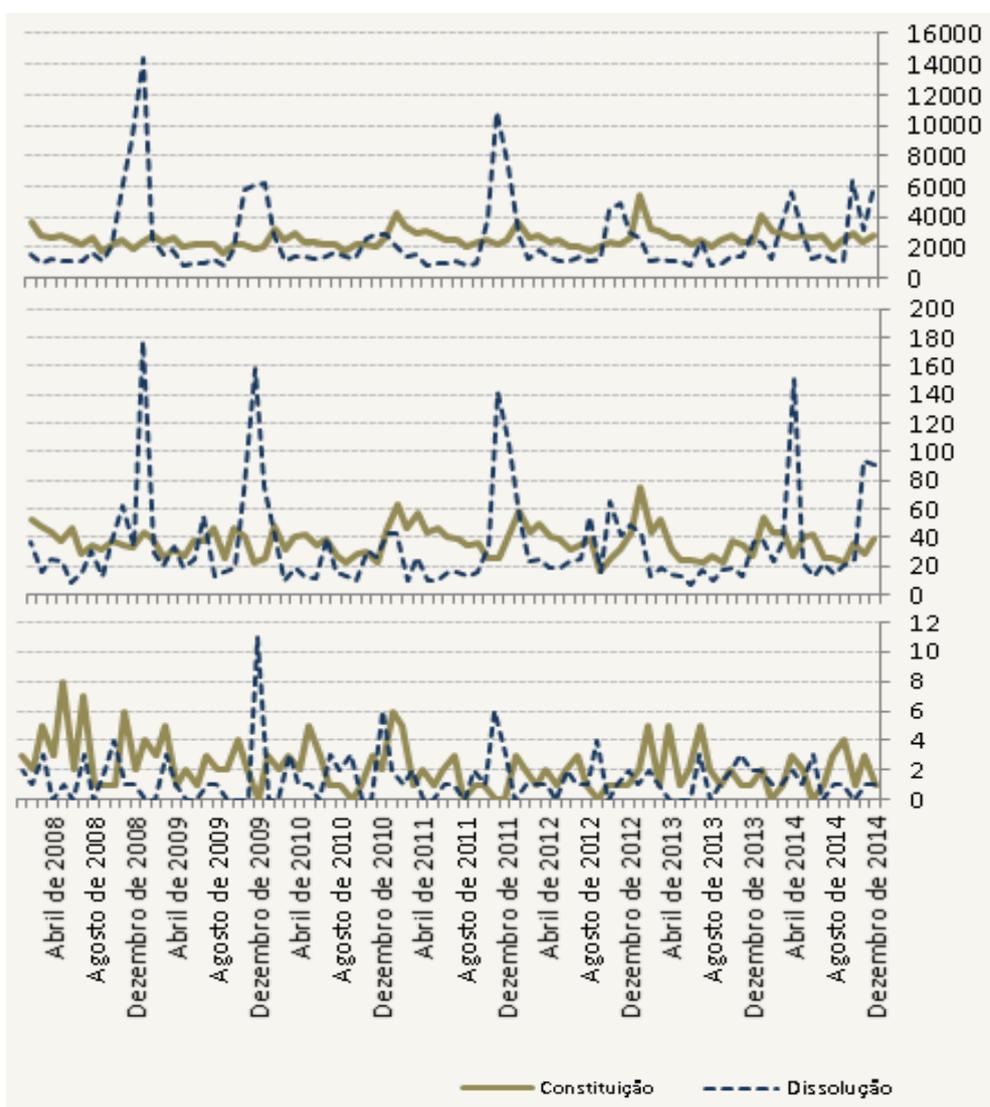


FIGURA 28: CONSTITUIÇÃO E DISSOLUÇÃO DE PESSOAS COLETIVAS E ENTIDADES EQUIPARADAS EM PORTUGAL, NA NUTS III DO MÉDIO TEJO E NO MUNICÍPIO DA SERTÃ, ABRIL 2008-DEZEMBRO 2014
Fonte: INE, 2011

Emprego necessário e fluxos pendulares

Os movimentos pendulares são essenciais à compreensão das dinâmicas de atração e fixação do emprego, assumindo uma importância estratégica para a definição de políticas públicas capazes de potenciar o desenvolvimento do Município da Sertã. De facto, a gestão destes movimentos constitui um importante instrumento para a configuração de um território, abrangendo questões como a disponibilidade e os preços da habitação, as acessibilidades e sistemas de transporte ou o mercado de trabalho.

Ainda que a maior parte dos empregados residentes trabalhem no próprio município, este regista também fluxos pendulares significativos: $\approx 17,3\%$ dos empregados residentes trabalha fora do Município e $\approx 10,9\%$ do emprego municipal é ocupado por não residentes, resultando num saldo de -362 ativos. De facto, o único ramo de atividade que atrai mais empregados do que aqueles que trabalham em outros municípios é o das atividades de pessoal doméstico, atividades criativas e diplomáticas e outras atividades de serviços. Os ramos em que a relação entre o volume de empregados que se deslocam para municípios vizinhos e de empregos municipais ocupados por não residentes é maior são, por contraponto: o transporte e armazenagem, que apresenta um saldo de -71; a construção, com um saldo de -66; e o comércio e reparação de veículos motorizados, com um saldo de -65.

O facto de o município ser mais um emissor de mão-de-obra do que um recetor permite leituras distintas. Por um lado, mostra que existe mão-de-obra disponível, numa região que está marcada pelo declínio demográfico. Por outro lado, mostra também uma certa dependência do emprego gerado em outros municípios para a fixação de mão-de-obra. A atração de residentes depende, neste quadro, de um equilíbrio entre a criação oportunidades de emprego local, e a afirmação da Sertã enquanto local privilegiado de residência, que proporcione amenidades exigidas por uma mão-de-obra cada vez mais qualificada.

No que respeita às atividades económicas onde o fluxo de pendulares é, proporcionalmente, mais significativo devem frisar-se os seguintes ramos:

- i. O transporte e armazenagem, que apresenta uma proporção elevada de empregados a trabalhar fora do município da Sertã, quer em termos absolutos, quer em termos relativos;
- ii. O campo da energia, água e saneamento, com um saldo de fluxos pendulares que representa 11,7% dos empregados do setor;
- iii. As atividades agrícolas e florestais, que embora constituam um dos ramos económicos com padrão de especialização mais elevado, apresentam ainda uma margem de

progressão considerável ao nível do crescimento do emprego (tendo em conta a quantidade de trabalhadores que exercem a atividade noutra município); e

- iv. As atividades consultoria, científicas e técnicas que, para além de terem registado uma evolução positiva do emprego, verificam também níveis elevados de emprego fora do município.

TABELA 31: RESIDENTES E EMPREGO MUNICIPAL EM 2011

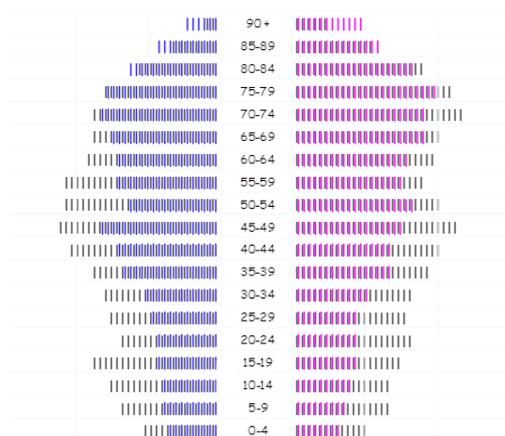
CAE	Residentes a trabalhar (%)		(C) Não residentes a trabalhar na Sertã (% do emprego municipal)	Saldo de fluxos pendulares	
	(A) Município da Sertã	(B) Outro município		(B-C) ABS	% (dos residentes empregados)
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	84,18	15,82	5,36	39	10,46
Indústrias extrativas	66,67	33,33	33,33	0	0,00
Indústrias transformadoras	84,59	15,41	10,04	45	5,38
Energia, água e saneamento	75,73	24,27	12,62	12	11,65
Construção	84,51	15,49	7,56	66	7,92
Comércio e reparação de veículos motorizados	87,22	12,78	6,08	65	6,70
Transportes e armazenagem	62,39	37,61	6,19	71	31,42
Alojamento, restauração e similares	89,71	10,29	5,29	17	5,00
Informação, comunicação, e atividades de consultoria, atividades científicas e técnicas	69,31	30,69	20,69	29	10,00
Educação e atividades de serviços administrativos e de apoio	79,81	20,19	18,68	22	1,52
Atividades de pessoal doméstico, atividades criativas e diplomáticas e outras atividades de serviços	94,64	5,36	6,90	-4	-1,53
TOTAL	82,71	17,29	10,92	362	6,37

Fonte: GETIN-UA (Origem dos dados: INE)

CENÁRIOS		POPULAÇÃO EMPREGADA	POPULAÇÃO IDADE ATIVA	POPULAÇÃO TOTAL	MIGRAÇÕES	
2011	POPULAÇÃO (Censos 2011)	Total	5687	9499	15880	372
		% 2001	92,2%	95,1%	95,0%	2,2%
2040	CENÁRIO I POPULAÇÃO FECHADA (fecundidade - tendência atual)	Total	-	6502	12008	-
		% 2011	-	68,4%	75,6%	-
	CENÁRIO II POPULAÇÃO FECHADA (fecundidade - 2,1 até 2040)	Total	-	6745	13009	-
		% 2011	-	71,0%	81,9%	-
	CENÁRIO III POPULAÇÃO ABERTA (emprego afetado pela economia e pela evolução da população) -8,8% de população empregada	Total	5189	6560	13116	1648
		% 2011	91,2%	69,1%	82,6%	10,4%
CENÁRIO IV -32,3% de população empregada	Total	3850	5564	11448	-71	
	% 2011	67,7%	58,6%	72,1%	-0,4%	

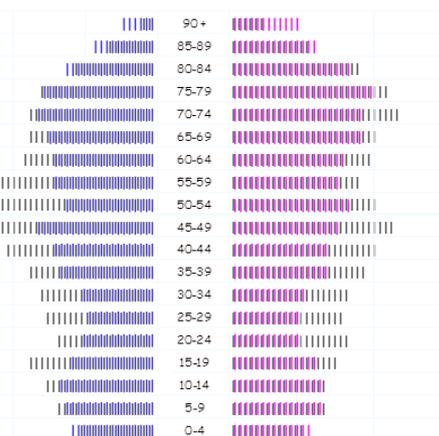
Cenário I - população fechada
– tendência atual da fecundidade

homens mulheres



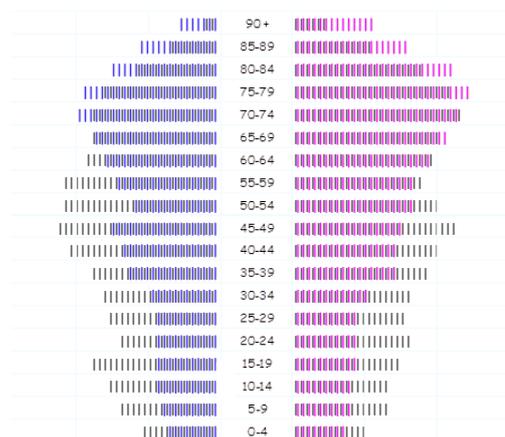
Cenário II - população fechada
– fecundidade evolui até ISF=2,1 em 2040

homens mulheres



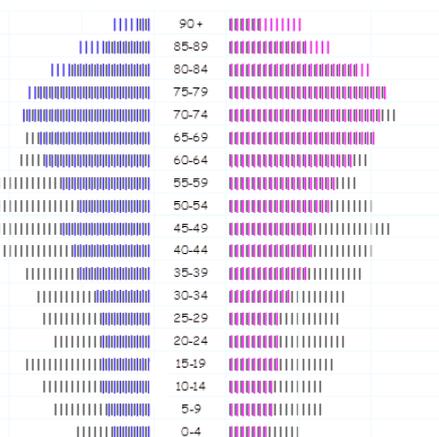
Cenário III
– decréscimo moderado da população empregada (-8,8%)

homens mulheres



Cenário IV
– decréscimo acentuado da população empregada (-32,3%)

homens mulheres



Diagnóstico prospetivo da população

Introdução

O uso de informação relevante e atualizada no apoio à decisão política assume importância crescente. E quando estão em causa opções estratégicas, determinantes para o futuro, os estudos prospetivos são imprescindíveis.

Mas como tentar antever o futuro? Apenas a partir dos dados do presente, ou com a ajuda de opinião especializada? Nesta matéria, a investigação desenvolvida demonstrou a necessidade de considerar, no exercício prospetivo, a coevolução entre economia e demografia.

Assim, o presente estudo analisa em simultâneo o comportamento de variáveis económicas, nomeadamente o emprego, e de variáveis demográficas, em particular as migrações, pois estas constituem a principal ligação entre economia e demografia.

No entanto, se esta ligação permite estimar a população e o emprego para o Município, de acordo com cenários considerados, não dá informações suficientes para definir a forma como a população se irá, previsivelmente, distribuir pelo território municipal. De facto, esta distribuição depende de outros fatores, como a evolução das frentes de edificação e da reabilitação urbana – e respetiva oferta de alojamentos – ou a cobertura geográfica do fornecimento de serviços de interesse público, nomeadamente educação, saúde ou apoio à idade sénior. Objeto primordial de políticas públicas municipais, estes dois fatores são, a par do emprego, decisivos para a capacidade do território atrair população.

Importância das previsões demográficas

Centrando-nos nas questões demográficas, importa relevar que conhecer a dimensão e a estrutura etária da população – e a sua distribuição no território – é fator primordial para a formulação de políticas públicas. No presente e no futuro.

Com efeito, várias decisões dependem destas informações demográficas:

- i) construir novas infraestruturas, numa lógica de expansão urbana, apenas se justificará se a população crescer;
- ii) escolher o tipo de equipamentos a promover – seja a dimensão e localização do parque escolar e de creches, ou de estruturas de apoio à idade sénior – requer a análise da evolução da estrutura etária da população e a sua distribuição territorial;

- iii) o potencial de crescimento das atividades económicas está intimamente ligado à população em idade ativa disponível para preencher os empregos existentes e a criar.

Daqui se depreende a necessidade dos decisores políticos disporem de diagnósticos prospetivos e, em particular, de previsões demográficas consistentes, determinantes na abordagem das estratégias a adotar.

Metodologia seguida no exercício prospetivo

O diagnóstico prospetivo é apresentado por quinquénios, tendo como horizonte temporal o ano de 2040. Como apontado na Introdução, considera-se que a economia e a demografia interagem, pelo que o exercício prospetivo apresentará i) previsões demográficas para o Município da Sertã e ii) estimações para a evolução do emprego no Município, de acordo com cenários macroeconómicos e com limitações impostas pela evolução demográfica.

O presente exercício prospetivo calcula saldos migratórios por grupos etários quinquenais e sexo, em função das oportunidades de emprego geradas no Município, dependentes de cenários de comportamento da economia.

A estimação de saldos migratórios para cada freguesia não faz parte deste estudo. Estes ligam-se às políticas de fixação da população a atrair e dependem, em larga medida, da disponibilidade de alojamentos. A tipologia e a localização dos equipamentos que garantam acesso a serviços de interesse geral serão igualmente fatores de atração e, simultaneamente, resultado de opções políticas fundadas nas previsões demográficas.

Métodos e conceitos usados nas previsões demográficas

Uma primeira questão a referir prende-se com alguns problemas metodológicos que se colocam na previsão de populações de pequena dimensão, nomeadamente o facto de serem muito sensíveis a fenómenos episódicos. Estes podem pesar excessivamente no comportamento, em particular da natalidade e da mortalidade, em determinados momentos, e enviesar a extrapolação de séries temporais para o futuro.

Por isso ser aconselhável utilizar, no exercício prospetivo, valores de taxas de mortalidade e fecundidade apurados para uma população de maior dimensão, como a da NUTS III Pinhal Interior Sul, onde se inseria o concelho da Sertã.

O método usado nas previsões demográficas deste estudo foi o das *componentes de coortes geracionais*. Consiste no acompanhamento da evolução de uma população ao longo da vida, a partir do nascimento, estimando-se a probabilidade de um indivíduo passar ao grupo etário seguinte, face a uma taxa de mortalidade considerada – coeficiente de sobrevivência.

A figura seguinte representa o *diagrama de Lexis* e ilustra a evolução da coorte geracional nascida entre 2010 e 2015. Vai perder efetivos no seu percurso de vida, em resultado da mortalidade esperada, de acordo com a idade, e das saídas de emigrantes. Aumentará efetivos com a entrada de imigrantes (os fluxos migratórios estão evidenciados no círculo em destaque).

O desafio de uma previsão demográfica consiste em estimar, para anos específicos – e de forma credível – determinada população, ou seja, calcular a sua dimensão e traçar o seu perfil etário, por grupos de idades e sexo, lido transversalmente (na vertical) no *diagrama de Lexis*.

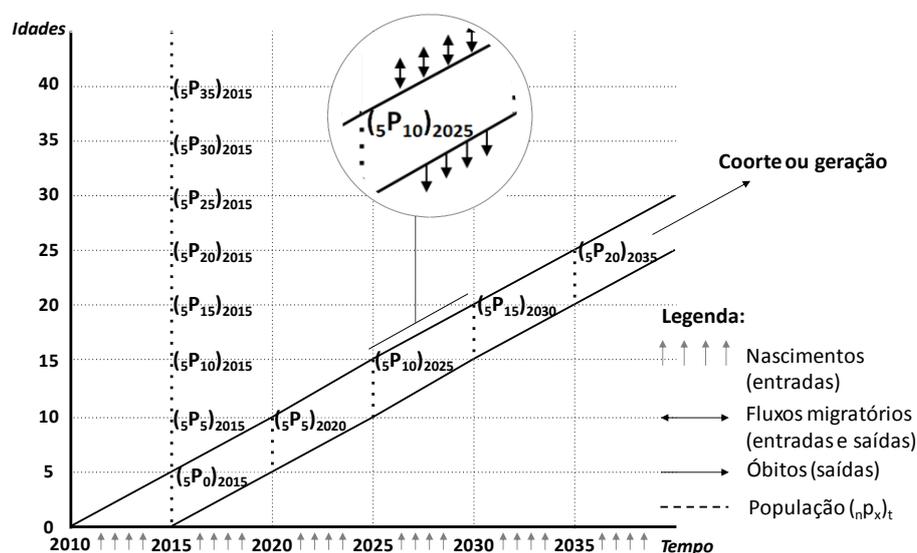


FIGURA 29: MÉTODO DAS COMPONENTES DE COORTES GERACIONAIS - DIAGRAMA DE LEXIS
Fonte: Castro et al (2015)

Assim, para o cálculo da dimensão e da estrutura etária de uma população, no futuro, começa-se por estimar a evolução expectável do comportamento das variáveis microdemográficas mortalidade e fecundidade.

Mortalidade

A análise dos valores encontrados em séries temporais dos últimos 20 anos (período entre os censos de 1991 e 2011) permitiu concluir que o comportamento da mortalidade é tendencialmente homogéneo, quer entre os diferentes grupos etários quer entre as diversas regiões NUTS III portuguesas. Assim, optou-se pela extrapolação, para o futuro, dos valores observados para cada grupo etário, por região. Teve-se em conta o crescente envelhecimento da população, refletindo-o em maior desagregação no cálculo dos coeficientes de sobrevivência corrigida para os últimos escalões etários (os dos mais velhos).

Fecundidade

Já o comportamento da fecundidade revelou tendência para a heterogeneidade, tanto entre os grupos etários quinquenais das mães, como na comparação inter-regional. Assim, as taxas de fecundidade por grupos etários das mulheres apresentam comportamentos distintos, ao longo dos dois decénios, para os escalões inferiores e superiores: decrescem para as mulheres entre 15-29 anos e aumentam para as mulheres dos 30 aos 44 anos

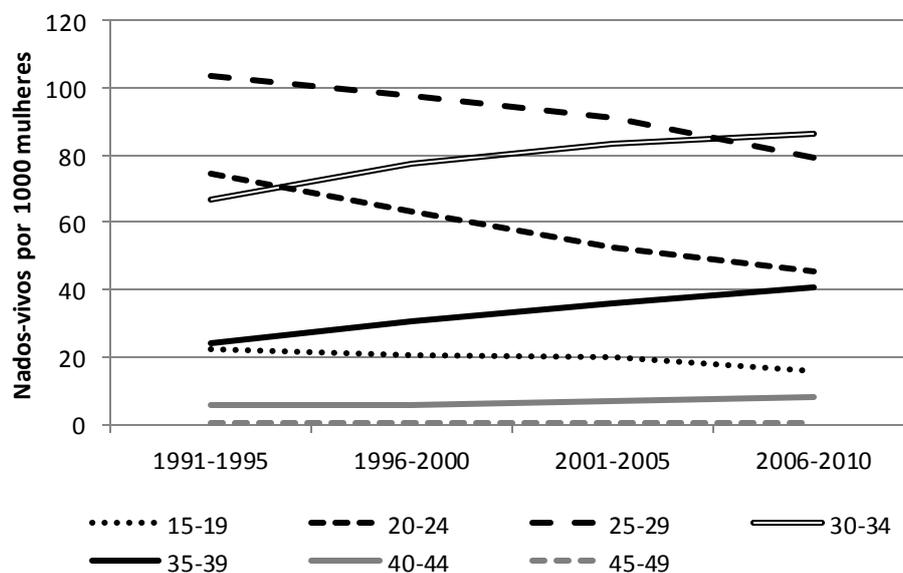


FIGURA 30: EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE FECUNDIDADE POR GRUPO ETÁRIO DAS MÃES EM PORTUGAL CONTINENTAL (PREVISIONAIS PARA VALORES A PARTIR DE 2015)

Fonte: Castro et al (2015)

Também ao nível geográfico se evidencia a heterogeneidade: testes efetuados permitiram evidenciar comportamentos de auto-correlação espacial entre as NUTS III portuguesas, pelo que houve que considerar este fenómeno na estimação das taxas de fecundidade.

Em conclusão, embora se tenha partido das séries temporais dos valores das taxas de fecundidade para as mulheres em idade fértil (entre 15 e 49 anos), não se revelou apropriado fazer a sua extrapolação, pura e simples, para o futuro. As taxas de fecundidade, para cada grupo etário quinquenal da população de mulheres naquelas idades, foram calculadas através de modelos que tiveram em conta as especificidades observadas no comportamento da variável.

Estimação de populações fechadas (sem migrações)

Com os procedimentos descritos, obtivemos taxas de sobrevivência por grupo etário e sexo, para cada NUTS III portuguesa. A sua aplicação à população do Município, assim como o cálculo do número de nascimentos – com base nas taxas de fecundidade estimadas – permitiu calcular populações fechadas, ou seja, as que resultariam apenas dos saldos naturais (nascimentos menos óbitos).

Estimação de saldos migratórios

Mas, como as populações se deslocam entre as regiões e os países, é necessário acrescentar ao exercício prospetivo a previsão dos saldos migratórios, obtendo assim populações abertas.

Ora, a componente migratória é a mais difícil de prever, pois o seu comportamento não apresenta linhas de evolução linear: os fluxos migratórios são determinados por um conjunto vasto e diverso de fatores, os quais influenciam de forma diferenciada os grupos etários de migrantes. As motivações económicas são determinantes para explicar os fluxos migratórios da população em idade ativa: os migrantes deslocam-se, muitas vezes, em busca de melhores oportunidades de emprego.

No entanto, estas decisões têm em conta, igualmente, fatores como as diferenças entre o salário real na região de origem e na de destino, o que evidencia a necessidade de conhecer o custo de vida da região para onde se pensa emigrar. Do mesmo modo, a possibilidade real de encontrar emprego recomenda o conhecimento da taxa de desemprego da região de destino, logo, do comportamento da economia.

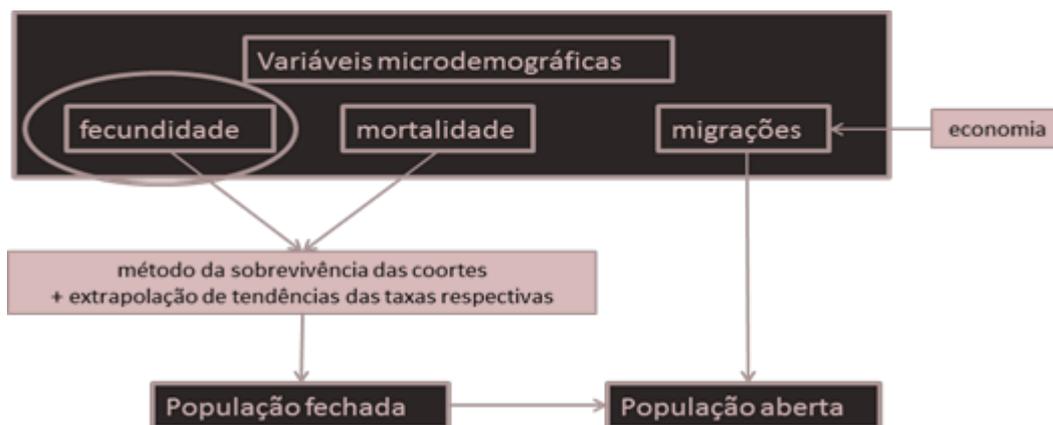


FIGURA 31: MODELO DE PREVISÃO DEMOGRÁFICA
 Fonte: Projeto de investigação - DEMOSPIN

Desta constatação decorre a necessidade de considerar, na estimação dos saldos migratórios, um conjunto de variáveis socioeconómicas.

Por outro lado, a noção de ciclo de vida condiciona a seleção dos migrantes e a sua propensão para migrar. Estas dependem dos diversos estágios da vida, como entrada no mercado de trabalho, casamento, divórcio, viuvez ou reforma. Por isso ser necessário calcular as migrações por grupos de idades, dado o seu comportamento heterogéneo.

Em consequência, para explicar e prever os movimentos migratórios, desenvolveu-se um modelo de regressão linear multi-regional que conseguisse representar os saldos migratórios de cada grupo etário quinquenal da população. Este modelo considera que as migrações da população em idade ativa são resultado das oportunidades de emprego, do PIB relativo e do potencial demográfico, em cada região.

As migrações da população com 65 e mais anos, embora também moldadas por estas variáveis, representam, sobretudo, movimentos de retorno de emigrações anteriores.

Considerou-se que os mais novos (0 aos 14 anos) migram com os pais, assumindo-se a fecundidade das mães migrantes como idêntica à das mulheres autóctones.

A figura 4 resume a metodologia usada no exercício de previsão demográfica, descrevendo a sequência das etapas cumpridas na sua aplicação.

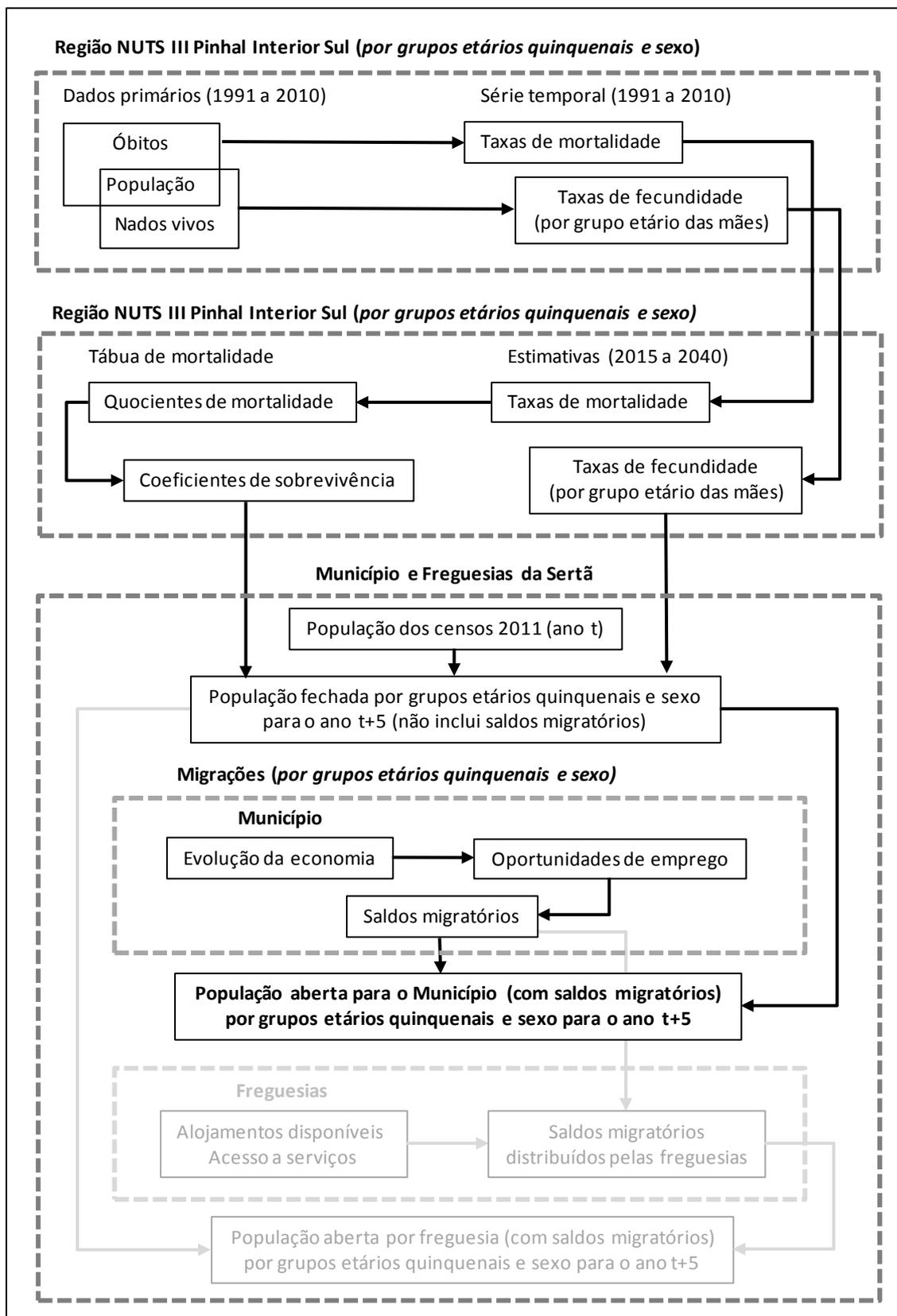


FIGURA 32: ESQUEMA DO MODELO DE PREVISÃO DEMOGRÁFICA
 Fonte: GETIN, 2015

Previsões Demográficas - Município

Assumida a homogeneidade como característica da variável mortalidade, esta foi considerada como evoluindo de acordo com as tendências encontradas, em todos os cenários considerados.

Populações fechadas (sem migrações) - cenários de evolução da fecundidade

Já quanto à fecundidade, foram trabalhados dois cenários:

- i) as taxas de fecundidade evoluem de acordo com a tendência encontrada entre 1991 e 2010, corrigidas segundo a metodologia descrita e atualizadas com os valores verificados em 2011, 2012 e 2013; neste cenário, por ser previsível o aumento dos nascimentos de filhos das mulheres que tinham adiado a maternidade – refletido no crescimento das taxas de fecundidade dos grupos etários mais velhos das mulheres em idade fértil – o valor do índice sintético de fecundidade (ISF)²⁰ deverá evoluir de 1,07 em 2013 até 1,28 em 2040;
- ii) o índice sintético de fecundidade evolui para um valor próximo da reposição geracional (2,1), até ao horizonte temporal da previsão (2040), a partir do valor do último quinquénio estudado (1,12 entre 2006-2010).

Estes dois cenários conduziram a previsões de *populações fechadas*, para os quais foram, de seguida, estimados os empregos que resultariam da força de trabalho disponível no Município. Estes empregos *demográficos* serão utilizados para calcular as oportunidades de emprego existentes no Município, as quais resultarão da diferença entre os empregos gerados pela economia e a força de trabalho presente para os preencher. São as oportunidades de emprego que têm potencial para atrair população em idade ativa. Inversamente, a sua inexistência gera fluxos de saída.

Populações abertas (com saldos migratórios) - cenários de evolução económica

A evolução da economia e do emprego foi trabalhada de acordo com dois cenários:

- i) considera que a dimensão da população empregada se manterá próxima da verificada nos censos de 2011, ao longo dos quinquénios, até 2040, sofrendo uma redução relativamente modesta (-8,8%); devido ao efeito do envelhecimento da população, serão necessários saldos migratórios positivos para assegurar a força de trabalho para ocupar os empregos gerados;

²⁰ Número médio de filhos nados-vivos de uma mulher, no final do seu período fértil (15-49 anos), se fosse sujeita, ao longo deste, às taxas de fecundidade por idades, verificadas nesse dado ano, sem considerar a mortalidade. É expresso em filhos por mulher (UN, 2013 e Eurostat, 2014).

prevê um decréscimo pouco acentuado da população, pelo que se pode considerar um cenário moderadamente otimista;

- ii) antecipam-se quebras da economia, em resultado de vários fatores, como a contração da população e a diminuição do investimento público e do consumo das famílias; determinante para o comportamento da economia, a população em idade ativa deverá decrescer e a população empregada deverá diminuir quase um terço (cerca de 32,3% até 2040);

As taxas de emprego calculadas de acordo com a evolução económica consideraram que a idade da reforma aumentará até aos 70 anos, em 2020. Optou-se por apresentar previsões para a população do Município por quinquénios, para o período em estudo. Para os dois cenários de *populações abertas*, foram usadas as taxas de fecundidade respeitantes à evolução segundo a tendência atual, por parecer mais realista.

De notar que nos cenários económicos considerados a demografia assume um papel limitante. Com efeito, o envelhecimento da população conduzirá a que, no intervalo temporal considerado, não exista no Município população em idade ativa suficiente para ocupar os empregos necessários ao funcionamento da economia. Duas hipóteses se colocam: ou o Concelho consegue atrair a quantidade em falta, ou as empresas, por falta de mão-de-obra, se retiram, encolhendo a atividade económica.

Os cenários em causa quantificam o fenómeno, permitindo o estudo de opções estratégicas para mitigar o problema. Com efeito, conhecendo os fatores determinantes para a evolução, tanto da economia como da demografia e, sobretudo, a forma como as duas coevoluem – através das migrações – é possível formular políticas fundamentadas em diagnósticos prospetivos consistentes.

TABELA 32: CENÁRIOS DA EVOLUÇÃO SOCIOECONÓMICA

Cenários	Procura das famílias (<i>per capita</i>)	Produtividade	Outra Procura exógena (sem setor público)	Procura do setor público	Evolução da população empregada
i	Constante em termos reais	Cresce anualmente (trajetos diferentes por setores): 2% nos primário e secundário e 0,53% no terciário	1% crescimento anual	1% crescimento anual	Decresce 8,8% até 2040
ii	Contração em termos reais	Igual ao cenário i, mas os ganhos de produtividade revertem apenas para as empresas	Procura doméstica constante e exportações crescem 2% ao ano	Entre 2010-2020 cai 0,5% ao ano; constante após 2020	Decresce 32,3% até 2040

Nos dois cenários considerou-se que a idade da reforma irá subir até aos 70 anos em 2020, mantendo-se estável a partir daí; assim, as taxas de emprego dos grupos etários mais velhos, da população em idade ativa, entre 2010 e 2020, vão-se aproximando das dos grupos etários imediatamente anteriores

Fonte: GETIN_UA, 2015

Resultados - Quadro resumo do Município

TABELA 33: PREVISÕES DEMOGRÁFICAS PARA O MUNICÍPIO DA SERTÃ (2011-2040)

	CENÁRIOS		POPULAÇÃO EMPREGADA	POPULAÇÃO IDADE ATIVA	POPULAÇÃO TOTAL	MIGRAÇÕES	
2011	POPULAÇÃO (Censos 2011)	Total	5687	9499	15880	372	
		% 2001	92,2%	95,1%	95,0%	2,2%	
2040	CENÁRIO I POPULAÇÃO FECHADA (fecundidade - tendência atual)	Total	-	6502	12008	-	
		% 2011	-	68,4%	75,6%	-	
	CENÁRIO II POPULAÇÃO FECHADA (fecundidade - 2,1 até 2040)	Total	-	6745	13009	-	
		% 2011	-	71,0%	81,9%	-	
	POPULAÇÃO ABERTA (emprego afetado pela economia e pela evolução da população)	CENÁRIO III -8,8% de população empregada	Total	5189	6560	13116	1648
			% 2011	91,2%	69,1%	82,6%	10,4%
		CENÁRIO IV -32,3% de população empregada	Total	3850	5564	11448	-71
			% 2011	67,7%	58,6%	72,1%	-0,4%

Fonte: GETIN_UA, 2015

A análise do quadro-resumo apresentado permite verificar:

- i) A fecundidade não resolve, no curto e médio prazo, as necessidades de população em idade ativa para alimentar a economia. Como seria de esperar, a entrada no mercado de trabalho dos jovens entretanto nascidos pouco impacto tem na dimensão da força de trabalho: entre os cenários I e II para *populações fechadas*, a diferença na dimensão da população em idade ativa é apenas de 2,6%. Note-se, no entanto, que o cenário de recuperação da fecundidade para os níveis de reposição geracional (2,1 filhos por mulher) é pouco realista. Portanto, se não entrasse nem saísse ninguém do Município, este perderia, no cenário I, cerca de 1/4 da população até 2040, mas mais notório seria o decréscimo da população em idade ativa: situar-se-ia em 31,6%, ou seja, o Município perderia quase 1/3 dos efetivos populacionais entre 15 e 64 anos, relativamente aos existentes em 2011. Por outro lado, os efetivos de mulheres em idade fértil já não são suficientes para manter a dimensão da população – mesmo no cenário II, em que a fecundidade recupera, a população encolheria 18,1% face aos censos de 2011.
- ii) Para um nível de decréscimo de 8,8% da população empregada atual (cenário III), o Município da Sertã teria de *importar* população de forma acentuada e muito pouco provável: mais de 10% da população apurada nos censos de 2011.
- iii) O cenário IV, de quebra mais severa da economia (prevê -32,3% de população empregada e -41,4% de população em idade ativa) implica, ainda assim, saldos migratórios apenas marginalmente negativos (-0,4%).
- iv) A partir de 2025, mesmo no cenário económico mais negativo, a população fechada (sem migrações) disponível para ocupar os empregos existentes no Município, necessários para o funcionamento da economia (população que corresponde ao *emprego demográfico*²¹) não será suficiente, considerando as taxas de emprego por grupo etário quinquenal. Assim, deverão ocorrer fluxos imigratórios, o que suaviza a queda prevista para a dimensão populacional.
- v) Para o cálculo do *emprego demográfico* do ano t, consideram-se as taxas de emprego por grupo etário quinquenal do ano t-5, aplicadas à população fechada estimada para esse ano t. A população fechada do ano t é calculada a partir da população aberta do ano t-5 (após migrações), considerando as taxas de fecundidade e mortalidade estimadas para o período de tempo respetivo.

²¹ Pessoas disponíveis para trabalhar no Município, de acordo com as taxas de emprego expectáveis

vi) As taxas de emprego dos grupos etários mais velhos, da população em idade ativa, consideram o aumento gradual da idade da reforma até aos 70 anos, em 2040.

De notar que os fluxos migratórios não são apenas dependentes das oportunidades de empregos - outros fatores são igualmente determinantes, como o retorno de emigrantes que saíram em décadas anteriores.

Evolução da população, do emprego e dos saldos migratórios do Município

Os gráficos e tabelas seguintes reproduzem as previsões da evolução da população do Município da Sertã, ao longo dos quinquênios, até 2040. Apresenta-se 2010 como o ano inicial para evidenciar que o primeiro intervalo também é quinquenal. Os seus valores correspondem aos dos censos de 2011, realizados no princípio deste ano.

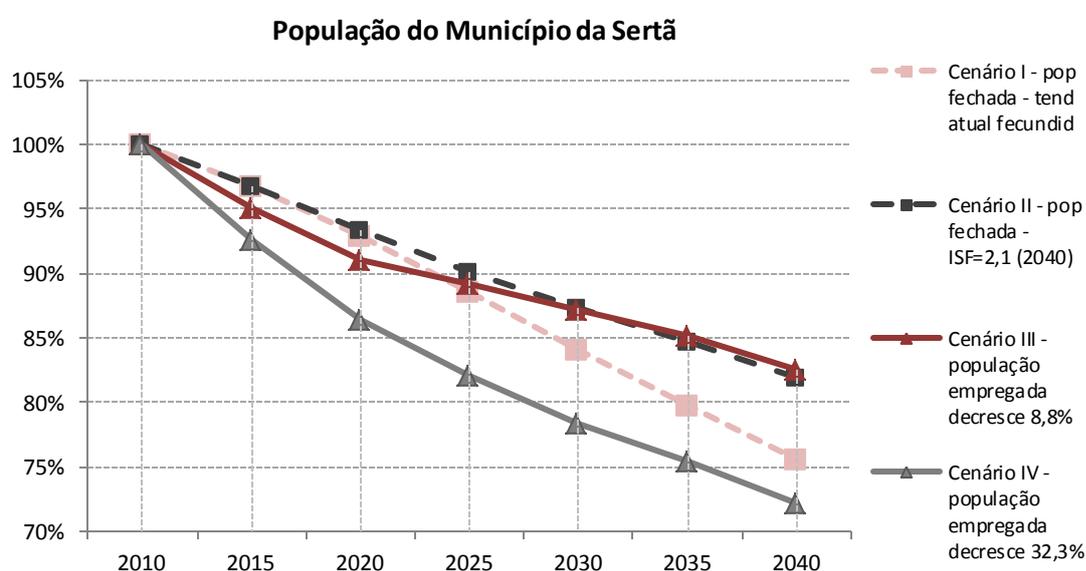


FIGURA 33: EVOLUÇÃO DA DIMENSÃO POPULACIONAL ESTIMADA PARA O MUNICÍPIO DA SERTÃ, ENTRE 2010 E 2040, DE ACORDO COM OS CENÁRIOS CONSIDERADOS, FACE AOS CENSOS DE 2011

Fonte: GETIN_UA, 2015

É também possível acompanhar a evolução da dimensão da população empregada, assim como da população em idade ativa (15-64 anos)²², durante o mesmo período. Apenas se apresentam dados para os cenários de populações abertas, considerando a coevolução económico-demográfica referida.

²² Apesar de, no cálculo da população empregada, se ter considerado que a idade da reforma será progressivamente adiada, atingindo os 70 anos em 2020, optou-se por manter a mesma amplitude de grupos etários para a população ativa, na comparação com os dados dos censos de 2011.

População empregada e ativa do Município da Sertã

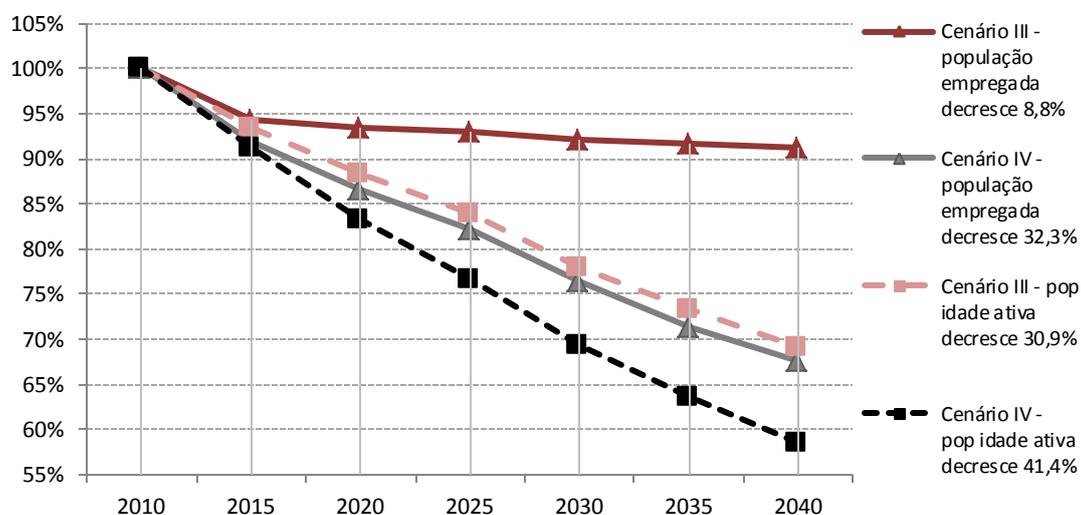


FIGURA 34: EVOLUÇÃO DAS POPULAÇÕES EMPREGADA E ATIVA ESTIMADAS PARA O MUNICÍPIO DA SERTÃ, ENTRE 2010 E 2040, DE ACORDO COM OS CENÁRIOS CONSIDERADOS, FACE AOS CENSOS DE 2011
Fonte: GETIN_UA, 2015

Os saldos migratórios estimados para o Município da Sertã, por grupos etários quinquenais, ao longo dos três decênios do exercício prospetivo, evidenciam a tendência de saída dos grupos etários mais jovens, no início da vida profissional ativa (incluindo estudantes do ensino superior). O primeiro decénio retrata o fenómeno do êxodo verificado no País, entre 2010 e 2015, mais agravado no cenário IV.

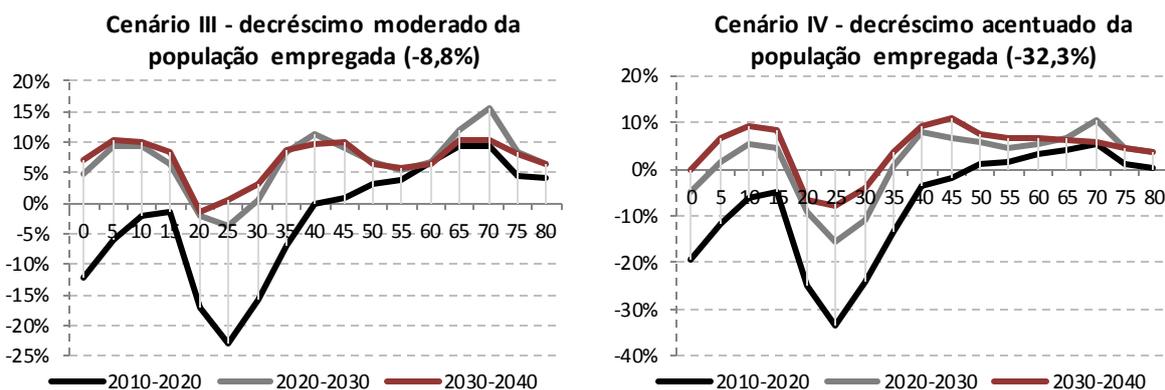


FIGURA 35: EVOLUÇÃO DOS SALDOS MIGRATÓRIOS POR GRUPOS ETÁRIOS QUINQUENAIS ESTIMADOS PARA O MUNICÍPIO DA SERTÃ, POR DECÉNIO, ENTRE 2010 E 2040, EM PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DO ANO DE ORIGEM DO DECÉNIO
Fonte: GETIN_UA, 2015

As pirâmides etárias das populações que resultariam dos cenários trabalhados, tendo em fundo a população dos censos de 2011 (a cinzento), permitem a apreensão visual das diferenças entre as suas estruturas etárias. Como se verifica, cresce a dimensão da população dos grupos etários mais velhos, em todos os cenários, e decresce a dos grupos etários mais jovens - com exceção do cenário em que a fecundidade se aproxima do valor da reposição geracional -, evidenciando o envelhecimento da população do Município.

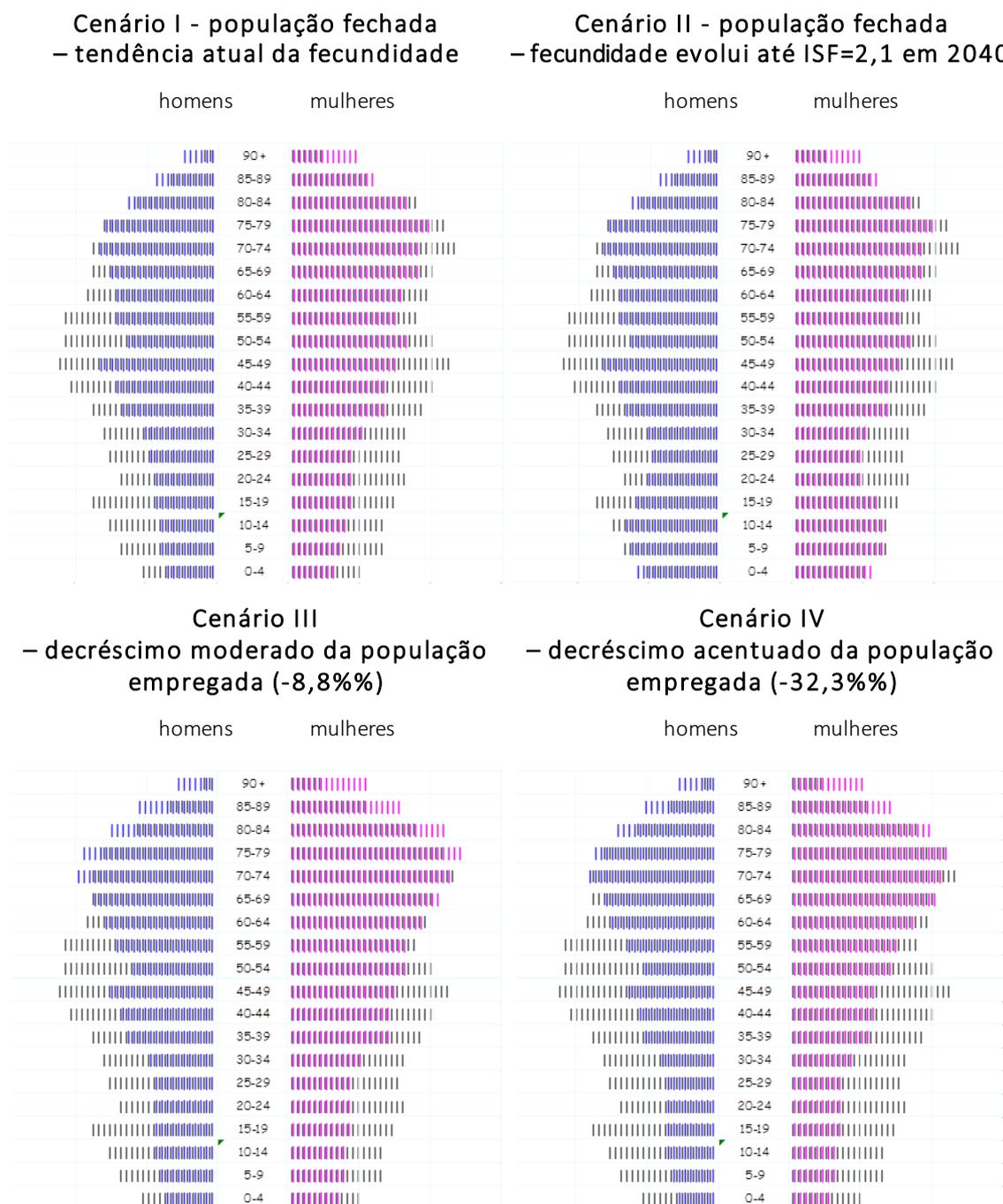


FIGURA 36: PIRÂMIDES ETÁRIAS DAS POPULAÇÕES DO MUNICÍPIO DA SERTÃO, EM 2040, DE ACORDO COM OS CENÁRIOS CONSIDERADOS; EM FUNDO (A CINZENTO), REPRESENTA-SE A POPULAÇÃO DOS CENSOS DE 2011
Fonte: GETIN, 2015

Quadro de referência estratégico

Esta parte do relatório refere-se à definição do quadro de referência estratégico institucional e tem dois propósitos. O primeiro é fazer uma síntese das orientações estratégicas mais relevantes para o Município, que resultam de uma leitura dos documentos europeus, nacionais e regionais. O segundo é ajustar as linhas estratégicas a definir para o Município, de acordo com as orientações identificadas no ponto anterior. Este exercício é o elemento de suporte à definição da visão estratégica e dos projetos a desenvolver no médio e longo prazo. A sua pertinência prende-se com a capacidade de estruturar a ação do Município tendo em conta as linhas de força que emergem do trabalho de caracterização e diagnóstico e, simultaneamente, assegurar a sua conformidade com os desafios e oportunidades que resultam do seu enquadramento territorial no atual quadro de programação Comunitária e das parcerias estratégicas já em curso.

Os instrumentos associados a este quadro de programação Comunitária, em linhas com as lógicas de intervenção impostas pela Política de Coesão, são sistematizados nos próximos pontos. Enquanto mecanismos de financiamento privilegiados destacam-se os Programas Operacionais do Portugal 2020.

Orientações estratégicas comunitárias

No âmbito do ciclo de programação comunitária 2014-2020 destacam-se os seguintes instrumentos estratégicos e respetivos domínios de intervenção, basilares para a definição das prioridades de investimento.

	DOMINIOS DE INTERVENÇÃO
EUROPA 2020	<ul style="list-style-type: none">• Crescimento inteligente• Crescimento sustentado• Crescimento inclusivo

DOMINIOS DE INTERVENÇÃO	
CRER 2020	<p>Internacionalização da economia regional e afirmação do tecido económico</p> <ul style="list-style-type: none"> - Competitividade e internacionalização do tecido empresarial - Investigação & desenvolvimento, inovação e empreendedorismo - Especialização inteligente - Agricultura e floresta - Mar - Turismo - TICE - Materiais - Biotecnologia - Saúde e bem-estar <p>Reforço do potencial humano e capacitação institucional das entidades regionais</p> <ul style="list-style-type: none"> - Educação - Transição para o mercado de trabalho - Aprendizagem ao longo da vida - Captação de talentos - Desenvolvimento de cidadãos plenos e saudáveis - Demografia e política de família - Capacitação institucional

- **Fortalecimento da coesão social e territorial, diversidade e recursos endógenos**
 - Coesão social
 - Coesão territorial
- **Consolidação da atratividade e qualidade de vida nos territórios**
 - Rede urbana e qualificação das cidades
 - Acessibilidades, logística e mobilidade à escala regional
 - Outras infraestruturas de apoio à competitividade
 - Cultura e conservação do património
- **Afirmação da sustentabilidade dos recursos e descarbonização**
 - Ciclo da água e gestão dos resíduos
 - Ciclo da água
 - Gestão de resíduos e descontaminação de solos
 - Proteção do ambiente, recursos naturais e prevenção de riscos

DOMINIOS DE INTERVENÇÃO			
RIS 3	<table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td style="vertical-align: top; width: 50%;"> <p>Domínios diferenciadores temáticos</p> <ul style="list-style-type: none"> Mar Eficiência energética TICE Saúde e bem estar Inovação rural Agricultura Floresta Biotecnologia Materiais Produtividade industrial sustentável Turismo </td> <td style="vertical-align: top; width: 50%;"> <p>Prioridades transversais</p> <ul style="list-style-type: none"> Sustentabilidade dos recursos Eficiência energética Coesão territorial <p>Eixos temáticos</p> <ul style="list-style-type: none"> Tecnologias transversais e suas aplicações Indústria e tecnologias de produção Mobilidade, espaço e logística Recursos naturais e ambiente Saúde, bem-estar e território </td> </tr> </table>	<p>Domínios diferenciadores temáticos</p> <ul style="list-style-type: none"> Mar Eficiência energética TICE Saúde e bem estar Inovação rural Agricultura Floresta Biotecnologia Materiais Produtividade industrial sustentável Turismo 	<p>Prioridades transversais</p> <ul style="list-style-type: none"> Sustentabilidade dos recursos Eficiência energética Coesão territorial <p>Eixos temáticos</p> <ul style="list-style-type: none"> Tecnologias transversais e suas aplicações Indústria e tecnologias de produção Mobilidade, espaço e logística Recursos naturais e ambiente Saúde, bem-estar e território
<p>Domínios diferenciadores temáticos</p> <ul style="list-style-type: none"> Mar Eficiência energética TICE Saúde e bem estar Inovação rural Agricultura Floresta Biotecnologia Materiais Produtividade industrial sustentável Turismo 	<p>Prioridades transversais</p> <ul style="list-style-type: none"> Sustentabilidade dos recursos Eficiência energética Coesão territorial <p>Eixos temáticos</p> <ul style="list-style-type: none"> Tecnologias transversais e suas aplicações Indústria e tecnologias de produção Mobilidade, espaço e logística Recursos naturais e ambiente Saúde, bem-estar e território 		

Oportunidades de financiamento

Portugal 2020

Segue-se uma apresentação dos instrumentos estratégicos que refletem, regionalmente, as preocupações políticas europeias consubstanciadas no atual período de financiamento.

Portugal 2020	INSTRUMENTOS <ul style="list-style-type: none">• Programas Operacionais Regionais• Programas Operacionais Temáticos• Abordagens territoriais
PO Centro 2020	Eixos prioritários <p>Eixo 1: Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)</p> <p>Eixo 2: Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)</p> <p>Eixo 3: Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)</p> <p>Eixo 4: Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)</p> <p>Eixo 5: Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)</p> <p>Eixo 6: Afirmar a sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)</p> <p>Eixo 7: Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)</p> <p>Eixo 8: Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)</p> <p>Eixo 9: Reforçar a rede urbana (CIDADES)</p> <p>Eixo 10: Assistência técnica</p>
POCI 2020	Eixos prioritários <p>Eixo 1: Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação</p> <p>Eixo 2: Reforço da competitividade das PME e redução de custos públicos de contexto</p> <p>Eixo 3: Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego</p> <p>Eixo 4: Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas</p> <p>Eixo 5: Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública</p>
POCH 2020	Eixos prioritários <p>Eixo 1: Promoção do sucesso educativo, combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens</p> <p>Eixo 2: Reforço do ensino superior e da formação avançada</p> <p>Eixo 3: Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade</p> <p>Eixo 4: Qualidade e inovação do sistema de educação e formação</p> <p>Eixo 5: Assistência Técnica</p>

POSEUR 2020	<p align="center">Eixos prioritários</p> <p>Eixo 1: Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores</p> <p>Eixo 2: Promover a adaptação às alterações climáticas e a gestão e prevenção de riscos</p> <p>Eixo 3: Proteger o ambiente e promover a eficiência na utilização dos recursos</p>
POISE 2020	<p align="center">Eixos prioritários</p> <p>Eixo 1: Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego</p> <p>Eixo 2: Iniciativa Emprego Jovem</p> <p>Eixo 3: Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação</p> <p>Eixo 4: Assistência Técnica</p>
Abordagens territoriais	<p align="center">Eixos prioritários</p> <p>Investimentos Territoriais Integrados (ITI) Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial (EIDT) Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT)</p> <p>Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC)</p> <p>Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS)</p> <p>Estratégias Territoriais Específicas (ETE)</p>

Outros programas de financiamento

HORIZON 2020	<p align="center">DOMINIOS DE INTERVENÇÃO</p> <p>PILAR I – Excelência Científica</p> <p>PILAR II – Liderança Industrial</p> <p>PILAR III – Desafios Societais</p> <p>DS1 - Saúde, Alterações Demográficas e Bem-Estar</p> <p>DS2 - Segurança Alimentar, Agricultura e Silvicultura Sustentável, Investigação Marinha e Marítima e Águas Interiores e a Bioeconomia</p> <p>DS3 - Energia Segura, Não Poluente e Eficiente</p> <p>DS4 - Transportes Inteligentes, Ecológicos e Integrados</p> <p>DS5 - Ação Climática, Ambiente, Eficiência de Recursos e Matérias-Primas</p> <p>DS6 - Europa num Mundo em Mudança – Sociedades Inclusivas, Inovadoras e Pensadoras</p> <p>DS7 - Sociedades Seguras – Proteção, Liberdade e Segurança da Europa e Seus Cidadãos</p> <p>PARTE IV - Horizontal</p>
---------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

COSME	DOMINIOS DE INTERVENÇÃO
	Acesso ao financiamento
	Mecanismo de garantia de empréstimos
	Mecanismo de Capital Próprio para o Crescimento
	Acesso aos mercados
	Mercado único da UE / mercados fora da EU
	Rede Europeia de Empresas (Enterprise Europe Network)
	Exportal «A sua Europa — Empresas» ou o portal para a internacionalização das PME
	Serviços de assistência às PME em matéria de direitos de propriedade intelectual (DPI) à ASEAN, à China e ao MER-COSUL
	Centro de Cooperação Industrial UE-Japão
Criação de melhores condições de enquadramento para a competitividade	
Ações destinadas a melhorar as condições em que operam as empresas, nomeadamente as PME	
Emergência de indústrias competitivas com potencial de mercado	
Desenvolvimento de polos empresariais de dimensão mundial na UE	
Promover o empreendedorismo	
Promove a execução do Plano de Ação «Empreendedorismo 2020»	
Programa Erasmus para Jovens Empresários – exemplo de programa de intercâmbio transnacional	
Empreendedorismo digital, para ajudar as empresas europeias	

Europa Criativa 2014-2020	DOMINIOS DE INTERVENÇÃO
	Media - sector cinematográfico e audiovisual
	Cultura - restantes expressões culturais e artísticas

Europa para os cidadãos	DOMINIOS DE INTERVENÇÃO
	Cidadãos ativos pela Europa
	Sociedade civil ativa na Europa
	Juntos pela Europa
	Memória Europeia Ativa

Erasmus+	DOMINIOS DE INTERVENÇÃO
	Mobilidade individual para fins de aprendizagem
	Cooperação para a inovação e o intercâmbio de boas práticas
	Apoio à reforma das políticas

Europe AID	DOMINIOS DE INTERVENÇÃO
	Ambiente e alterações climáticas
	Segurança alimentar e nutricional & sustentabilidade da agricultura e das pescas
	Desenvolvimento Humano
	Migração e asilo
	Energia Sustentável
	Democracia e Direitos Humanos
Estabilidade e Paz	
EaSI	DOMINIOS DE INTERVENÇÃO
	Eixo 1: Eures
	Eixo 2: Microfinanciamento e Empreendedorismo Social
	Eixo 3: Progress
LIFE	DOMINIOS DE INTERVENÇÃO
	Ambiente
	Eficiência dos recursos
	Natureza
	Biodiversidade
	Governança
Informação	
ESPON	DOMINIOS DE INTERVENÇÃO
	Eixo 1: Evidências territoriais, transferência, observação, ferramentas e extensão
	Eixo 2: Assistência Técnica
Interreg 2014-2020	DOMINIOS DE INTERVENÇÃO
	Potenciar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
	Melhorar a competitividade das pequenas e médias empresas
	Promover a adaptação às alterações climáticas em todos os setores, e ainda promover o aumento da resiliência territorial aos riscos naturais transfronteiriços
	Proteger o meio ambiente e promover a eficiência dos recursos
	Assistência técnica
AtlanticArea	DOMINIOS DE INTERVENÇÃO
	Eixo 1: Promover a inovação e a competitividade
	Eixo 2: Promover a eficiência dos recursos
	Eixo 3: Fortalecer sistemas de gestão de riscos
	Eixo 4: Valorizar a biodiversidade e os ativos naturais e culturais

Interreg-Sudoe	<p style="text-align: center;">DOMINIOS DE INTERVENÇÃO</p> <p>Eixo 1: Promoção da inovação e constituição de redes estáveis de cooperação em matéria tecnológica</p> <p>Eixo 2: Melhorar a sustentabilidade para a proteção e conservação do ambiente e meio natural do SUDOE</p> <p>Eixo 3: Integração harmoniosa do espaço do SUDOE e melhoria da acessibilidade às redes de informação</p> <p>Eixo 4: Impulsionar o desenvolvimento urbano sustentável aproveitando os efeitos positivos da cooperação transnacional</p>
Interregional Cooperation 2014-2020	<p style="text-align: center;">DOMINIOS DE INTERVENÇÃO</p> <p>Inovação e economia do conhecimento</p> <p>Ambiente e prevenção de riscos</p>
URBACT III	<p style="text-align: center;">DOMINIOS DE INTERVENÇÃO</p> <p>Redes de Planeamento de Ação</p> <p>Redes de Implementação</p> <p>Redes de Transferência</p>

Anexo – Evolução da população, do emprego e dos saldos migratórios do Município: projeções demográficas

Populações fechadas – Cenário I

Evolução da fecundidade mantendo-se a tendência atual (1,07 em 2013; 1,28 em 2040)

GE	2010			2015			2020			2025			2030			2035			2040		
	HM	H	M																		
0	543	275	268	484	248	236	470	241	230	455	233	222	430	220	211	403	206	198	358	182	175
5	693	345	348	541	274	267	482	247	235	469	240	229	453	232	222	429	219	210	402	205	197
10	744	387	357	693	345	348	541	274	267	482	247	235	469	240	229	453	232	221	428	219	210
15	845	450	395	744	387	357	692	345	348	541	274	267	482	247	235	468	240	229	453	232	221
20	774	347	427	845	450	395	744	387	357	692	345	348	541	274	267	482	247	235	468	240	229
25	801	397	404	771	346	426	842	448	393	741	386	355	690	344	346	539	273	266	480	246	234
30	853	419	434	799	396	404	770	345	425	840	447	393	740	385	355	688	343	345	538	273	265
35	944	456	488	850	416	434	796	393	404	767	342	425	836	444	393	737	382	355	686	341	345
40	1056	527	529	940	453	488	847	413	434	794	390	403	765	340	425	834	441	393	735	380	355
45	1165	572	593	1049	521	528	935	448	487	843	409	434	790	387	403	762	337	425	831	438	393
50	1086	550	536	1148	559	590	1035	510	526	924	439	485	832	401	432	781	379	402	754	331	423
55	1010	544	466	1059	530	529	1122	539	583	1012	492	520	904	424	480	815	388	427	765	367	398
60	965	464	501	977	522	455	1027	510	517	1088	519	569	982	475	507	878	410	468	792	375	417
65	976	446	530	928	437	490	939	493	446	989	482	507	1051	492	558	949	451	498	850	390	460
70	1063	450	613	921	414	507	877	408	469	889	462	427	939	454	486	1000	464	535	905	427	478
75	983	410	573	958	386	573	831	356	475	792	351	441	801	398	403	851	392	459	909	402	507
80	748	288	460	838	324	514	826	309	518	718	286	432	688	285	403	695	325	370	747	322	425
85	446	164	282	555	194	361	631	221	409	629	213	416	552	200	351	532	201	331	540	233	307
90+	185	55	130	256	85	171	338	109	229	397	128	269	415	130	285	379	126	253	368	128	240
Total	15880	7546	8334	15357	7285	8072	14745	6994	7751	14060	6684	7376	13359	6370	6990	12674	6055	6619	12008	5730	6278
Proporção de 2011				96,7%			92,9%			88,5%			84,1%			79,8%			75,6%		
População em idade ativa (15-64 anos)																					
Total	9499			9184			8809			8240			7561			6983			6502		
% total pop.	59,8%			59,8%			59,7%			58,6%			56,6%			55,1%			54,1%		

Populações fechadas – Cenário II

Evolução da fecundidade desde 1,12 filhos por mulher (2006-2010) até 2,10 em 2040

GE	2010			2015			2020			2025			2030			2035			2040		
	HM	H	M																		
0	543	275	268	497	255	242	529	271	258	627	321	307	690	353	338	669	341	328	592	302	290
5	693	345	348	541	274	267	495	254	242	527	270	258	625	320	306	688	351	337	667	340	327
10	744	387	357	693	345	348	541	274	267	495	254	241	527	270	257	625	320	305	687	351	336
15	845	450	395	744	387	357	692	345	348	541	274	267	495	254	241	527	270	257	625	319	305
20	774	347	427	845	450	395	744	387	357	692	345	348	541	274	267	495	254	241	527	270	257
25	801	397	404	771	346	426	842	448	393	741	386	355	690	344	346	539	273	266	493	253	240
30	853	419	434	799	396	404	770	345	425	840	447	393	740	385	355	688	343	345	538	273	265
35	944	456	488	850	416	434	796	393	404	767	342	425	836	444	393	737	382	355	686	341	345
40	1056	527	529	940	453	488	847	413	434	794	390	403	765	340	425	834	441	393	735	380	355
45	1165	572	593	1049	521	528	935	448	487	843	409	434	790	387	403	762	337	425	831	438	393
50	1086	550	536	1148	559	590	1035	510	526	924	439	485	832	401	432	781	379	402	754	331	423
55	1010	544	466	1059	530	529	1122	539	583	1012	492	520	904	424	480	815	388	427	765	367	398
60	965	464	501	977	522	455	1027	510	517	1088	519	569	982	475	507	878	410	468	792	375	417
65	976	446	530	928	437	490	939	493	446	989	482	507	1051	492	558	949	451	498	850	390	460
70	1063	450	613	921	414	507	877	408	469	889	462	427	939	454	486	1000	464	535	905	427	478
75	983	410	573	958	386	573	831	356	475	792	351	441	801	398	403	851	392	459	909	402	507
80	748	288	460	838	324	514	826	309	518	718	286	432	688	285	403	695	325	370	747	322	425
85	446	164	282	555	194	361	631	221	409	629	213	416	552	200	351	532	201	331	540	233	307
90+	185	55	130	256	85	171	338	109	229	397	128	269	415	130	285	379	126	253	368	128	240
Total	15880	7546	8334	15370	7292	8078	14817	7031	7786	14303	6808	7495	13862	6627	7236	13442	6447	6994	13009	6241	6768
Proporção de 2011				96,8%			93,3%			90,1%			87,3%			84,6%			81,9%		
População em idade ativa (15-64 anos)																					
Total	9499			9184			8809			8240			7574			7055			6745		
% total pop.	59,8%			59,7%			59,5%			57,6%			54,6%			52,5%			51,8%		

Populações abertas - Cenário III

Cenário de decréscimo moderado da população empregada (-8,8%)

GE	2010			2015			2020			2025			2030			2035			2040		
	HM	H	M																		
0	543	275	268	441	226	215	406	208	198	398	204	194	402	206	196	407	209	198	372	191	181
5	693	345	348	510	258	252	430	220	210	418	214	204	422	216	206	423	217	206	420	215	205
10	744	387	357	677	337	340	510	260	250	453	232	221	445	228	217	443	227	216	441	226	215
15	845	450	395	730	380	350	676	336	340	532	270	262	471	240	231	467	240	227	458	233	225
20	774	347	427	762	404	358	681	352	329	663	325	338	527	265	262	468	235	233	470	239	231
25	801	397	404	664	292	372	683	361	322	664	336	328	651	315	336	530	262	268	464	230	234
30	853	419	434	711	348	363	613	264	349	678	353	325	670	332	338	663	315	348	532	258	274
35	944	456	488	801	388	413	693	333	360	637	270	367	706	362	344	705	344	361	682	320	362
40	1056	527	529	928	444	484	811	388	423	735	351	384	683	293	390	741	377	364	730	354	376
45	1165	572	593	1044	516	528	939	444	495	853	403	450	778	368	410	721	307	414	782	390	392
50	1086	550	536	1158	563	595	1056	517	539	969	453	516	877	410	467	800	374	426	746	312	434
55	1010	544	466	1076	536	540	1158	556	602	1070	517	553	978	453	525	883	409	474	807	373	434
60	965	464	501	1012	533	479	1075	525	550	1165	548	617	1074	510	564	986	451	535	889	405	484
65	976	446	530	977	459	518	1016	521	495	1097	520	577	1186	545	641	1105	512	593	1011	453	558
70	1063	450	613	965	431	534	981	454	527	1042	525	517	1121	525	596	1192	544	648	1108	510	598
75	983	410	573	976	393	583	896	380	516	923	404	519	976	468	508	1060	469	591	1123	484	639
80	748	288	460	850	330	520	858	323	535	802	316	486	833	341	492	874	391	483	955	395	560
85	446	164	282	555	194	361	640	225	415	655	225	430	615	220	395	645	240	405	685	280	405
90+	185	55	130	255	84	171	335	110	225	400	130	270	430	135	295	416	136	280	441	151	290
Total	15880	7546	8334	15092	7116	7976	14457	6777	7680	14154	6596	7558	13845	6432	7413	13529	6259	7270	13116	6019	7097
Proporção de 2011				95,0%			91,0%			89,1%			87,2%			85,2%			82,6%		
População em idade ativa (15-64 anos)																					
Total	9499			8886			8385			7966			7415			6964			6560		
% total pop.	59,8%			58,9%			58,0%			56,3%			53,6%			51,5%			50,0%		
População empregada																					
Total	5687			5369			5316			5289			5240			5211			5189		
% de 2011	100,0%			94,4%			93,5%			93,0%			92,1%			91,6%			91,2%		

Populações abertas - Cenário IV

Cenário de decréscimo acentuado da população empregada (-32,3%)

GE	2010			2015			2020			2025			2030			2035			2040		
	HM	H	M																		
0	543	275	268	417	214	203	362	186	176	335	172	163	332	168	164	332	171	161	298	154	144
5	693	345	348	488	247	241	388	201	187	358	184	174	343	174	169	343	172	171	345	175	170
10	744	387	357	660	328	332	473	238	235	393	204	189	378	194	184	363	184	179	367	189	178
15	845	450	395	714	372	342	647	324	323	486	246	240	414	215	199	399	204	195	385	192	193
20	774	347	427	730	389	341	633	329	304	611	303	308	466	234	232	402	207	195	383	195	188
25	801	397	404	615	271	344	616	328	288	577	297	280	566	277	289	444	221	223	376	190	186
30	853	419	434	669	329	340	540	232	308	576	301	275	555	281	274	556	267	289	432	211	221
35	944	456	488	766	370	396	622	300	322	536	225	311	582	300	282	569	283	286	562	265	297
40	1056	527	529	910	434	476	756	363	393	644	310	334	571	241	330	609	313	296	598	295	303
45	1165	572	593	1032	510	522	900	425	475	780	369	411	675	319	356	609	256	353	645	329	316
50	1086	550	536	1153	561	592	1029	504	525	919	429	490	802	375	427	702	330	372	629	264	365
55	1010	544	466	1071	535	536	1129	542	587	1030	497	533	928	428	500	822	381	441	721	335	386
60	965	464	501	1001	527	474	1049	515	534	1121	528	593	1030	489	541	940	427	513	833	381	452
65	976	446	530	946	442	504	984	504	480	1046	501	545	1114	513	601	1035	481	554	939	416	523
70	1063	450	613	941	419	522	929	425	504	978	489	489	1039	491	548	1095	500	595	1009	465	544
75	983	410	573	956	387	569	864	366	498	860	373	487	900	428	472	968	434	534	1018	442	576
80	748	288	460	834	325	509	832	315	517	759	303	456	765	313	452	802	359	443	867	363	504
85	446	164	282	555	194	361	625	220	405	630	215	415	580	210	370	590	220	370	630	260	370
90+	185	55	130	255	84	171	335	110	225	390	125	265	410	130	280	396	131	265	411	141	270
Total	15880	7546	8334	14713	6938	7775	13713	6427	7286	13029	6071	6958	12450	5780	6670	11976	5541	6435	11448	5262	6186
Proporção de 2011				92,7%			86,4%			82,0%			78,4%			75,4%			72,1%		
População em idade ativa (15-64 anos)																					
Total	9499			8661			7921			7280			6589			6052			5564		
% total pop.	59,8%			58,9%			57,8%			55,9%			52,9%			50,5%			48,6%		
População empregada																					
Total	5687			5233			4922			4668			4341			4058			3850		
% de 2011	100,0%			92,0%			86,6%			82,1%			76,3%			71,4%			67,7%		

Saldos migratórios necessários até 2040, de acordo com os dois cenários considerados

Grupos etários	Decréscimo moderado da população empregada (-8,8%)						Decréscimo acentuado da população empregada (-32,3%)					
	Valores absolutos			Valores relativos			Valores absolutos			Valores relativos		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
0	-18	-9	-9	-3,3%	-3,3%	-3,4%	-123	-63	-60	-22,7%	-22,9%	-22,4%
5	42	21	21	6,1%	6,1%	6,0%	-51	-26	-25	-7,4%	-7,5%	-7,2%
10	76	40	36	10,2%	10,3%	10,1%	16	7	9	2,2%	1,8%	2,5%
15	70	32	38	8,3%	7,1%	9,6%	21	11	10	2,5%	2,4%	2,5%
20	-154	-100	-54	-19,9%	-28,8%	-12,6%	-280	-153	-127	-36,2%	-44,1%	-29,7%
25	-205	-130	-75	-25,6%	-32,7%	-18,6%	-412	-222	-190	-51,4%	-55,9%	-47,0%
30	-113	-86	-27	-13,2%	-20,5%	-6,2%	-287	-160	-127	-33,6%	-38,2%	-29,3%
35	54	6	48	5,7%	1,3%	9,8%	-103	-73	-30	-10,9%	-16,0%	-6,1%
40	157	69	88	14,9%	13,1%	16,6%	72	23	49	6,8%	4,4%	9,3%
45	173	67	106	14,8%	11,7%	17,9%	112	37	75	9,6%	6,5%	12,6%
50	162	75	87	14,9%	13,6%	16,2%	135	64	71	12,4%	11,6%	13,2%
55	158	74	84	15,6%	13,6%	18,0%	132	63	69	13,1%	11,6%	14,8%
60	209	65	144	21,7%	14,0%	28,7%	157	45	112	16,3%	9,7%	22,4%
65	335	138	197	34,3%	30,9%	37,2%	172	60	112	17,6%	13,5%	21,1%
70	368	165	203	34,6%	36,7%	33,1%	215	85	130	20,2%	18,9%	21,2%
75	195	72	123	19,8%	17,6%	21,5%	92	39	53	9,4%	9,5%	9,2%
80	139	57	82	18,6%	19,8%	17,8%	61	39	22	8,2%	13,5%	4,8%
Total	1648	556	1092	10,4%	7,4%	13,1%	-71	-224	153	-0,4%	-3,0%	1,8%
População em idade ativa (15-64 anos)												
Total	511			5,38%			-453			-4,77%		

Anexo – notas metodológicas

Secção I: Estruturação e ocupação do território

Esta secção remete para a leitura da dimensão mais física do território, suportada na atual versão da Carta Administrativa Oficial de Portugal e na análise de cartografia elaborada a partir de dados disponibilizados pela Câmara Municipal da Sertã e Direção Geral do Território. A análise temática, sobretudo associada às questões florestais, inclui também a sistematização de vários documentos orientadores que permitem perceber as políticas e instrumentos associados à gestão florestal, em geral, e à sua tradução nas medidas e ações implementadas pelo Município, em particular. A informação que estrutura a contextualização territorial apresentada suporta outras análises, que fazem parte das secções seguintes.

Secção III: Demografia e povoamento

Esta análise inclui uma sistematização dos indicadores demográficos que permitem descrever a dinâmica populacional do Município, no que respeita à evolução, distribuição espacial e estrutura etária. É também trabalhada a dimensão do povoamento, que compreende i) a caracterização geral do parque habitacional apresentando indicadores da sua dinâmica de crescimento e uma perspetiva do estado de conservação do edificado e ii) uma perspetiva dos alojamentos disponíveis no mercado da habitação.

Esta secção constitui uma das dimensões de análise do quadro socioeconómico da Sertã. Aqui são incluídas duas componentes: i) a caracterização da dinâmica populacional do Município, sustentada na análise de indicadores que permitem perceber a dimensão, a distribuição espacial e a estrutura etária da população e ii) a análise do povoamento, centrada na habitação, que é um elemento definidor do tecido urbano. A habitação pode naturalmente ser amarrada às dinâmicas populacionais, que reforçam a tendência de fixação em aglomerados urbanos mais atrativos. Importa também não esquecer que a capacidade atrativa destes aglomerados está associada à política de habitação do Município, que pode influenciar o mercado de arrendamento e aquisição, assim como as intervenções de reabilitação.

Ambas as análises incidem na sistematização de um conjunto de indicadores recolhidos ao longo de dois momentos intercensitários (1991-2001 e 2001 e 2011) e os dados utilizados são apresentados até ao nível da freguesia, sendo igualmente apresentados os valores de referência para Portugal, NUTS II (Região Centro) e NUTS III (Pinhal Interior Sul e Médio Tejo).

As variáveis analisadas na primeira componente são as que se seguem:

- Densidade populacional em 1991, 2001 e 2011 (n.º de habitantes/km²);
- Evolução da população residente entre 1950 e 2011 (valores abs);
- Evolução da população residente, comparando os valores de dois momentos intercensitários (1991 a 2011);
- Saldos: natural e migratório e crescimento efetivo (valores abs);
- Taxas de crescimento natural, migratório e efetivo;
- Estrutura etária da população à data do Censos de 2011;
- População residente por grupo etário e freguesia à data do Censos de 2011;
- Taxa de variação da população residente por grupo etário entre 2001 e 2011;
- Indicadores de envelhecimento: índice de envelhecimento, índice de dependência de idosos, índice de sustentabilidade potencial;

Os indicadores que suportaram a análise da segunda componente são:

- Variação dos alojamentos e edifícios entre 2001-2011, em valores absolutos e percentuais;
- Edifícios por ano de construção à data do Censos de 2011;
- Variação do número de alojamentos familiares clássicos segundo a forma de ocupação entre 2001-2011;
- Forma de ocupação dos alojamentos familiares clássicos à data do Censos de 2011;
- Alojamentos vagos disponíveis no mercado à data do Censos de 2011 (valores abs e percentuais).

Relativamente à idade do edificado importa referir que podem existir algumas limitações na precisão da época de construção. Os censos recolhem a época de construção do edifício, mas não existe informação adicional se essa data de construção corresponde à data de construção original do edifício, à data de construção da parte principal do edifício (quando diferentes partes de um edifício correspondem a épocas distintas) ou à data de reconstrução para os edifícios que sofreram obras de reconstrução. Esta informação é adaptada em função das respostas disponibilizadas pelos moradores do edifício, ou segundo indicações que se conseguem relacionar com a estrutura do edifício, ou por

analogia com edifícios vizinhos e com características idênticas. Maior detalhe acerca deste tipo de indicador está disponível no Inquérito de Qualidade dos Censos.

Secção IV: Condições sociais

Esta parte incide sobre duas vertentes, associadas ao perfil da população, do ponto de vista das suas características de âmbito mais social, e a indicadores relativos à estrutura das qualificações e do emprego, permitindo avaliar a evolução e capacidade adaptativa da população ao mercado de trabalho.

Os dados são apresentados até ao nível da freguesia, sendo igualmente apresentados os valores de referência para Portugal, NUTS II (Região Centro) e NUTS III (Pinhal Interior Sul e Médio Tejo).

Com efeito, são incluídos os seguintes indicadores:

- Variação das qualificações da população ativa entre 2001 e 2011 (valores absolutos);
- Qualificações da população ativa à data do Censos de 2011;
- Qualificações da população ativa por freguesia à data do Censos de 2011;
- Taxa de variação das qualificações da população ativa entre 2001 e 2011;
- Taxa de variação das qualificações da população ativa por freguesia entre 2001 e 2011;
- Taxa de variação das qualificações da população desempregada entre 2001 e 2011;
- Taxa de variação das qualificações da população desempregada por freguesia entre 2001 e 2011;
- Taxa de desemprego por nível de escolaridade completo à data do censos de 2011,
- Evolução da população ativa, da população desempregada e da taxa de desemprego entre 2001 e 2011;
- Taxa de desemprego municipal real e estimada para 2015;
- Taxa de abandono escolar para 1991, 2001 e 2011;

Os dados relativos à taxa de desemprego municipal resultam de uma abordagem que combina dos números divulgados pelo IEFEP e os números da população ativa dos Censos de 2011. Devem, por isso ser salvaguardadas algumas diferenças na forma de cálculo:

- a) As diferenças no cálculo da taxa de desemprego apresentada pelo INE e pelo IEFP consistem no seguinte:
- Os valores divulgados pelo INE partem de “estimativas obtidas a partir do Inquérito ao Emprego sobre a população empregada e a população desempregada”, “a taxa de desemprego permite definir a relação entre a população desempregada e a população ativa”;
 - Os valores divulgados pelo IEFP “medem a expressão administrativa dos indivíduos que se inscrevem nos Centros de Emprego como candidatos a uma colocação no mercado de trabalho, sendo classificados como desempregados os indivíduos com idade mínima de 16 anos (salvaguardadas as reservas previstas na Lei) que declaram não ter trabalho, que procuram emprego como trabalhador por conta de outrem, que estão imediatamente disponíveis e que têm capacidade para o trabalho”;
- b) A taxa de desemprego disponibilizada pelo IEFP não considera as pessoas ocupadas que, não estando empregadas, explicam uma parte significativa das variações da taxa;
- c) De acordo com o IEFP entende-se por pessoas ocupadas aquelas que se encontram “integradas em programas de emprego ou formação profissional, com exceção dos programas que visem a integração direta no mercado de trabalho”.

Secção V: Estrutura produtiva e dinâmica económica

A informação sistematizada para a análise da estrutura produtiva e dinâmica económica do Município tem com objetivo destacar as vantagens competitivas, tendo por base a localização das atividades económicas do Concelho. A caracterização da estrutura económica concelhia concentra-se, assim, na análise: a) dos padrões de especialização setorial da Sertã e suas freguesias, b) da dinâmica da estrutura produtiva do Município, e c) a sua dinâmica empresarial, sendo estes dados apresentados apenas com desagregação até ao nível municipal.

Importará referir que, para esta análise, foram recolhidos e analisados os seguintes indicadores: i) o número de pessoas ao serviço dos estabelecimentos por localização geográfica e atividade económica, com dados de 2008 e 2012 (CAE Rev. 3) (para maior detalhe confirmar o conceito de estabelecimento apresentado pelo GEEME e INE) e ii) a constituição e a dissolução de entidades coletivas, também por localização geográfica e atividade económica, como dados de abril de 2008 a dezembro de 2014.

No que respeita aos padrões de especialização, a acompanhar a análise dos indicadores referidos anteriormente, recorreu-se ao cálculo do quociente de localização. Este quociente,

compara o peso de um dado ramo de atividade na economia local com o peso que tem numa outra unidade de referência (normalmente o nível nacional). Ou seja, um quociente de localização de 1,3 significa que a especialização do emprego neste setor exceda em 30% a média da unidade de referência.

A análise shift-share é feita seguindo as fórmulas:

Componente Estrutural

$$CE = \sum_{k=1}^k X_k \left[\left(\frac{N_k^*}{N_k} - \frac{N^*}{N} \right) \right]$$

Componente Diferencial

$$CD = \sum_{k=1}^k X_k \left[\left(\frac{X_k^*}{X_k} - \frac{N_k^*}{N_k} \right) \right]$$

X_k = Valores de x no período inicial, no setor k na região i

X_k^* = Valores de x no período final, no setor k na região i

N = Valores de x em todos os setores no período inicial

N^* = Valores de x em todos os setores no período final

N_k = Valores de x no período inicial, no setor k , no espaço de referência

N_k^* = Valores de x no período final, no setor k , no espaço de referência

Como resulta claro, existem assim dois indicadores fundamentais para explicar o potencial de crescimento do tecido produtivo regional: i) a componente estrutural; e ii) a componente diferencial.

A (i) componente estrutural diz respeito ao potencial de crescimento de um ramo de atividade, multiplicando o seu efetivo de empregados pelo crescimento que este ramo tem verificado a nível nacional (subtraindo o crescimento geral da economia). Assim, ela permite aferir se a composição setorial das atividades económicas de uma dada região é mais ou menos favorável, independentemente do crescimento real verificado nesses ramos.

A (ii) componente diferencial refere-se ao crescimento de um dado ramo de atividade na região em análise face ao crescimento que este verificou a nível nacional. Ou seja, permite perceber que ramos se têm evidenciado na região, conseguindo crescimentos que não resultam meramente de um incremento do setor na totalidade, mas da sua localização. Como tal, permitem identificar as áreas de atividade económica onde existem vantagens comparativas.

Foi também desenvolvido uma análise complementar que aponta para o número de empregos necessários a partir dos movimentos pendulares. Esta análise constitui uma

boa base para perceber o potencial de atração do município e, numa análise mais detalhada, quais os ramos de atividade económica com mais capacidade para absorver mão-de-obra. Para esta abordagem, foram consideradas duas variáveis, com base nos Censos de 2011: i) a população residente que se subdivide em população que reside e trabalha no Município (A), e população que reside mas trabalha fora do Município (B) e ii) o número de não residentes que trabalham no Município (C). A estrutura dos movimentos pendulares do Município, com base nestas variáveis, está desagregada de acordo com as várias atividades económicas. Considerou-se que:

- O emprego existente no Município é dado pela soma das componentes C e A;
- A capacidade do Município absorver mão-de-obra define-se pelo saldo de movimentos pendulares, isto é a diferença entre os residentes que trabalham noutra Município e os não residentes que trabalham na Sertã (B-C). Este indicador aponta para a quantidade de emprego que o Município pode criar, admitindo um equilíbrio entre a mão-de-obra existente e futura.

Secção VI: diagnóstico prospetivo da população

Como objeto de trabalho das projeções demográficas surgem as variáveis microdemográficas – fecundidade, mortalidade e migrações. A análise que se apresenta resulta do desenvolvimento de cenários demográficos que combinam a evolução da fecundidade com pressupostos económicos que fazem variar o emprego. A metodologia implementada permite trabalhar as previsões demográficas para todos os quinquénios até 2040, por grupos etários quinquenais e por sexo, para cada Freguesia do Concelho:

- Com populações fechadas (sem migrações) – considera a manutenção das tendências atuais de evolução da fecundidade e da mortalidade;
- Com migrações, segundo a tendência encontrada nos saldos migratórios intercensitários, apurados entre 1991 e 2001 e entre 2001 e 2011;
- Com as migrações necessárias para cumprir objetivos de política demográfica, nomeadamente quanto à futura dimensão populacional – a partir de cenários de evolução da fecundidade, serão calculados os saldos migratórios quinquenais necessários para a estabilidade da população no longo prazo..